



**TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
(Consolidação)**

2014

RELATÓRIO DE GESTÃO
(PRINCIPAIS FACTOS)
E
CONTAS DO EXERCÍCIO

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Principais Factos)

2014

Conjuntura

Conjuntura Internacional

No seguimento da moderada recuperação económica sentida em 2013, ano fortemente marcado por elevados níveis de incerteza (por exemplo, a crise das dívidas soberanas na área do euro ou o diferendo sobre o ritmo da consolidação orçamental nos Estados Unidos), 2014 voltou a observar um crescimento económico modesto, com um aumento da atividade global económica em 3,3%. Também 2014 foi marcado por incerteza, tendo os países desenvolvidos acionado políticas fiscais e monetárias para combater os efeitos prolongados da crise financeira e os países emergentes continuado a revelar indícios de abrandamento económico, muitos deles relacionados com a redução do preço do petróleo e de outras *commodities*. Estima-se que o conjunto das economias desenvolvidas tenha crescido na ordem dos 1,8%, registando-se um crescimento da economia dos EUA acima do inicialmente previsto. No entanto, o desempenho económico nos restantes países desenvolvidos – mais notavelmente no Japão –, revelou-se abaixo das expectativas, refletindo-se na apreciação do dólar americano em cerca de 6 por cento e na depreciação do euro e do yen em 2 por cento e 8 por cento, respetivamente. O crescimento em mercados emergentes apresentou um ligeiro decréscimo face a 2013, situando-se nos 4,4% (0,3 p.p. abaixo do crescimento em 2013). Para esta ligeira desaceleração contribuíram o abrandamento do crescimento económico da China, as fracas perspetivas para a economia russa e a diminuição do crescimento de países exportadores de *commodities*.

Entre as economias desenvolvidas, o crescimento nos Estados Unidos subiu além dos níveis esperados, tendo crescido 2,4% no ano – o valor mais alto registado desde 2010 –, superando a maioria das economias avançadas. Para este crescimento contribuíram a diminuição do desemprego (alcançou ~6,3% em 2014, valor mais baixo desde 2010), o decréscimo do preço do petróleo, e a estabilidade da inflação (1,6%), resultando também no aumento do consumo privado em 2,5% – valor mais elevado dos últimos 9 anos. A maioria das indústrias domésticas apresentou ganhos, e o investimento privado aumentou de 6,3% no ano, com forte incidência em estruturas não residenciais e em equipamento. Estes valores refletem-se nos índices de confiança do consumidor, que atingiram os valores mais elevados desde 2008.

Na China assistiu-se a um ligeiro declínio do crescimento anual para 7,4% (face a 7,7% em 2013), tendo resultado na implementação de políticas de estímulo ao consumo e ao investimento no segundo trimestre do ano. Também as restantes economias emergentes sentiram uma contração da atividade económica, com particular incidência na Rússia e economias adjacentes, dadas as tensões geopolíticas sentidas, e no Brasil e África subsaariana, dada a queda sentida no preço do petróleo. A Índia foi a única economia emergente capaz de inverter a tendência, apresentando um crescimento de 5,8% em 2014, uma subida de 0,8 p.p. face ao ano anterior. Este crescimento deveu-se, por um lado, ao aumento da atividade industrial e do investimento após a implementação de novas reformas, e, por outro, ao favorecimento dos termos de troca resultantes da queda dos preços do petróleo.

A zona euro, que havia apresentado uma contração de 0,5% em 2013, apresentou em 2014 um crescimento de 0,8%. A redução da carga fiscal, a introdução de políticas monetárias mais relaxadas e a melhoria das condições de crédito, assim como a redução dos *spreads* nas economias em maiores dificuldades e a redução das taxas de juro em países *core*, contribuíram para o crescimento verificado no período. Todavia, permanecem as diferenças económicas entre os vários países da zona euro.

Em particular, os dois principais parceiros comerciais de Portugal apresentaram um crescimento económico face ao ano anterior. Espanha, que em 2013 apresentou uma contração de 1,2%, terminou 2014 com a economia a crescer 1,4% impulsionada pelo crescimento das exportações e crescimento da procura doméstica, refletindo uma melhoria das condições financeiras e um aumento da confiança dos agentes económicos. Quanto à Alemanha, esta apresentou em 2014 um

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

crescimento de 1,5% (uma subida de 1,3 p.p. face a 2013) também devido ao aumento das exportações, impulsionado por uma depreciação do euro (tendo alcançado ~1,2 USD – EUR no final do ano, valor mínimo em 8 anos), enquanto o investimento e despesa pública se mantiveram relativamente baixos e o consumo doméstico se manteve constante. Apesar de beneficiar de uma taxa de desemprego perto dos mínimos históricos (cerca de 5%), incertezas geopolíticas induziram nos consumidores alemães uma atitude mais cautelosa, causando uma contração nas vendas de retalho e no registo de novos automóveis. De notar que se espera que outros mercados de elevada dimensão na economia europeia e de destino de exportações portuguesas (nomeadamente França e Itália) prolonguem a estagnação económica sentida em 2013 também em 2014.

Em 2014 assistiu-se a uma maior flexibilização da política monetária da zona euro, com uma combinação de medidas lançadas em Junho e Setembro de 2014 para fazer face às baixas pressões inflacionárias sentidas no período (0,5% de inflação, um valor abaixo do valor de referência de 2%). Durante o ano, assistiu-se a um corte das taxas de juro (tendo resultado em algumas taxas de juro negativas) e à atribuição de novos empréstimos, especiais para bancos. Por outro lado, assistiu-se a uma contínua redução do défice orçamental ao longo do ano, tendo a Comissão Europeia mostrado abertura para a flexibilização da política fiscal, de forma a facilitar a estimulação do consumo.

Na segunda metade do ano observou-se uma queda do preço das matérias-primas industriais, em particular de energia, metais e matérias-primas agrícolas. Os preços do crude foram os que apresentaram o maior declínio (de um máximo de 115 USD/barril em Junho de 2014, para 47 USD/barril no início de Janeiro de 2015, representando uma queda de 60% no semestre), para a qual muito contribuiu o abandono da gestão da oferta por parte OPEP. Quanto ao preço dos produtos agrícolas observaram uma queda média de 3,4% em 2014, em parte influenciada pela subida de preço de alguns produtos específicos.

Conjuntura Nacional

Após uma contração de 1,4% em 2013, a economia portuguesa registou um crescimento na ordem de 1,0% em 2014, potenciado pelo aumento do consumo e do investimento privado. Estima-se que o consumo tenha aumentado em cerca de 2% em termos reais, beneficiando de uma recuperação das despesas das famílias e de melhorias sentidas no mercado de emprego e no rendimento disponível, refletindo-se num aumento da confiança dos consumidores. Contudo, pressões deflacionárias continuaram a sentir-se na economia portuguesa (parcialmente devidas à queda nos preços das matérias-primas), situando a inflação em -0,2%. Quanto ao desemprego, que em 2013 se encontrava em 16,4%, atingiu níveis abaixo dos 14% no terceiro trimestre de 2014, apresentando uma média anual de 14,2%.

Adicionalmente, notou-se um incremento do investimento privado – nomeadamente em maquinaria e equipamento –, na ordem dos 3,5%, para o qual a reforma do IRC contribuiu de forma positiva. Todavia, verificou-se uma ligeira contração das exportações líquidas durante o período na ordem dos 0,2%, causada por um crescimento das exportações menor do que o das importações (3,8% face a 5,9%).

No contexto da política orçamental, o governo português foi capaz de levar a cabo leilões no mercado obrigacionista após a saída do programa de *bail-out* em maio de 2014, refletindo uma maior confiança no acesso ao financiamento nos mercados. Estima-se que o défice orçamental tenha descido até aos 4,6%, resultado de uma melhoria na cobrança de impostos e restrições eficientes às despesas estatais. Como resultado, o rácio de dívida pública para PIB aumentou em cerca de 1 p.p., para os 129%.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Governo da Sociedade

A informação sobre regulamentos, Estatutos e atividade dos Órgãos Sociais da Empresa pode ser obtida através da consulta do website do Grupo TAP www.flytap.com.

Órgãos Sociais

TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Por deliberação em Assembleia Geral de 2 de Junho de 2009, para o triénio 2009–2011.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Vice-Presidente Dr. António Lorena de Sèves

Secretário Dr.ª Orlanda do Céu S. Sampaio Pimenta d' Aguiar

Conselho de Administração Executivo

Presidente Eng.º Fernando Abs da Cruz Souza Pinto

Vogal Dr. Luís Manuel da Silva Rodrigues (renúncia com efeitos a 2 de dezembro 2014)

Vogal Eng.º Luiz da Gama Mór

Vogal Eng.º Manoel José Fontes Torres

Vogal Dr.ª Maria Teresa Silva Lopes (nomeação com efeitos a 3 de dezembro 2014)

Vogal Dr. Michael Anthony Conolly (renúncia com efeitos a 31 de março 2014)

Conselho Geral e de Supervisão

Presidente Professor Doutor Manuel Soares Pinto Barbosa

Vogal Dr. Carlos Alberto Veiga Anjos

Vogal Professor Doutor João Luís Traça Borges de Assunção

Vogal Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Vogal Dr.ª Maria do Rosário Miranda Andrade Ribeiro Vítor

Vogal Dr. Rui Manuel Azevedo Pereira da Silva

Vogal Dr. Vítor José Cabrita Neto

Por deliberação do Conselho Geral e de Supervisão, em reunião de 26 de Junho de 2009.

Comissão Especializada de Auditoria

Professor Doutor Manuel Soares Pinto Barbosa

Professor Doutor João Luís Traça Borges de Assunção

Dr. Rui Manuel Azevedo Pereira da Silva

Comissão Especializada de Sustentabilidade e Governo Societário

Professor Doutor Manuel Soares Pinto Barbosa

Dr. Carlos Alberto Veiga Anjos

Professor Doutor João Luís Traça Borges de Assunção

Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Dr.ª Maria do Rosário Miranda Andrade Ribeiro Vítor

Dr. Rui Manuel Azevedo Pereira da Silva

Dr. Vítor José Cabrita Neto

Secretário da Sociedade

Por deliberação do Conselho de Administração Executivo, em reunião de 23 de Junho de 2009.

Secretário da Sociedade Dr.ª Orlanda do Céu S. Sampaio Pimenta d' Aguiar

Secretário da Sociedade Suplente Dr.ª Alda Maria dos Santos Pato

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Reuniões dos Conselhos de Administração

Durante o ano de 2014, foram realizadas 23 reuniões pelo Conselho de Administração Executivo da TAP, SGPS, S.A. e 26 reuniões pelo Conselho de Administração Executivo da TAP, S.A..

Principais Deliberações do Conselho de Administração Executivo em 2014

TAP, SGPS, S.A.	Aprovação do Manual de Compras e Vendas do Grupo TAP
	Plano de Atividades e Orçamento para 2015
	Pagamento antecipado da dívida (REFIS) da TAP M&E Brasil ao Estado Brasileiro

Fiscalização da Sociedade

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação em Assembleia Geral de 2 de Junho de 2009, para o triénio 2009–2011.

Efetivo Oliveira, Reis & Associados representada pelo Dr. José Vieira dos Reis

Suplente Dr. Fernando Marques Oliveira

Cumprimento das orientações legais

Objetivos de gestão

Não foram definidos objetivos pelo titular da função acionista, por via de deliberação em assembleia geral.

Gestão do risco financeiro e endividamento

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	(46.558)	(44.977)	(44.524)	(55.271)	(46.993)	(44.659)

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. (abs)	Var. (%)
Passivo não corrente	660.131	427.969	(232.162)	-35,2%
Financiamentos obtidos	660.131	427.969	(232.162)	-35,2%
Passivo corrente	390.512	633.682	243.170	62,3%
Financiamentos obtidos	390.512	633.682	243.170	62,3%
Total Passivo Remunerado	1.050.643	1.061.651	11.008	1,0%

Recomendações do acionista

Não existiram recomendações do acionista, emitidas aquando da aprovação das contas de 2013.

Remunerações

- ▶ As remunerações dos Órgãos Sociais da TAP são fixadas pela Assembleia Geral (cf. Artigo 11º dos Estatutos da TAP, SGPS).
- ▶ Os membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão são remunerados, exclusivamente, pelas funções exercidas na TAP, S.A., não auferindo qualquer remuneração pelas funções exercidas, na TAP, SGPS ou em qualquer outra empresa do Grupo TAP.

Dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada ⁽¹⁾	Bruto Pago ⁽²⁾
2009-2011 ^(*)	Presidente da Mesa	Paulo Marques Fernandes	640 €	1.280 €
	Vice-Presidente	António Lorena de Sèves	400 €	800 €
	Secretário	Orlanda Sampaio Pimenta de Aguiar	330 €	660 €

(*) cf. nº 4 do Artigo 391º do Código das Sociedades Comerciais.

(1) Valor da Senha de presença fixada

(2) Valor corresponde a uma Assembleia Geral na TAP, SGPS e a uma Assembleia Geral na TAP, S.A.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Conselho Geral e de Supervisão

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc.	Data
2009-2011 ^(*)	Presidente	Prof. Manuel Pinto Barbosa	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Membro do CGS	Prof. João Borges de Assunção	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Membro do CGS	Dr. Carlos Veiga Anjos	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Membro do CGS	Dr. Luís Patrão	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Membro do CGS	Dr.ª M.ª Rosário Vítor	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Membro do CGS	Dr. Rui Azevedo Silva	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Membro do CGS	Dr. Vítor Cabrita Neto	Assembleia Geral	02.jun.2009

(*) cf. nº 4 do Artigo 391º do Código das Sociedades Comerciais

Nome	Remuneração Anual (€) (**)						
	Variável	Fixa (*)	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução Lei 75/2014	Bruta após Reduções
Professor Doutor Manuel Pinto Barbosa	n.a.	126.000,00 €	----	3.815,00 €	5.740,63 €	3.526,30 €	112.918,07 €
Prof. João Borges de Assunção	n.a.	98.000,00 €	----	2.975,00 €	4.464,93 €	2.734,89 €	87.825,18 €
Dr. Carlos Veiga Anjos	n.a.	98.000,00 €	----	2.975,00 €	4.464,93 €	2.734,89 €	87.825,18 €
Dr. Luís Patrão	n.a.	98.000,00 €	----	2.975,00 €	4.464,93 €	2.734,89 €	87.825,18 €
Dr.ª M.ª Rosário Vítor	n.a.	98.000,00 €	----	2.975,00 €	4.464,93 €	2.734,89 €	87.825,18 €
Dr. Rui Azevedo Silva	n.a.	98.000,00 €	----	2.975,00 €	4.464,93 €	2.734,89 €	87.825,18 €
Dr. Vítor Cabrita Neto	n.a.	98.000,00 €	----	2.975,00 €	4.464,93 €	2.734,89 €	87.825,18 €

(*) Apenas remuneração, não havendo lugar a despesas de representação

(**) Inclui remuneração complementar por participação efetiva nas Comissões Especializadas de Auditoria, e de Sustentabilidade e Governo Societário

Nome	Subsídio Refeição	Benefícios Sociais (€)				
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais
		Identificar	Valor			
Professor Doutor Manuel Pinto Barbosa	n.a.	Segurança Social	12.420,98 €	n.a.	n.a.	n.a.
Prof. João Borges de Assunção	n.a.	Segurança Social	9.660,77 €	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Carlos Veiga Anjos	n.a.	(*)	----	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Patrão	n.a.	Segurança Social	9.660,77 €	n.a.	n.a.	n.a.
Dr.ª M.ª Rosário Vítor	n.a.	Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores		n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Rui Azevedo Silva	n.a.	Segurança Social	9.660,77 €	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Vítor Cabrita Neto	n.a.	Segurança Social	9.660,77 €	n.a.	n.a.	n.a.

(*) Reformado

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc.	Data
2009-2011 ^(*)	Presidente Executivo	Eng.º Fernando Pinto	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Administrador Executivo	Dr. Michael Conolly ⁽¹⁾	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Administrador Executivo	Eng.º Manoel Torres	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Administrador Executivo	Eng.º Luiz Mór	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Administrador Executivo	Dr. Luís Rodrigues ⁽²⁾	Assembleia Geral	02.jun.2009
	Administrador Executivo	Dr.ª Teresa Lopes ⁽³⁾		⁽³⁾

(*) cf. nº 4 do Artigo 391º do Código das Sociedades Comerciais

(1) Solicitou a renúncia, com efeitos a 31.mar.2014

(2) Solicitou a renúncia, com efeitos a 2.dez.2014

(3) Nomeada com efeitos a 3.dez.2014, nos termos da alínea f) do número 1 do Artº 23º dos Estatutos da TAP, SGPS

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação	Identificar Entidade	Pagadora
	[S/N]	[A/B/C]	Valor (mensal)	Valor (mensal)	[identifica/n.a.]	[O/D]
Eng.º Fernando Pinto	S	Excecionalada ⁽¹⁾	----	----	----	----
Dr. Michael Conolly	S	Excecionalada ⁽¹⁾	----	----	----	----
Eng.º Manoel Torres	S	Excecionalada ⁽¹⁾	----	----	----	----
Eng.º Luiz Mór	S	Excecionalada ⁽¹⁾	----	----	----	----
Dr. Luís Rodrigues	S	Excecionalada ⁽¹⁾	----	----	----	----
Dr.ª Teresa Lopes	S	Excecionalada ⁽¹⁾	----	----	----	----

Nota: EGP – Estatuto do Gestor público; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

(1) Nos termos da RCM nº 36/2012 de 15 de março 2012

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa (*)	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução Lei 75/2014	Bruta após Reduções
Engº Fernando Pinto	----	420.000,00 €	----	16.500,00 €	17.635,38 €	9.470,95 €	376.393,67 €
Dr. Michael Conolly	----	64.931,51 €	----	9.318,13 €	1.330,65 €	0,00 €	54.282,73 €
Engº Manoel Torres	----	280.000,00 €	----	11.000,00 €	11.756,95 €	6.313,97 €	250.929,08 €
Engº Luiz Mór	----	280.000,00 €	----	11.000,00 €	11.756,95 €	6.313,97 €	250.929,08 €
Dr. Luís Rodrigues	----	299.398,91 €	----	11.970,00 €	11.756,95 €	8.156,84 €	267.515,12 €
Drª Teresa Lopes	----	30.698,54 €	----	1.535,00 €	0,00 €	2.909,33 €	26.254,21 €

(*) Apenas remuneração, não havendo lugar a despesas de representação

Nome	Sub.Refeição	Benefícios Sociais(€)					Outros	
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais	Identificar	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Engº Fernando Pinto	1.099,80 €	Segurança Social	50.816,40 €	1.037,91 €	20.236,00 €	1.096,00 €	Despesas de alojamento em Portugal – valor ilíquido	85.205,76 €
Dr. Michael Conolly	219,96 €	Segurança Social	8.320,10 €	1.037,91 €	13.306,00 €	360,00 €	Despesas de alojamento em Portugal – valor ilíquido	21.301,44 €
Engº Manoel Torres	1.057,68 €	Segurança Social	37.014,21 €	1.037,91 €	30.567,00 €	1.096,00 €	Despesas de alojamento em Portugal – valor ilíquido	85.205,76 €
Engº Luiz Mór	987,48 €	Segurança Social	37.093,35 €	1.037,91 €	15.243,00 €	1.096,00 €	Despesas de alojamento em Portugal – valor ilíquido	85.205,76 €
Dr. Luís Rodrigues	1.043,64 €	Segurança Social	29.536,48 €	1.037,91 €	4.709,00 €	1.096,00 €	na cessação de mandato - valor ilíquido	75.000,00 €
Drª Teresa Lopes	88,92 €	Segurança Social	2.950,92 €	1.037,91 €	0,00 €	0,00 €	---	---

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Anual Definido	Valor Anual	Observações
Engº Fernando Pinto	9.000,00 €	6.006,30 €	inclui gastos com internet
Dr. Michael Conolly	9.000,00 €	540,70 €	
Engº Manoel Torres	9.000,00 €	2.721,41 €	
Engº Luiz Mór	9.000,00 €	8.387,47 €	
Dr. Luís Rodrigues	9.000,00 €	4.891,35 €	
Drª Teresa Lopes	9.000,00 €	67,04 €	

Encargos com Viaturas								
Frota de viaturas para uso do CAE e dos serviços gerais de apoio aos Órgãos Sociais	Celebração de contrato individual para utilização das viaturas	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal (a) (b)	Valor Anual (a)(b)
12-ND-38	N	53.899,53 €	Renting	2012	2016	48	1.059,44 €	12.713,40 €
88-NC-57	N			2012	2016	48	1.145,22 €	13.742,64 €
21-EM-43	N	51.027,65 €	Aquisição	2007	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
68-EJ-82	N			2007	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
14-IM-45	N			2009	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

a) Valor do seguro €98,62/mês, incluído na renda mensal

b) Inclui IVA à taxa legal em vigor

Nome	Plafond Anual Definido para combustível da frota de viaturas afeta aos Órgãos Sociais	Gastos anuais associados à frota de Viaturas afeta aos Órgãos Sociais (€)		
		Combustível	Portagens	Seguro
Engº Fernando Pinto	24.000,00 €	16.474,40 €	6.377,20 €	1.183,44 para as viaturas em renting (valor incluído na renda); entre 803,65 € e 1.112,29 € para as viaturas propriedade TAP
Dr. Michael Conolly				
Engº Manoel Torres				
Engº Luiz Mór				
Dr. Luís Rodrigues				
Drª Teresa Lopes				

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço				
	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
			Identificar	Valor	
	[€]	[€]		[€]	[€]
Engº Fernando Pinto	1.211,56 €	1.056,90 €	Transportes	474,11 €	2.742,57 €
Dr. Michael Conolly	88,04 €	156,00 €	Transportes	0,00 €	244,04 €
Engº Manoel Torres	1.249,00 €	998,40 €	Transportes	392,37 €	2.639,77 €
Engº Luiz Mór		3.347,50 €	Transportes	220,00 €	3.567,50 €
Dr. Luís Rodrigues	3.256,76 €	3.133,65 €	Transportes	586,29 €	6.976,70 €
Drª Teresa Lopes	----	----	Transportes	----	----

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Fiscalização

TAP, SGPS

Mandato ^(*) (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC		Designação		Remuneração (€)		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc	Data	Fixada (€) ⁽¹⁾⁽³⁾	Bruto Pago ⁽²⁾⁽⁴⁾	
2009-2011(*)	Revisor Oficial de Contas	Oliveira, Reis & Associados, representada por Dr. José Vieira dos Reis	359	Assembleia Geral	2.jun.2009	13.800,00 €	15.616,08 €	2
2009-2011(*)	Revisor Oficial de Contas Suplente	Dr. Fernando Marques Oliveira	207	Assembleia Geral	2.jun.2009	-----	-----	2

(*) cf. nº 4 do Artigo 391º do Código das Sociedades Comerciais

(1) Valor fixado, antes de reduções remuneratórias

(2) Inclui redução salarial por aplicação até 31 de maio 2014, da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro; de 01 de junho 2014 até 12 de setembro 2014, foram suspensas as reduções salariais, por força do Acórdão nº 413/2014, de 30 de maio 2014 do Tribunal Constitucional; a partir de 13 de setembro 2014, foi aplicada a redução salarial prevista na Lei 75/2014 de 12 setembro

(3) Acresce IVA à taxa legal em vigor

(4) Inclui IVA à taxa legal em vigor

TAP, S.A.

Mandato ^(*) (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC		Designação		Remuneração (€)		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc	Data	Fixada (€) ⁽¹⁾⁽³⁾	Bruto Pago ⁽²⁾⁽⁴⁾	
2009-2011 ^(*)	Revisor Oficial de Contas	Oliveira, Reis & Associados, representada por Dr. José Vieira dos Reis (até 4.dez.2013)	359	Assembleia Geral	2.jun.2009	32.100,00 €	36.324,36 €	2
		Oliveira, Reis & Associados, representada por Dr. Joaquim Oliveira de Jesus (a partir de 5.dez.2013)	1056					
2009-2011 ^(*)	Revisor Oficial de Contas Suplente	Dr. Fernando Marques Oliveira	207	Assembleia Geral	2.jun.2009	-----	-----	2

(*) cf. nº 4 do Artigo 391º do Código das Sociedades Comerciais

(1) Valor fixado, antes de reduções remuneratórias

(2) Inclui redução salarial por aplicação até 31 de maio 2014, da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro; de 01 de junho 2014 até 12 de setembro 2014, foram suspensas as reduções salariais, por força do Acórdão nº 413/2014, de 30 de maio 2014 do Tribunal Constitucional; a partir de 13 de setembro 2014, foi aplicada a redução salarial prevista na Lei 75/2014 de 12 setembro

(3) Acresce IVA à taxa legal em vigor

(4) Inclui IVA à taxa legal em vigor

Auditor Externo

TAP, SGPS

Identificação do Auditor Externo	Data da Contratação		Remuneração Anual (€)
	Nome	Data	Período
PricewaterhouseCoopers & Associados	8.ago.2008	Exercício 2014	11.000 € + IVA (à taxa legal em vigor)

TAP, S.A.

Identificação do Auditor Externo	Data da Contratação		Remuneração Anual (€)
	Nome	Data	Período
PricewaterhouseCoopers & Associados	8.ago.2008	Exercício 2014	69.050 € + IVA (à taxa legal em vigor)

Estatuto do Gestor Público

Está a ser cumprido o disposto no Artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, relativamente à não utilização de cartões de crédito da Empresa e ao não reembolso de despesas de representação pessoal.

Contratação pública

► Aplicação das normas de contratação pública

As empresas do Grupo TAP não estão abrangidas pelo Código dos Contratos Públicos.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

► *Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços*

Manual de Compras e Vendas do Grupo TAP – Este Manual agrega os processos/procedimentos e competências de Compras e Vendas previstos na lei, regulamentos e deliberações, indispensáveis para uma cultura de responsabilização, transparência e *compliance*. O Manual prevê as delegações de competência, de modo a dar execução às diferentes responsabilidades na vertente de aquisição no seio da Empresa.

► *Contratos celebrados com valor superior a 5 M€*

Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas, até 31 de Dezembro de 2013, *cf.* determinado no Artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, na TAP, S.A.:

- Contrato de Prestação de Serviços de Refeitórios, Bares e *Vending*

Todos os contratos supra tiveram aval positivo do Tribunal de Contas.

Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado

A TAP não se encontra abrangida pelo Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP). Relativamente à gestão do parque de veículos das Empresas do Grupo, o *Manual de Compras e Vendas* do Grupo TAP estabelece o cumprimento das orientações constantes da Lei nº 66-A/2012 de 31 de dezembro.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo TAP está excecionado do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, *cf.* Despacho nº 694/14–SET de 23.04.2014.

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A empresa não foi objeto de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

Site do SEE

A informação está disponível no site oficial da TAP e é inserida no SIRIEF–Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira, não se encontrando a TAP sujeita a este reporte no site do SEE.

Gestão do Risco

Gestão de risco e controlo interno

A Gestão de Risco surge como o processo desenvolvido pela Administração, a Gestão e os restantes colaboradores da organização, sendo desenhado por forma a identificar eventos potenciais que possam afetar o Grupo, bem como para gerir o risco dentro do nível de perfil de risco da Empresa, visando garantir a segurança e o cumprimento dos objetivos inicialmente preconizados.

Para alcançar a sua missão, a TAP tem, entre outros, os seguintes objetivos:

- ▶ Desenvolver as melhores práticas para alcançar a segurança (*safety and security*)
- ▶ Praticar os mais elevados valores éticos e de integridade pessoal
- ▶ Respeitar a qualidade de vida das comunidades
- ▶ Promover as ações necessárias para a manutenção do risco inerente a um nível aceitável e em consonância com os mais exigentes padrões nacionais e internacionais

Os gestores com responsabilidades diretas nas atividades de operações e de manutenção são responsáveis por garantir que o risco das suas áreas está posicionado num nível considerado aceitável. Cada gestor tem a responsabilidade de implementar decisões finais para a documentação, desenvolvimento e implementação de ações corretivas ou preventivas pertinentes nas suas áreas de intervenção. Novas iniciativas empresariais, incluídas no desenvolvimento do portfólio do seu negócio, devem ser acauteladas, bem como a eventual contribuição e exposição para novos riscos operacionais ou incremento dos atuais.

Processo metodológico

A gestão de risco no Grupo TAP passa por um enquadramento sistémico do processo, com recurso ao seguinte processo metodológico:

Processo metodológico

1. Avaliação da cultura de risco da Empresa
2. Âmbito do processo
3. Enquadramento sistémico do processo
4. Escrutínio de risco
5. Medidas de gestão e controlo do risco no âmbito do sistema de controlo interno
6. Graduação dos riscos e quantificação dos riscos
7. Monitorização dos riscos
8. Relato dos riscos

Acompanhamento, avaliação e atualização do plano

A TAP tem como objetivo de monitorização periódica a emissão de um relatório anual e outros de período menor, se tal for considerado pertinente, onde é efetuada a auditoria e avaliação interna do Plano, dentro do qual se realizarão as seguintes funções:

- a) Assegurar a implementação do Plano e ajustes necessários;
- b) Avaliar e examinar a atividade das Unidades de Negócio (UN's) e Áreas na prossecução do Plano;
- c) Detectar as não conformidades com o Plano e elaborar as recomendações necessárias à alteração das não conformidades diagnosticadas;
- d) Solicitar relatórios, informações ou documentos aos responsáveis das UN's e Áreas;
- e) Elaborar relatórios sobre procedimentos e processos;
- f) Reunir e avaliar os relatórios parciais de execução do Plano;
- g) Elaborar o relatório anual sobre o Plano, e outros de período menor se assim for considerado pertinente;
- h) Submeter os relatórios a aprovação do Conselho de Administração Executivo (CAE). Posteriormente, o relatório anual, deve ser enviado ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo;
- i) Dar conhecimento dos relatórios ao Conselho de Supervisão;

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

j) Propor alterações ao Plano, a aprovar pelo CAE;

k) Dar publicidade aos atos.

O processo de monitorização tem necessariamente uma natureza dinâmica, sendo que os relatórios anuais devem sempre incidir sobre a última das realidades e não se focarem, *ad eternum*, no ponto de partida em que começou a ser implementado o Plano. No entanto, a probabilidade de ocorrência de riscos de gestão é transversal a todas as UN's e Áreas, pelo que o presente Plano e a ação de auditoria interna se aplicam a todas as unidades e subunidades orgânicas. Desta forma, todos os responsáveis e trabalhadores do Grupo TAP têm o dever de colaborar com a Auditoria no âmbito das suas competências.

Fatores de risco e a sua gestão

Risco operacional (Segurança | Safety)

Segurança – Modelo de atuação pelo qual a possibilidade de dano, para pessoas e bens é minimizada ou eliminada, através de um processo contínuo de identificação de situações com perigosidade potencial e da gestão do respetivo risco associado.

Risco de natureza económica e financeira

Sistemas de monitorização e controlo dos riscos, e consequentes impactos, decorrentes do comportamento dos mercados financeiros e da economia.

Risco de tecnologias de informação

Processo que identifica as vulnerabilidades e ameaças aos sistemas de informação utilizados pelas organizações para processar o seu negócio, e decide quais as medidas a adotar para reduzir o risco associado.

Risco de incêndio–prevenção

Sistema de gestão do Risco de Incêndio, explosão e derrames de produtos químicos. O sistema integra os Planos de Segurança Internos, a Formação dos Colaboradores, os Manuais de Proteção contra Atmosferas Explosivas (Manuais ATEX), os Exercícios de Simulacro de Emergência (incêndio, derrame de produtos químicos e sismo) para treino dos Colaboradores e Equipas de Apoio à Emergência (Central de Segurança, Vigilantes e Brigada de Incêndios), e um Plano de Auditorias Internas.

Risco de Manutenção e Engenharia

A gestão de risco na TAP–Manutenção e Engenharia é inerente e está integrada nas responsabilidades definidas no âmbito das certificações aeronáuticas e acreditações detidas⁽¹⁾ que são obrigatórias para a garantia da continuidade da sua atividade.

(1) EASA Parte 145 (Organizações de Manutenção Aprovadas); EASA Parte M (Aeronavegabilidade Continuada); NP EN ISO 9001:2008 (Sistemas de Gestão da Qualidade), entre outras.

Risco de saúde e segurança do trabalho

Sistema de gestão de risco apoiado na identificação, avaliação e controlo dos riscos profissionais, com repercussão na saúde e na segurança, que visa melhorar a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade, favorecendo a produtividade, através do envolvimento de toda a Empresa numa Cultura de Prevenção de Riscos.

Gestão do risco financeiro

Políticas de gestão do risco financeiro

A gestão económico-financeira do Grupo TAP em 2014 teve como pano de fundo um contexto internacional com múltiplos elementos de instabilidade e mudança, quer a nível geopolítico, quer a nível económico.

No ano em que se assinalou o 25º aniversário da queda do Muro de Berlim, a guerra voltou às portas da Europa, na Ucrânia. Também no Médio-Oriente e no Norte de África se verificou um crescente número de focos de conflito, alguns dos quais subsidiários da chamada Primavera Árabe iniciada em 2011, outros resultantes de tensões e conflitos latentes entre as diversas potências regionais, como é o caso das guerras na Síria e no Iraque.

A crescente tensão entre a Rússia e a Europa teve alguns efeitos económicos e comerciais diretos, através do embargo de exportações à Rússia, e medidas retaliatórias. No entanto, os maiores impactos poderão ter-se verificado nos mercados energéticos, fundamentais para a economia russa, e que poderão ter sido influenciados, em termos reais e especulativos, pela nova situação vivida. No mesmo sentido, mas num plano estritamente económico, a desaceleração da economia

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

chinesa bem como a estagnação da economia europeia, ambas com peso muito significativo no PIB global, poderão ter contribuído igualmente para a forte queda registada no mercado petrolífero, a partir do 2º semestre do ano.

Depois de 3 anos de grande estabilidade das cotações do petróleo, entre 2011 e 2013, com o Brent oscilando uns meros 10% acima ou abaixo de 110 dólares o barril, no outono de 2014 verificou-se uma queda acentuada e acelerada das cotações, para metade desse nível em final de ano, próximo de 50 dólares por barril. Outras matérias-primas baixaram também de cotação. Quanto ao combustível de aviação, que durante o triénio 2011-2013 se situou, de forma estável em torno de 1000 dólares por tonelada, baixou para 750 dólares em média no último trimestre do ano, atingindo valores próximos de 500 dólares em final de ano.

Além da economia europeia, também a economia brasileira registou uma quase-estagnação em 2014. De resto, a queda de cotação das matérias-primas e, acima de tudo, do petróleo, veio ensombrar de alguma forma as perspetivas de crescimento e expansão de muitas economias emergentes, que se mantêm muito dependentes dessa fonte de rendimentos para o seu desenvolvimento. Por seu turno, dada a crescente importância que os mercados emergentes assumem atualmente na economia mundial, a desaceleração das economias emergentes pode traduzir-se, rapidamente, em quebra de procura por exportações oriundas dos mercados desenvolvidos. Um exemplo concreto deste fenómeno é o caso de Angola, com uma brusca travagem económica em final de ano.

Naturalmente que todas as correntes e contracorrentes da economia nacional e internacional são importantes para o Grupo TAP, cuja atividade é influenciada pelas macro e micro-tendências dos mercados em que opera. A cotação do petróleo é uma das variáveis globais com impacto determinante na exploração da atividade de transporte aéreo. Mas múltiplos fatores locais como por exemplo a dinâmica do mercado de turismo em Portugal, ou fatores conjunturais como foi o Campeonato do Mundo de Futebol no Brasil este verão, influenciam, de forma mais ou menos significativa, os resultados do Grupo, nomeadamente a nível da sua atividade principal, transporte aéreo de passageiros. Por outro lado, o Grupo não enfrenta os riscos e as oportunidades de forma passiva e expectante pelo que 2014 foi também um ano de forte mudança e crescimento internos, com todas as dificuldades que isso acarreta. O aumento da frota da TAP de 55 para 61 aviões de médio e longo curso assim como o lançamento de 11 novos destinos na Europa e América Latina, em meados do ano, veio alargar ainda mais o espetro de atuação da TAP, diversificar a sua oferta, aumentar o seu leque de oportunidades de negócio, enfrentar ativamente os riscos de um cenário em constante mudança.

Risco de preço

O total de proveitos e ganhos do Grupo, aproximadamente 2,8 mil milhões de euros, depende, em cerca de 80%, da atividade de transporte aéreo de passageiros da TAP. O transporte de carga e correio, também realizado pela TAP, representa cerca de 4% do total de proveitos, situando-se a prestação de serviços de manutenção a entidades fora do Grupo, quer na Manutenção e Engenharia em Portugal, no quadro da TAP, quer na Manutenção e Engenharia Brasil, quase em 6% dos proveitos totais em 2014. As atividades de *duty free shop* do Grupo, levadas a cabo pela Lojas Francas Portugal, representam um valor ligeiramente acima de 6% do total de proveitos e ganhos, sendo os contributos das restantes empresas detidas pela TAPGER, incluindo a Cateringpor, pouco significativo, em termos de vendas para fora do Grupo. De igual modo, a Portugália Airlines assume um papel de locador de aeronaves (e sua manutenção) e tripulações, mas totalmente destinado à TAP.

A concentração de proveitos do Grupo no seu *core-business* de transporte aéreo de passageiros e carga é elevada. O transporte aéreo é hoje um bem de consumo corrente e de fácil acesso a inúmeros segmentos de mercado, tendo a TAP transportado, em 2014, 11,4 milhões de passageiros em mais de 320 mil horas de voo. O volume de passageiros ponderado pelas distâncias percorridas (PKU) aumentou, em 2014, 7%, refletindo não só um crescimento mas também uma aceleração da atividade face aos ritmos de crescimento de anos anteriores. Contudo, o preço médio de venda de cada passageiro-quilómetro, que havia subido marginalmente em 2013 face a 2012, baixou consideravelmente em 2014, na mesma ordem de grandeza que o crescimento do volume de PKUs. O resultado final global de proveitos de passagens foi de manutenção ao mesmo nível, cerca de 2,2 mil milhões de euros. De referir ainda que a taxa de ocupação global aumentou face ao ano anterior, situando-se em níveis elevados para a Indústria, acima de 80% para o total da operação.

Em termos de geografia da atividade, a Europa (incluindo Portugal) continua a representar 43% do total da operação medida em PKUs, sendo as rotas brasileiras responsáveis por 39% dos passageiros-quilómetros totais. A restante América Latina e EUA, por um lado, e África, por outro, têm pesos próximos de 1/10 cada no total de atividade da companhia. Em termos de crescimento, a atividade mostrou-se particularmente dinâmica nas rotas europeias e dos EUA, com crescimentos da ordem dos 10%. Também o Atlântico Médio cresceu significativamente, em resultado da abertura das novas rotas da Colômbia e

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

do Panamá. O volume de tráfego nas rotas brasileiras cresceu cerca de 4% (em especial nas linhas do Norte do Brasil) e África apenas 1%, neste caso com decréscimo na generalidade das rotas mas compensado por aumentos de tráfego importantes, acima de 10%, em dois mercados, Angola e Cabo Verde.

A nível de vendas, Portugal e Brasil mantêm proporções próximas entre si no total de vendas de passagens, de 23% e 22% do total respetivamente. A Europa, excluindo Portugal, é responsável por 40% das vendas totais, África, 7% (dos quais Angola 4,7%), EUA e América Latina (excluindo Brasil) 4% cada. Já na Venezuela se verificou, ao longo de todo o período uma redução da atividade de vendas, provocada pelas dificuldades sentidas pela TAP na repatriação dessas verbas para Portugal, tendo por isso optado por estimular apenas fora da Venezuela as vendas para essa rota.

Em termos de evolução, nas vendas de passagens registou-se em 2014 um aumento próximo de 8% nos mercados europeus, um decréscimo no mercado nacional de 2,5%, e uma descida no valor das vendas em euros no mercado brasileiro, de 7%. A quebra nas vendas no mercado brasileiro deverá ter estado, parcialmente, associada a uma redução de procura a pretexto do Campeonato do Mundo de Futebol, com menos saídas para o exterior por parte dos consumidores brasileiros e, de um ponto de vista mais lato, devido a uma desaceleração do consumo, em geral, na economia brasileira, bem como devido a aumento da concorrência por parte de outras companhias aéreas nalgumas rotas. No entanto existiu também um efeito cambial dado que, em reais, ao contrário do verificado em euros e dólares, as vendas subiram marginalmente. Esse efeito cambial tem a ver com o fato de as vendas no mercado brasileiro serem efetuadas tendo por base tarifas em dólares, pelo que a forte valorização do dólar, face ao real, implicou, a despeito da quebra de vendas em dólares, uma certa estabilidade em termos de moeda local. A variação negativa significativa registada nas vendas em euros, também em parte por efeito de variação cambial, alterou o peso relativo entre os mercados brasileiro e europeu, em favor deste, tendo o comportamento diferenciado, e compensatório, entre ambas as regiões, permitido manter o tráfego das rotas do Brasil com crescimento positivo.

A estrutura e configuração geográfica da rede, da operação e das vendas da TAP não se alterou, portanto, significativamente em 2014, face aos anos anteriores, mantendo-se a atividade assente em três importantes pilares, Europa, Portugal, Brasil, e explorando ainda duas grandes áreas geográficas com menos peso, Américas (ex-Brasil), e África. O que se verificou, ao longo do tempo, e em 2014 em particular, foi um significativo esforço de desenvolvimento e aproveitamento dos fluxos de tráfego nas rotas transatlânticas, em particular entre a Europa e a América do Sul. Esse empenhamento da TAP no aprofundamento do mercado defronta-se, contudo, com dois tipos de barreiras relevantes, por um lado as limitações de ordem económica de ambos os lados do Atlântico, seja o crescimento fraco do consumo na Europa e em Portugal, seja o claro arrefecimento da economia brasileira, por outro lado, a concorrência cada vez mais intensa e diversa não só nas linhas tradicionais do Brasil, como Rio e São Paulo, mas ainda noutras rotas onde algumas companhias europeias concorrentes se vão também posicionando, por exemplo, Brasília. De igual modo, companhias não europeias, quer da América Latina, quer de outras áreas geográficas, poderão de futuro alterar ainda mais o xadrez concorrencial no Atlântico Sul, tentando ameaçar eventualmente o posicionamento estratégico que a TAP foi construindo ao longo dos anos.

Naturalmente que, nas rotas europeias, a ameaça concorrencial é bem mais forte que nas rotas transatlânticas e a forte presença da Easyjet e da Ryanair, esta com a sua nova base em Lisboa, em concorrência com a TAP em múltiplas linhas europeias, conduz a uma forte limitação ao aumento de tarifas e a uma tendência de degradação da média tarifária refletida no *yield*. Todos estes fatores conduzem a uma situação complexa e delicada de *trade-off* entre preço e quantidade, e uma necessidade permanente de ajustamento face às estratégias tarifárias e de rede dos concorrentes.

Para além dos proveitos com transporte de passageiros, os proveitos provenientes do transporte de carga e correio constituem um complemento importante, com um peso na receita equiparado ao de um dos grandes mercados europeus de passagens aéreas, como a Alemanha, por exemplo, com uma dimensão próxima de 120 milhões de euros anuais. O transporte de carga tem um *modus operandi* que é condicionado, em diversas rotas, pelos limites, em termos de espaço e peso, resultantes da taxa de ocupação do avião em passageiros e das rotas e equipamentos operados, com as inerentes necessidades de combustível. Por exemplo, numa rota longa mas operada em avião de médio curso, como Moscovo ou Sal, a disponibilidade para carga é limitada pelo volume de combustível necessário. Já numa rota operada por aviões de longo curso, a possibilidade de transporte de carga é muito superior, dadas as características das aeronaves, nomeadamente em termos de tanques de combustível. Ainda no longo curso, as circunstâncias são ainda variáveis consoante se trate de A330 ou A340. Os proveitos de carga subiram em 2014 cerca de 2%, tendo a tonelagem aumentado 6% e o *yield* médio baixado 4%. Os mercados mais importantes em termos de carga são o Brasil e Portugal, Alemanha, mas também EUA, Itália, França. Angola, embora mercado de destino da carga muito importante, não é relevante como mercado originador ou emissor. Em 2014, o Brasil registou um crescimento muito importante. De referir que o mercado de carga é muito sensível à

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

concorrência de outras companhias, tendo menor fidelização, nomeadamente pelas inúmeras possibilidades de *routings* alternativos, e estando sujeito à natural captura por parte de operadores com frotas importantes e aviões de grande capacidade, por exemplo, as companhias aéreas do Golfo.

Se o transporte aéreo de passageiros e carga pela TAP representa cerca de 84% do total de proveitos do Grupo, a atividade de manutenção e engenharia, a nível de prestação de serviços para terceiros, representa perto de 6% do total, tendo atingido em 2014 um volume de negócios de aproximadamente 160 milhões de euros, sendo cerca de 70 milhões da responsabilidade da TAP–Manutenção e Engenharia Brasil. Contudo se, por um lado, a prestação de serviços de manutenção a terceiros tem um peso limitado no volume global de proveitos do Grupo, já o seu contributo total, incluído o trabalho realizado na frota TAP, tem uma dimensão muito relevante. O trabalho de manutenção da frota de 61 aviões de médio e longo curso da TAP representa, em conjunto com a atividade para terceiros, um montante que transcende em muito a dimensão contabilística da manutenção e engenharia nas contas do Grupo. Nalguns indicadores, a atividade de manutenção e engenharia tem uma expressão particularmente significativa, desde logo em termos de pessoal e pessoal especializado. A título de exemplo, também, o volume de materiais consumidos, utilizados quer na frota da TAP quer para manutenção de outras companhias, ultrapassa anualmente os 150 milhões de euros. A componente de trabalhos para terceiros, no conjunto das duas entidades de manutenção, em Portugal e no Brasil, deverá representar, em termos aproximados, metade da dimensão económica do conjunto da atividade de manutenção e engenharia, sendo a outra metade a correspondente à frota da TAP. Em 2014 o significativo acréscimo de proveitos para terceiros, na manutenção e engenharia, em Portugal, face ao ano anterior, deveu-se principalmente ao trabalho realizado nas novas aeronaves de longo curso recebidas e reconfiguradas pela TAP, de acordo com o acordado com o locador no âmbito do contrato de aluguer dessas aeronaves.

Além da atividade de transporte aéreo de passageiros e carga, e da atividade de manutenção e engenharia, também a atividade de vendas *duty free*, levada a cabo pela Lojas Francas de Portugal, assume um peso relevante no conjunto de proveitos global do Grupo. Esta atividade tem vindo a crescer, a desenvolver-se e a reestruturar-se de ano para ano, tendo-se verificado um aumento de proveitos superior a 10% em 2014, função não só do aumento de áreas comerciais em funcionamento mas sobretudo do aumento também próximo de 10% do tráfego nos aeroportos nacionais, que possibilitou um acréscimo do volume de vendas e inclusive um ligeiro aumento do preço unitário por transação.

Em síntese, o ano transato foi caracterizado por uma manutenção do valor global de proveitos de transporte aéreo, a despeito do aumento da operação e decorrente da baixa do preço médio das passagens aéreas, e por um crescimento significativo no valor global de proveitos quer da atividade de manutenção, quer da atividade de lojas francas.

Risco de preço de combustível e outros gastos

O conjunto de custos específicos da atividade de transporte aéreo, incluindo combustíveis, *handling*, taxas de navegação e aeroportuárias, *catering*, custo de manutenção, aproxima-se de mil e quinhentos milhões de euros num total de custos globais do Grupo próximo de 2,9 mil milhões de euros, ou seja mais de metade do total. Este conjunto de custos não inclui custos salariais com pessoal navegante nem os custos inerentes à locação de aeronaves e amortizações de equipamentos no Ativo da TAP.

Do total de custos variáveis referidos, mais de metade correspondeu em 2014 a combustível, sendo portanto o combustível responsável por cerca de 27% do total de custos globais do Grupo, aproximadamente em linha com o que se vinha verificando em anos anteriores desde a subida das cotações do petróleo para o patamar dos 100 dólares por barril, embora com uma dimensão superior, este ano, da operação, em cerca de 4-5%, quer em termos de horas de voo, quer em termos de lugares-quilómetro oferecidos (PKOs).

O ano de 2014 ficou marcado pela fortíssima queda do preço do petróleo no último trimestre do ano, não tendo essa descida tido ainda um impacto relevante na fatura global de combustível da TAP. De facto, a média de preços de mercado entre janeiro e setembro de 2014 foi apenas marginalmente inferior ao valor médio do ano anterior e só no último trimestre do ano a baixa de cotações se intensificou fortemente. Por outro lado, a baixa de preços registada em mercado só tem reflexos na faturação à empresa aproximadamente um mês mais tarde, dados os procedimentos de faturação estabelecidos com as companhias abastecedoras. Por outro lado, ainda, existe uma componente do preço total que é rígida à baixa de cotações, e cuja proporção na faturação aumenta inversamente com o preço de mercado, isto é, taxas, margens das abastecedoras e outras despesas e comissões, são contratualizadas e adicionam ao preço de mercado, qualquer que seja o nível em que o mercado se situe. Finalmente, o efeito das operações de *hedging* contratadas em 2014 e 2013 para o ano em curso tiveram também por efeito retardar o impacto da baixa das cotações. O câmbio do euro face ao dólar, embora se tenha depreciado

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

fortemente em final do ano, registou um valor médio em 2014 muito próximo do de 2013, tendo sido um fator relativamente neutro no que ao custo com combustível se refere.

O aumento da atividade, em termos de número de voos e horas voadas, resultante do aumento da frota e das novas rotas, na segunda metade do ano, implicou um acréscimo de consumo de combustível, em volume, de 5,5%. O preço médio de mercado em 2014, tendo em atenção o desfaseamento temporal normal da faturação, foi 5% mais baixo que em 2013. O aumento do custo total da TAP com combustíveis verificado em 2014, face a 2013, na ordem dos 4%, tem assim justificação quer na componente fixa do custo, que limita o efeito de baixa do preço, quer na componente de cobertura de preço que, num contexto de queda abrupta de cotações, tem um efeito desfavorável imediato. De referir no entanto que a política de cobertura de risco da TAP se manteve conservadora em termos de prazos e montantes e que, portanto, tem uma expressão menor do que em muitas das companhias suas congéneres e concorrentes, de acordo com dados que são públicos.

Depois do combustível, a maior rubrica de custos de exploração reside em gastos com pessoal que, não sendo um custo diretamente variável com a operação, não é contudo totalmente rígido. Por um lado, este custo está sujeito aos enquadramentos salariais definidos em Portugal pelo Governo, tendo sofrido alterações significativas nos anos recentes em função de decisões políticas, e determinações do Tribunal Constitucional. Também no Brasil, a legislação respetiva determina valores obrigatórios para os aumentos salariais a respeitar. Por outro lado, os custos salariais são influenciados pela conjuntura económica e pelo comportamento do mercado de trabalho, que influencia a capacidade de obtenção de aumentos salariais por parte dos sindicatos. Por outro lado, os custos globais com pessoal são inevitavelmente influenciados por aumentos de escala e aumentos de atividade da Empresa, situação que se verificou na TAP em 2014. O aumento de frota e da rede da TAP implicou a formação de novos pilotos e assistentes de bordo. No entanto, a despeito deste aumento significativo do efetivo de pessoal de voo, tendo em conta os níveis salariais distintos e o efeito conjugado das alterações legislativas verificadas em 2014, face a 2013, o crescimento global dos custos com pessoal situou-se num valor percentual muito limitado, entre 2 e 3% na companhia aérea e de apenas 1% no Grupo.

Embora de natureza distinta, o custo com fornecimento de serviços de *handling*, atividade muito intensiva em mão-de-obra, acaba por estar também dependente de fatores como o andamento do mercado de trabalho e da inflação, sendo esta última uma das variáveis de *pricing* definidas na contratualização com operadores de assistência em terra, como é o caso da Groundforce. A Groundforce, é responsável por uma parcela significativa do total de assistências realizadas visto ser o prestador de serviços de *handling* nos *hubs* em Portugal. Ao contrário do que sucede em Portugal e na Europa, onde os níveis de inflação se mantêm próximo de zero, em mercados como o Brasil os custos tendem a subir por efeito indireto da inflação nas subidas salariais mandatórias, repercutidas na faturação pelos operadores de *handling*.

Outra fonte de exposição da Empresa a custos reside nas taxas aeroportuárias e nas taxas de navegação. As taxas aeroportuárias, por aeronave e por passageiro, tiveram um significativo acréscimo no ano em virtude de alterações contratuais impostas pela Ana–Aeroportos de Portugal, posteriormente à sua privatização e também, no estrangeiro, no Brasil em especial, em virtude de subidas de preços impostos pelos aeroportos brasileiros, na sequência dos investimentos realizados por estas entidades no quadro da reabilitação de infraestruturas prévia à realização da Copa do Mundo de Futebol. Quanto às taxas de navegação, o seu aumento situou-se em linha com o aumento de passageiros-quilómetro oferecido (PKOs) e horas de voo, ou seja, com o crescimento do nível de atividade efetiva da TAP, em torno de 5%. A nível europeu, em particular, o aumento de *Service Units* no Eurocontrol (voos ponderados pelo peso da aeronave e distância percorrida) foi de 5,3%, adicionado de uma subida de preço ligeiramente menor que 1%. Em relação às restantes entidades de controlo de tráfego aéreo, o custo médio subiu menos do que na Europa, entre outras razões pela menor distância das novas rotas de longo curso lançadas no ano, face às rotas já operadas, baixando o custo médio por voo.

Entre outros custos relacionados com a operação de voo destacam-se ainda custos como os de manutenção, locação, fretamentos e amortizações. Os custos de manutenção da frota TAP estão em parte dependentes das necessidades de reparação e conservação, normalmente crescentes com o aumento da idade média da frota e com o número de horas de voo. Por outro lado, também a subida do dólar causa impacto na componente de materiais e na parte dos serviços subcontratados aos MROs externos. Em 2014, parte significativa do aumento de custos com materiais consumidos foi da responsabilidade de trabalhos para terceiros. Em 2014, a locação operacional de aeronaves sofreu um aumento de 10% face ao ano anterior, que resultou do efeito conjugado da introdução na frota em *lease* operacional de 6 aviões adicionais, face aos 18 já existentes em *lease* operacional, sendo contudo o nível médio de rendas mensais das novas aeronaves inferior à das anteriores e tendo ainda em consideração que a locação se iniciou apenas em meados do ano. Em contrapartida, houve necessidade de recorrer a diversos fretamentos, em níveis superiores aos de anos anteriores, para compensar o desfaseamento entre a entrada em operação das novas aeronaves e das novas tripulações e os compromissos

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

existentes decorrentes da venda de passagens realizadas à *anteriori*. Outro aspeto relevante relacionado com o conjunto de custos associados à frota foi a alteração do valor global de amortização anual das aeronaves e *sparcs* propriedade da TAP, ou em regime de locação financeira, em linha com a expectativa de permanência média mais duradoura da frota na posse e operação da TAP.

No que se refere a custos comerciais da atividade de transporte aéreo, os custos com comissionamento mantêm a sua trajetória descendente, fruto do investimento em novas tecnologias e na adesão crescente dos clientes à compra de passagens via internet.

Também no âmbito de custos comerciais, neste caso relativos à atividade de *duty free shop* se verificou um crescimento significativo na Lojas Francas Portugal, em linha com o crescimento de dois dígitos verificado na atividade. Tratou-se do aumento de custos com mercadorias vendidas mas verificou-se ainda um agravamento mais que proporcional nos custos com rendas e taxas de exploração em aeroportos no quadro da renegociação contratual com a Ana–Aeroportos de Portugal. Embora o impacto em 2014 deste aumento de custos tenha sido adverso, a prorrogação de todas as licenças necessárias à atividade, com um horizonte até 2020, veio criar perspetivas favoráveis, e um horizonte de previsibilidade, para o desenvolvimento deste segmento da atividade do Grupo, corporizado na Lojas Francas de Portugal.

Risco cambial

O risco cambial a que o Grupo está sujeito decorre em primeira instância da distribuição geográfica da sua atividade de transporte aéreo de passagens e carga e em muito menor escala das suas vendas de serviços de manutenção quer em Portugal quer na TAP–Manutenção e Engenharia Brasil. A exposição cambial do Grupo depende, também, da denominação cambial dos custos da exploração, entre os quais se destacam os combustíveis, principal rúbrica de custos e quase totalmente denominada em dólares. Por fim, tanto o Ativo como o Passivo do Grupo integram bens e dívidas sujeitos à influência direta ou indireta, reconhecida ou não, de variações cambiais. São eles desde logo o montante dos ativos (hangares, existências, etc.) da unidade brasileira de manutenção e engenharia, ativos cujo valor é influenciado pelo real brasileiro, ou ainda valores em tesouraria em moeda estrangeira, ou ainda, do lado do Passivo, a componente da dívida remunerada contratada em dólares e que representa cerca de 12% do total em dívida do Grupo. Por fim, também o Passivo e Capital Próprio da TAP–Manutenção e Engenharia Brasil constituem uma exposição cambial de natureza passiva ao real brasileiro.

A nível de receitas de transporte aéreo de passageiros, a componente em euros representa metade do total, correspondente às vendas em Portugal, na restante zona euro e em países europeus e africanos com regimes cambiais associados ao euro. A exposição ao dólar resulta das vendas nos EUA, no Brasil e em Angola, representando aproximadamente 30% do total. As restantes divisas, correspondentes a 1/5 das vendas, incluem a libra e o franco suíço, as moedas nórdicas e do leste europeu, o metical Moçambicano, ou o bolívar venezuelano. Esta última divisa tem, além do seu impacto nos proveitos, igualmente um peso importante a nível do Balanço, na tesouraria, em virtude de a transferência do valor acumulado resultante de vendas de períodos recentes se encontrar pendente de decisões morosas das autoridades da Venezuela, face à difícil situação financeira do país.

A exposição ao dólar no mercado brasileiro continua a ser uma das particularidades desse mercado, com raízes históricas nas fases de hiperinflação vividas no passado pelo Brasil e conseqüente dolarização parcial da sua economia. Este fator contudo tende a diminuir de importância e a sensibilidade dos consumidores à flutuação cambial face ao dólar tende a reduzir-se progressivamente. No mercado de Angola também se começou a assistir, em 2014, a uma gradual dissociação cambial do kwana face ao dólar, tendo sido determinada pelas autoridades, na segunda metade do ano, uma progressiva depreciação do kwana, fenómeno que não se pode desligar da significativa alteração do contexto financeiro do país resultante da queda do preço do petróleo.

A exposição cambial mais importante do Grupo é a relativa ao dólar e reside em grande parte na compra de combustível de avião que, dependendo do nível médio das cotações em cada exercício económico do Grupo, pode desequilibrar mais ou menos a balança cambial e a exposição a esta divisa. Com muito menor peso que o combustível, o conjunto de custos com materiais e subcontratação para manutenção e reparação de aeronaves, quer próprias, quer de terceiros, contem também uma proporção significativa do seu total, denominada em dólares. Existem ainda componentes denominadas em dólares (e outras divisas) nos custos com taxas de navegação e aterragem, embora a parcela mais significativa seja denominada em euros, quer em Portugal, quer na Europa a nível do Eurocontrol. Outros custos, como a locação operacional, por exemplo, são, na quase totalidade, denominados em dólares, sendo, no entanto, o seu peso diminuto na estrutura de custos da companhia aérea e do Grupo.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

A nível de combustível – e funcionando este mercado em dólares, independentemente das condições de faturação acordadas com fornecedores, nacionais e estrangeiros –, a exposição cambial exclui a componente relativa a taxas e margens das abastecedoras em mercados como Portugal e Europa, nos quais esta parcela é estabelecida em euros ou outras divisas locais. Esta componente do custo com combustível é tanto mais relevante, em termos relativos, quanto mais baixas as cotações de mercado do *jet fuel*, dado que se trata de um conjunto de encargos aproximadamente fixos e rígidos em cada período contratual plurianual. Pode estimar-se, no entanto, que a exposição ao dólar resultante unicamente do impacto efetivo do preço de mercado do *jet fuel* tenha representado, em 2014, um percentual próximo de 90% da faturação total com combustíveis, sendo o restante respeitante a todos os custos restantes. A queda do preço do petróleo verificada em final de 2014, a manter-se, implicará uma redução substancial na exposição cambial líquida ao dólar da TAP, e do Grupo, em termos futuros.

Em síntese, a exposição ao dólar tem sido, nos últimos anos, e em 2014, uma exposição negativa, em termos líquidos, resultante da estrutura de custos e proveitos. A presente baixa dos preços do petróleo tenderá a provocar uma redução dessa exposição cambial líquida, estando no entanto o seu efeito, de futuro, dependente da durabilidade e intensidade dessa baixa de preços.

O impacto da cotação cambial do euro face ao dólar, em fim de período, como a que ocorreu em 2014, face ao final de 2013, superior a 10%, gera diferenças cambiais na dívida em dólares que, não tendo um peso determinante na dívida total – apenas 12% da dívida global é denominada em dólares – sofre contudo impactos importantes se a variação cambial for muito grande. Ao contrário da variação da cotação do dólar em final de exercício, em dezembro de 2014, face ao final de 2013, que foi muito significativa, a variação média do câmbio do dólar ao longo do ano em 2014, face a 2013, teve um valor quase negligenciável. A forte subida do dólar em final de ano teve, por conseguinte, como reflexo, um custo substancial, relativamente à dívida, em resultados financeiros, na TAP e no Grupo.

Em termos futuros, o risco resultante de exposição cambial da TAP e do Grupo reside, para além de todos os fatores enunciados, igualmente, dada a sua relevância, no projeto estratégico e compromisso de investimento existente, relativamente à aquisição da nova frota de longo curso Airbus A350, a ser entregue a partir de 2017, e ao seu modo de financiamento.

Risco de taxa de juro

O ano de 2014, num contexto de estabilização dos mercados financeiros internacionais e num quadro de inflação praticamente inexistente, na Europa, continuou a ser caracterizado por taxas de juro quase nulas na Europa e muito baixas nos EUA. Também as taxas de juro de longo prazo, nomeadamente da dívida pública, em Portugal e na maioria dos países europeus, se mantiveram em níveis historicamente baixos. A descompressão verificada nos mercados financeiros, após anos de grande tensão provocada pelas crises das dívidas públicas na zona euro, permitiu igualmente uma baixa generalizada dos custos do crédito, nos mercados internacionais e também no mercado nacional. O aumento da liquidez nos mercados monetários, a estabilização financeira da economia nacional, bem como a ligeira retoma do crescimento da economia, permitiu às instituições financeiras começarem a praticar condições de crédito menos restritivas e concederem empréstimos com margens mais baixas, incluindo em financiamentos de curto prazo.

O valor global da dívida remunerada do Grupo, 1.062 milhões de euros, manteve-se em 2014 sensivelmente ao mesmo nível que em 2013, tendo-se verificado contudo uma substituição relevante de valores em dívida de empréstimos a médio e longo prazo por operações de mais curto prazo, predominantemente no mercado nacional. As linhas de curto prazo utilizadas no ano apresentaram, no geral, margens menores que as contratadas nos últimos 2 anos. Em resultado dessa circunstância, a margem média das operações a taxa flutuante baixou ligeiramente. Por outro lado, tendo a componente de curto prazo representado a quase totalidade da contração de nova dívida, e sendo as novas operações a taxa variável, o peso da dívida a taxa flutuante passou de 48% para 56% do total. A amortização parcial programada de empréstimos de longo prazo a taxa fixa, com a inerente substituição por dívida de curto prazo a taxa variável, indexada à euribor, teve por consequência, nalguns casos, uma redução ligeira da taxa de juro efetiva a pagar, a despeito dos *spreads* praticados. Tendo em conta ainda a manutenção em níveis próximos do zero das taxas Euribor, a taxa de juro média ponderada do Grupo terá, assim, sofrido uma redução, ainda que ligeira, em 2014, face ao nível de 2013.

O resultado financeiro líquido do Grupo, em 2014, foi assim substancialmente influenciado por alterações com origem na exposição cambial ao dólar, relativamente à dívida denominada nessa divisa, e também com origem no registo de perdas cambiais no bolívar, com carácter excecional, em resultado do novo enquadramento determinado pelas autoridades venezuelanas. Em termos resumidos, cerca de 43% do total de custos financeiros totais resultou em 2014 de custos com

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

diferenças cambiais. Cerca de 6% corresponderam a custos financeiros da TAP–Manutenção e Engenharia Brasil. Marginalmente mais de metade dos encargos financeiros do Grupo corresponderam a juros e outros custos de financiamentos e *leasings* financeiros da TAP, da Portugália Airlines, e da TAP SGPS. Este valor, de aproximadamente 43 milhões de euros, remunerou no ano uma dívida total que em final de exercício se situava em 1.062 milhões de euros.

Risco de crédito e de liquidez

O risco de liquidez do Grupo é, por conseguinte, uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, da concessão de liquidez intra-grupo, de custos ou ganhos cambiais e de atividades de investimento, quando significativas. O Grupo tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível de custos ou proveitos correntes da Empresa, condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, são regularizados, principalmente, através do sistema IATA Clearing House, o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

Síntese do Desempenho da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Em 2014, o negócio de transporte aéreo continuou a representar um forte contributo para o desenvolvimento da economia global. A procura de passageiros em termos de totais de passageiro-quilómetro registou, a nível global, uma evolução de aproximadamente 5,9% face a 2013, em linha com o crescimento verificado nos últimos 30 anos, enquanto a capacidade aumentou em 5,6%. A taxa de ocupação dos voos, na ordem dos 79,9%, situou-se próxima dos níveis máximos históricos, comprovando a esforço das companhias aéreas de maximizar a captação da procura. Em contrapartida, a Indústria evidenciou numa queda do *yield* global médio de -0,9% em 2014, resultando numa perda de rentabilidade. Relativamente ao mercado de carga aérea, apesar de ter registado uma taxa de ocupação de 47,2%, superior em 1,9 p.p. face a 2013, foi registado um aumento robusto de 4,1% na carga total transportada, superior à evolução global de trocas mercantis do mesmo ano em 1,1 p.p..

Entretanto, os preços de combustível de avião, embora numa trajetória descendente mas ainda significativamente superiores ao verificado no início da década, continuaram a condicionar a rentabilidade da Indústria, tendo representado um encargo global para a TAP, S.A. na ordem dos 33% do total de Gastos e Perdas Operacionais desta empresa. Face a 2013, aquele valor aumentou em 3,9%, o equivalente a EUR 29,8 milhões, muito correlacionados com o aumento de capacidade verificado. A forte queda do preço do petróleo, sentida no último trimestre do ano, refletiu-se de forma limitada no encargo da TAP com combustíveis (estimado em EUR 16,7 milhões), dado o desfasamento temporal resultante dos procedimentos de faturação estabelecidos com as companhias abastecedoras e das operações de *hedging* contratadas.

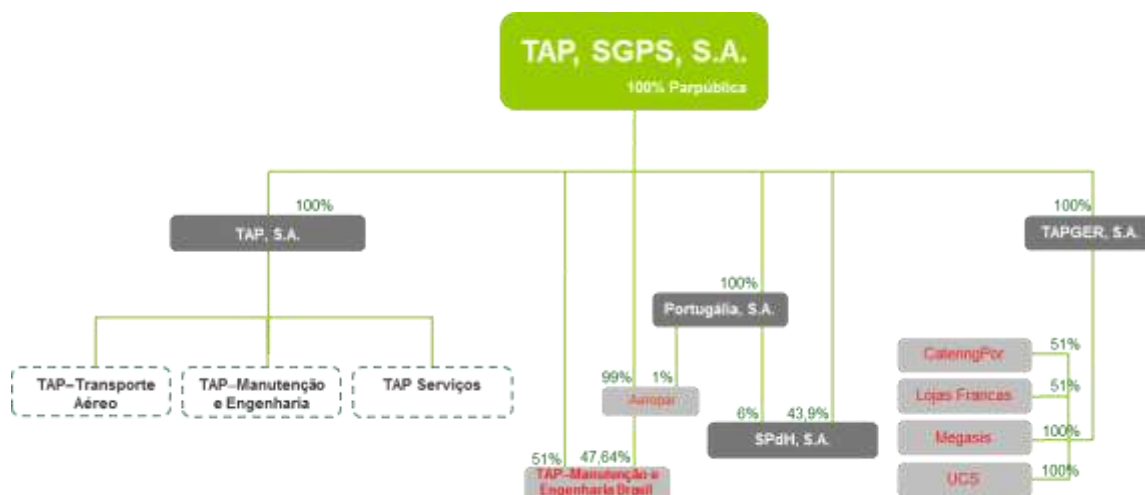
Encargo com Combustíveis na TAP, S.A.

	2014	2013	var.
	EUR milhões	EUR milhões	(abs.)
Total (*)	797,8	768,0	29,8
Efeito Preço			-16,7
Efeito Quantidade			43,0
Aquisição de Licenças de Emissão de CO ₂	4,7	1,0	3,7

(*) Inclui encargo relativo à aquisição de Licenças de Emissão de CO₂

Estrutura acionista do Grupo TAP a 31 dezembro 2014

No final de 2014, o Grupo das empresas que se encontravam no perímetro de consolidação da *holding* TAP era constituído pela TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. e subsidiárias, de acordo com a organização representada no esquema.



Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Metodologia de Consolidação

Foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas as seguintes empresas subsidiárias:

- TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
 - Transportes Aéreos Portugueses S.A. (TAP, S.A.).
 - TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. e empresas subsidiárias:
 - CATERINGPOR–Catering de Portugal, S.A.
 - L.F.P.–Lojas Francas de Portugal, S.A.
 - U.C.S.–Cuidados Integrados de Saúde, S.A.
 - MEGASIS–Sociedade de Serviços e Engenharia Informática, S.A.
 - PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (PORTUGÁLIA)
 - AEROPAR Participações, S.A. (AEROPAR) e empresa subsidiária:
 - TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

O Grupo considera existir controlo sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e ou tem direito, em resultado do seu envolvimento, ao retorno variável das atividades da entidade e tem capacidade de afetar esse retorno através do poder exercido sobre aquela, nomeadamente, quando detém direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais, que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade. A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada, separadamente, na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica de *Interesses não controlados*.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição. Os custos diretamente associados com aquisições (serviços de consultoria, aconselhamento legal, gastos administrativos, entre outros) são contabilizados, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, como gastos do exercício em que a aquisição teve lugar, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo, dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, é registado como *goodwill*.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos Resultados na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos. As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Foram consideradas Associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto.

Foi qualificada como associada a seguinte entidade:

- SPdH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (SPdH)

Os investimentos em empresas associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos. As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na respetiva rubrica. Se essas diferenças forem negativas são registadas como ganho do exercício na rubrica *Ganhos e perdas em associadas*.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir, também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir são objeto de reversão. Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados até ao grau da quota-parte do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido. Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das associadas são alteradas, para garantir a consistência com as práticas adotadas pelo Grupo.

Desempenho agregado das empresas da *holding* TAP (Consolidação)

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo anexas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

Salientam-se, seguidamente, os aspetos mais relevantes do desempenho agregado da *holding* TAP em 2014 e de cada uma das empresas que constituem o núcleo empresarial em que a Empresa detém participações financeiras.

Em 2014, o Grupo aumentou a sua capacidade com a introdução de seis novos aviões e o estabelecimento de onze novos destinos. Contudo, o resultado apresentado pelo Grupo situou-se abaixo das expectativas, largamente influenciado pelo impacto das greves na operação, pelo custo associado ao fretamento de aviões e, na vertente dos proveitos, pela redução de *yield* no Brasil e na Europa (fenómeno transversal à globalidade da Indústria).

Desta forma, a TAP SGPS finalizou 2014 com um resultado líquido no valor de EUR -85,1 milhões, montante que representa um agravamento de EUR 79,2 milhões em relação aos EUR -5,9 milhões registados em 2013. A nível operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), a Empresa registou um resultado positivo no valor de EUR 2,6 milhões, refletindo um agravamento de EUR 41,5 milhões, face ao montante verificado no ano anterior. O resultado antes de impostos totalizou EUR -78,8 milhões, valor que representa um agravamento de EUR 78,4 milhões em relação aos EUR -0,4 milhões registados em 2013.

Relativamente à atividade de Transporte Aéreo, de notar a estagnação de proveitos em vendas e serviços prestados (tendo diminuído 0,1% em 2014 face a 2013) apesar do aumento da capacidade e oferta, efeito largamente impactado pela diminuição do *yield* verificada e pelo impacto decorrente de eventos não recorrentes, que alcançaram em 2014 uma magnitude muito acima da esperada. Para tal concorreram tanto o atraso sentido na entrega, e consequentemente na introdução, das novas aeronaves, assim como as inúmeras greves, e ameaças de greve, ocorridas durante o ano de 2014, forçando a TAP a incorrer em custos extraordinários com o fretamento de aeronaves, com a compensação e com a realocação de passageiros, e em perda de receitas por bilhetes não vendidos (além das consequências indiretas a nível de marca e imagem da Companhia).

De referir, ainda, que a atividade da TAP–Manutenção e Engenharia Portugal evidenciou um total de proveitos gerados em vendas e prestações de serviços de manutenção a Terceiros de EUR 91,8 milhões, mais 23,7% que em 2013, mas ainda assim inferior ao realizado em 2012, largamente causado pelo aumento da presença de OEM's e organizações de grande dimensão nas atividades de motores e componentes, negócios com uma elevada componente financeira.

Contribuição das empresas associadas

Relativamente à TAP S.A., a empresa registou um resultado líquido de EUR -46,4 milhões, sendo este valor inferior em EUR 80,4 milhões, aos 34,0 milhões registados em 2013. O resultado operacional atingiu EUR -6,5 milhões, menos EUR 58,2 milhões que em 2013, tendo-se verificado resultados financeiros líquidos no valor de EUR -39,6 milhões, correspondendo a um agravamento na ordem de EUR 17,3 milhões, face ao ano anterior.

Apesar da monitorização regular que se encontra a ser realizada pela TAP, S.A., as flutuações e desvalorizações futuras da moeda, bem como a política futura de restrições ao repatriamento de capitais, não são controladas pela TAP, S.A., pelo que um desfecho menos favorável desta situação poderá vir a originar, no futuro, a necessidade de algum ajustamento no valor das disponibilidades localizadas na Venezuela e, consequentemente, afetar negativamente o resultado das operações e a posição financeira da empresa.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Relativamente à Manutenção e Engenharia, a TAP–Manutenção e Engenharia Brasil continuou o seu trajeto de melhoria de resultados, tendo em 2014 completado o quarto ano do Plano de Reestruturação a cinco anos. Neste ano, a unidade registou um resultado líquido de EUR -22,6 milhões, superior em EUR 17,7 milhões face ao resultado obtido em 2013. Assim foi dada continuidade à melhoria do desempenho económico e operacional da empresa, sendo visíveis os sinais de sustentabilidade da tendência de melhoria contínua.

No que refere à SPdH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (Groundforce Portugal), constituída em 2003 por cisão da Unidade de Negócio de Assistência em Escala da TAP S.A., a TAP, SGPS, S.A. é detentora de um conjunto de ações representativas de 49,9% do respetivo capital social, valor que inclui uma participação de 6% detida pela PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos S.A.. Em 2014, a empresa atingiu um resultado líquido positivo no valor de EUR 2,4 milhões, superior ao resultado de EUR 2,1 milhões atingido em 2013.

Principais Indicadores

TAP, SGPS, S.A. (Consolidação)

	2014	2013	var.
	EUR milhões	EUR milhões	
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2,6	44,1	-94,2%
Resultado antes de impostos	(78,8)	(0,4)	-17819,5%
Resultado Líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(85,1)	(5,9)	-1350,2%
Resultado Líquido da TAP, S.A.	(46,4)	34,0	-236,3%
Resultado Líquido da SPdH-Serviços Portugueses de Handling, S.A.	2,4	2,1	10,8%
Resultado Líquido da Aeropar Participações, S.A. (Brasil)	(11,0)	(19,5)	43,5%
Resultado Líquido da TAP-Manutenção e Engenharia Brasil, S.A.	(22,6)	(41,0)	44,9%
Ativo	1560,4	1695,2	-8,0%
Capital Próprio (após Interesses não controlados)	(511,9)	(373,3)	-37,1%
Quadro do Pessoal Ativo do Grupo (31 dezembro)	13.268	12.856	412
TAP, S.A.*	7.323	6.889	434
Transporte Aéreo	4.984	4.554	430
Manutenção e Engenharia	1.882	1.886	-4
TAP Serviços	427	419	8
Outros	30	30	0
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.**	2.255	2.262	-7
Restantes Empresas	3.690	3.705	-15

(*) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo

(**) Empresa Associada

Factos Marcantes

No decorrer de 2014, a Empresa prosseguiu os esforços no sentido de manter um posicionamento competitivo no mercado global, tendo-se registado a ocorrência de acontecimentos de natureza estruturante.

Processo de reprivatização da TAP SGPS, S.A.

Antecedentes

3ª e 4ª fases do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (TAP, S.A.), mediante a reprivatização do capital social da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (TAP SGPS, S.A.) foi aprovada pelo Conselho de Ministros, no decorrer do ano 2012 (Decreto-Lei n.º 210/2012, de 21 de setembro). As condições específicas da operação foram estabelecidas no caderno de encargos, aprovado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2012, de 19 de outubro, publicado em Diário da República.

No âmbito da 3ª fase do processo de reprivatização, que incluiu um processo preliminar de recolha de intenções de aquisição e subscrição junto de potenciais investidores, a Synergy Aerospace Corporation (Synergy) foi admitida a participar no momento subsequente do processo de venda direta (Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-B/2012, de 18 de outubro) tendo, no seguimento, apresentado uma proposta vinculativa, o que ocorreu a 7 de dezembro 2012.

Em cumprimento do disposto no Caderno de Encargos, a TAP, S.A. pronunciou-se sobre a adequação aos interesses da sociedade, do projeto e compromissos estratégicos da Synergy, tendo a comissão especial de acompanhamento do processo emitido parecer, concluindo pelo cumprimento das regras e procedimentos legais aplicáveis. Mediante a apreciação da proposta vinculativa apresentada, o Governo entendeu não incluir a mesma, elementos que permitissem formar juízo conclusivo, tendo determinado a conclusão deste processo, e tendo o Processo de Reprivatização da Empresa, permanecido suspenso, desde então.

Relançamento do Processo de Reprivatização – Cronologia dos principais eventos

Dezembro 2014 – Aprovação do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (Decreto-Lei n.º 181-A/2014 Diário da República n.º 248/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-24).

Janeiro 2015 – Aprovação do caderno de encargos do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2015 Diário da República n.º 13/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-01-20).

Fevereiro 2015 – Estabelecimento da data de início das diligências informativas e prazo de apresentação de proposta vinculativa no processo de reprivatização indireta do capital social da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (Despacho n.º 1469-A/2015 Diário da República n.º 29/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-02-11).

Principais Eventos

Janeiro

A TAP lança novas aplicações para dispositivos móveis, apresentando um *design* integralmente renovado, com uma imagem mais apelativa e moderna, mais integrada nos sistemas operativos e, principalmente, mais *amiga do utilizador*.

É permitida pela TAP Portugal a utilização de aparelhos electrónicos pessoais durante todas as fases do voo, desde que configurados em *modo de voo* ou equivalente, ou seja, desde que estejam desativados os sistemas de comunicação e transmissão de dados (*Wireless e Bluetooth*).

Fevereiro

TAP promove Portugal na Estónia na Feira de Turismo de Talin, valorizando o destino Portugal.

Março

Com o lançamento de uma campanha a promover os 10 novos destinos da TAP a partir do período de verão, é apresentada ao mercado uma nova linha de comunicação inspirada no leque dos respetivos climas, que vão do quente ao frio, do seco ao húmido, do tradicional ao exótico, do rural ao urbano.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

A Cateringpor, empresa do Grupo TAP, é selecionada pela Goodrest para fornecimento das refeições disponibilizadas pela CP aos passageiros dos comboios *alfa pendular*.

A data da fundação da TAP, 14 de março, é assinalada com a inauguração, no Museu do Ar (Sintra), da *Exposição Comemorativa do 69º Aniversário 1945 – 2014 / Homenagem ao Comandante Silva Soares*.

Decorre o *2nd IATA Baggage Fraud Prevention Meeting*, evento organizado pela TAP que assume, atualmente, a presidência deste grupo de Prevenção de Fraude internacional da IATA (Associação Internacional do Transporte Aéreo), reunindo especialistas e representantes das principais companhias aéreas a nível global.

A TAP Portugal e a C.P.– Comboios de Portugal, E.P.E, firmam protocolo de cooperação, visando oferecer aos clientes a facilidade de um *interface* de qualidade entre Transporte Aéreo e Transporte Ferroviário, beneficiando, desta forma, os passageiros de ambas as companhias.

Abril

É atribuído o nome de *José Saramago* a um dos aviões da frota da TAP, um Airbus A320 a entrar ao serviço da Companhia no início do período de Verão. A iniciativa representa uma honra significativa para a companhia aérea portuguesa que, desta forma, homenageia simbolicamente um dos maiores expoentes da língua Portuguesa, evocando o Nobel pelos céus do mundo.

A TAP e o Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL) assinam protocolo de cooperação mútua visando fortalecer a relação de parceria construída nos últimos anos, oferecendo uma perspetiva integrada de colaboração.

Maio

A TAP oferece aos seus Clientes a possibilidade de efetuarem o check-in dos seus voos com 72 horas de antecedência, com a exceção dos voos de e para os EUA, por imposição legal norte-americana.

A TAP, em parceria com a Newtour, desenvolve ações de divulgação do destino Portugal, trazendo a Portugal 25 dos principais agentes de Turismo que operam nos mercados da República Checa, da Eslováquia, da Hungria, da Roménia e da Sérvia para uma viagem de familiarização.

Junho

Para assinalar o Dia da Criança, é lançado um *site* totalmente renovado das mascotes infantis Flip & Flap, apresentando funcionalidades novas e *design* mais atrativo (<http://flipflap.flytap.com>).

Início da operação para as cidades brasileiras de Manaus e Belém inaugurando, desta forma, os primeiros dos 11 novos destinos que a Companhia lança ao longo do período de Verão.

Julho

Início da operação entre Lisboa e sete novos destinos na Europa: Belgrado, Nantes, Oviedo, São Petersburgo, Gotemburgo, Hannover e Talin. Para além destas cidades, a Companhia dá também início à operação de voos para a Colômbia e para o Panamá.

No âmbito do plano de reforço da frota previsto para o período de Verão, entram ao serviço um dos novos aviões Airbus A320 e um dos novos aviões Airbus A319, recebendo os nomes de *Malangatana* e de *Sophia de Mello Breyner*, em homenagem simbólica da Companhia, respetivamente, ao artista plástico e poeta moçambicano e a uma das mais importantes poetisas portuguesas.

Setembro

Entra ao serviço da TAP o segundo aparelho Airbus A319 que recebe o nome de *Aristides de Sousa Mendes*, em homenagem ao Cônsul de Portugal em Bordéus na altura da invasão de França pela Alemanha, durante a segunda Guerra Mundial.

Novembro

A TAP marca presença no World Travel Market (WTM), o certame mais importante para a indústria de Turismo e Viagens no âmbito global, a decorrer em Londres, promovendo os serviços da Companhia, os destinos turísticos e os produtos portugueses que fazem parte do serviço de bordo da transportadora aérea.

A TAP e a Startup Lisboa reúnem-se numa parceria para o lançamento do programa TAP *Creative Launch, Making Ideas*

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Fly, concebido para a promoção e apoio de novas empresas e ideias de negócio.

Dezembro

A TAP adiciona oito novas escalas na Europa à lista de escalas com disponibilidade de *mobile check-in*, contribuindo, com a sua postura de inovação, para a melhoria da experiência de viagem de cada passageiro.

Distinções e Prémios atribuídos em 2014

Reforço continuado de prestígio, nos mercados em que a Companhia opera:

- Impacto na economia, um reconhecimento em diversas regiões do mundo;
- A divulgação da cultura, dos valores e dos produtos, numa parceria no âmbito nacional;
- A promoção de contributos testemunhando preocupações relacionadas com os direitos humanos.

Europa

The Expectation of 2014 – Título atribuído à TAP em S. Petersburgo (aeroporto de Pulkovo), face às expectativas geradas pela Companhia com a sua operação.

Prémio Marketeer – Destaque atribuído pela revista Marketeer, na categoria *companhia aérea*, reconhecendo a TAP como melhor empresa no domínio de Marketing, Publicidade e Comunicação em 2013.

Companhia Aérea com Melhor Reputação em Portugal – Distinção atribuída pela Reputation Institute na edição de 2014 do Estudo Portugal *Rep Trak Pulse – Companies and Brands*.

Menção honrosa na categoria Impressão Digital de Grandes Formatos – Destaque efetuado pelos Prémios Papies 2014 ao stand da TAP presente no *Greenfest 2013* – o maior evento de sustentabilidade do País –, com o objetivo de demonstrar a vertente social da Empresa.

Louvor da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – Distinção atribuída à TAP pelo Alto Comissariado para as Migrações, pelo vídeo de segurança a bordo que, nas palavras de Rosário Farmhouse, anterior Alta Comissária, *além de servir exemplarmente o fim a que se destina – divulgando as normas de segurança em vigor –, teve em consideração a diversidade etária, de género, de origem, de tom de pele e sotaque, presentes no nosso País, contribuindo significativamente, dessa forma, para o sucesso desta nobre missão de defesa do princípio da igualdade de tratamento e no combate ao racismo e xenofobia*.

Síte da TAP com destaque positivo – Destaque efetuado pela DECO–Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, na sequência da análise realizada aos *sites* de companhias aéreas e de agências de viagens a operar no mercado nacional, afirmando: *Fizemos a análise ao site no que respeita a informação e a preços, e não houve irregularidades*.

Melhor Companhia de Aviação – Classificação recebida no âmbito do Publituris Portugal Travel Awards 2014, importante reconhecimento mediante diversos critérios de avaliação, designadamente, conhecimento da realidade da empresa, política de comunicação coerente, capacidade de inovação e visibilidade mediática.

Award of Distinction – Distinção atribuída à TAP e a docentes e investigadores da Universidade Católica de Portugal, no âmbito do 2014 World Public Relations Forum, na categoria *Academic Case Studies dos Global Alliance Comm Prix*, distinguindo o estudo *The PR pyramid: Guidelines for Social Media Management*, sobre a gestão efetuada pela Companhia da sua presença nas redes sociais.

Prémio Carreira Navegantes XXI – Homenagem dirigida a Fernando Pinto, pela Associação da Economia Digital (ACEPI), destacando o trabalho que o presidente executivo da TAP *tem vindo a realizar, desde há 14 anos, na condução de uma das mais importantes empresas nacionais*. A ACEPI realça *o enorme projeto transformacional de digitalização que Fernando Pinto tem liderado e que transformou a TAP num paradigma da economia digital em Portugal e no resto do mundo*.

TAP Carga, Melhor Companhia Aérea de Carga em três categorias (Melhor Companhia Aérea de Carga para a Europa, para as Américas e para África) – Troféus recebidos no âmbito dos Prémios de Carga Transportes & Negócios 2014.

Amadeus Brighter Awards 2014 – Distinções atribuídas por júri constituído por três dos principais órgãos de comunicação social portugueses do setor de Viagens e Turismo (Ambitur, Publituris e Turisver), ao presidente executivo da TAP,

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Fernando Pinto, como *Gestor do Ano do Sector Privado* e ao administrador executivo Luiz da Gama Mór, como *Gestor do Ano em Aviação*.

África

Companhia Aérea Europeia Líder para África – Prémio atribuído à TAP, no âmbito dos *World Travel Awards (WTA)* – os Óscares do Turismo mundial –, em reconhecimento do esforço persistentemente desenvolvido, promovendo o melhor produto nas ligações entre a Europa e África.

América do Sul

Companhia Aérea Europeia Líder para a América do Sul – Prémio atribuído à TAP, no âmbito dos *World Travel Awards (WTA)* – os Óscares do Turismo mundial –, em reconhecimento do esforço persistentemente desenvolvido, promovendo o melhor produto nas ligações entre a Europa e a América do Sul.

Personalidade do Turismo no Brasil – Prémio atribuído no âmbito de iniciativa promovida por Mercado & Eventos e revistas FT Brasil (Grupo Folha Dirigida), destacando personalidades e entidades que trabalharam em benefício do desenvolvimento do turismo do Brasil.

Oriente

Melhor Boutique Airline da Europa e 3ª Melhor Boutique do Mundo – Posicionamentos atribuídos à TAP pelo *site* de Singapura Skift, numa classificação das melhores companhias em termos de *luxo económico*.

Estratégia Empresarial

Visão e estratégia de longo prazo

Ao longo do ano de 2014, vários fatores tornaram evidente a necessidade de repensar a estratégia de longo prazo da Companhia: i) o elevado número eventos não recorrentes, e a redução de *yield* experienciada, com efeito direto na rentabilidade da Companhia; ii) o nível de subinvestimento sentido, e impacto a nível da frota e qualidade do produto; iii) a necessidade de acompanhar os pares nos seus esforços de redução de custos, que poderão comprometer a vantagem de custos de que a TAP beneficia atualmente; e iv) a necessidade de adaptar o modelo comercial da TAP a uma nova realidade na Indústria.

Assim, no final de 2014, a TAP iniciou uma reflexão estratégica para o período de 2015-20, tendo definido seis eixos estratégicos sob os quais irá trabalhar para se estabelecer no mercado mundial como uma referência de crescimento a todos os níveis e para, conseqüentemente, fazer crescer a sua representatividade nos mercados em que opera e virá a operar, bem como no contexto geral da Indústria da aviação.

Plano Estratégico 2015-2020 Eixos Estratégicos

1. Renovação e expansão de todas as frotas;
2. Evolução do modelo comercial;
3. Automatização e melhoria da experiência do Cliente;
4. Consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub*;
5. Melhoria das eficiências operacionais;
6. Reposicionamento dos negócios das unidades de manutenção e engenharia em Portugal e no Brasil.

No primeiro eixo de renovação e expansão de todas as frotas, a ambição de longo prazo assenta numa frota jovem em comparação com a média da Indústria que permita à TAP manter a vantagem competitiva de custos unitários relativamente baixos. No âmbito da frota de longo curso, de referir a integração na frota dos A330-200 realizada em 2014, perspectivando-se a integração dos novos A350-900XWB, que virão a integrar a frota a partir de 2017. Para a frota de médio curso, ambiciona-se uma frota que venha a introduzir novos aparelhos que estabeleçam um novo padrão de eficiência e conforto, e que aproveite e otimize os aparelhos de longo curso a serem integrados.

No eixo de evolução do modelo comercial da Companhia, a estratégia de longo prazo consiste na melhoria e desenvolvimento do produto de forma a estar a par com aqueles que são os atuais padrões da Indústria e de forma a poder providenciar maior conforto aos passageiros. Adicionalmente, a estratégia integra também iniciativas que visem a otimizar a representatividade das receitas auxiliares no contexto das receitas totais da Companhia e dos serviços que a TAP oferece aos seus passageiros.

Num terceiro eixo de automatização e melhoria da experiência do cliente, a estratégia tem como objetivo promover a distinção do produto e serviço oferecido, face às operadoras *low-cost*, visando o aumento contínuo das vantagens competitivas da TAP do ponto de vista do passageiro. Entre estas iniciativas, de referir a automatização e digitalização dos processos que envolvam interações dos passageiros de forma a aumentar o conforto e de toda a experiência de voar com a TAP.

No eixo de consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub*, será desenvolvido um esforço de crescimento contínuo da rede e de aumento do foco nas operações do *hub* de Lisboa e da sua contínua melhoria. No âmbito do crescimento da rede, a TAP ambiciona consolidar e robustecer a sua posição nos mercados em que atualmente opera e ambiciona definir e crescer em mercados de elevado potencial e nos quais tem tido uma presença inferior. No âmbito do aumento do foco no *hub*, a TAP continuará a otimizar e fazer crescer as suas operações no *hub* de Lisboa, e continuará também a desenvolver o seu papel nos outros aeroportos em Portugal a partir dos quais opera, tais como Faro, Porto e Funchal.

Num quinto eixo de melhoria das eficiências operacionais, a TAP irá desenvolver um acrescido esforço de otimização da sua estrutura de custos de forma a assegurar uma base que permita crescer, de forma sustentável e tão eficiente quanto possível, nunca comprometendo aquela que é a sua resolução de manter excelência na segurança das suas operações e de oferecer aos seus clientes um produto e serviço de referência mundial.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Num sexto e último eixo de reposicionamento do negócio das unidades de manutenção e engenharia em Portugal e no Brasil, a estratégia para a unidade em Portugal assenta num continuado foco em servir a frota da TAP conjugado com um aumento do esforço de captação de mercado de serviços para terceiros. Já para a unidade do Brasil, a estratégia passará por consolidar os resultados que têm vindo a ser atingidos no programa de reestruturação, que está agora no seu quarto ano de cinco anos, e em utilizar a base de crescimento que está a ser constituída como plataforma para relançar o negócio nas suas várias frentes de atividade.

Finalmente, esta estratégia será suportada por estratégia de financiamento revista, que apoie os compromentimentos financeiros subjacentes ao Plano, pelo desenvolvimento de um programa de gestão de recursos humanos holístico, incluindo gestão de talento, mobilidade e gestão da mudança, e pelo lançamento de uma estratégia mais proativa de gestão da relação com as várias entidades, públicas ou não, envolvidas no dia-a-dia da TAP.

Principais desenvolvimentos em 2014

Ao longo de 2014 a TAP prosseguiu o seu programa de crescimento e procurou reforçar a sua posição como companhia de referência entre a Europa e o Atlântico Sul, ao longo dos seis eixos estratégicos constantes no Plano Estratégico para o período de 2012-2016.

Continuação do crescimento da Rede e exploração de oportunidades de expansão

A introdução de novas aeronaves permitiu uma marcada expansão da Rede, com o lançamento de onze novos destinos na rede, assim como a consolidação da rede atual através do aumento de frequências em destinos de elevada procura. Em 2014, foram então lançados sete novos destinos na Europa – São Petersburgo na Rússia (3x por semana), Belgrado na Sérvia (3x por semana), Talin na Estónia (3x por semana), Gotemburgo na Noruega (4x por semana), Oviedo na Espanha (6x por semana), Hannover na Alemanha (4x por semana) e Nantes na França (6x por semana) –, dois novos destinos no Brasil (3x por semana) aquando do campeonato Mundial de Futebol através de uma operação triangular – Manaus e Belém –, juntamente com os dois primeiros destinos da TAP na América Latina (4x por semana), também estes através de uma operação triangular – Bogotá na Colômbia e Cidade do Panamá no Panamá.

Renovação da capacidade visando manter ganhos no custo unitário

A TAP, procurando explorar as oportunidades de negócio que possibilitem um contínuo crescimento da Rede e consolidação dos atuais mercados, introduziu na sua frota seis novas aeronaves no 2º semestre do ano: dois novos A330, dois novos A320 e dois novos A319.

Orientação do desempenho comercial para melhorias na receita unitária

No ano de 2014, foi concluída a integração e consolidação do novo sistema de gestão de *Revenue Management* PROS O&D II, que permite à TAP otimizar o aproveitamento da Rede ao diferenciar a disponibilidade de lugares à venda nos voos por origem/destino e por ponto de venda (POS). A finalização da integração deste sistema tornou possível a seleção de aceitação de reservas com recurso a um leque mais alargado de critérios de escolha, permitindo uma afinação dinâmica e em *real time* da disponibilidade de preços e aumentando a paridade entre as evoluções de oferta e procura. Desta forma, a TAP ficou melhor apetrechada para lutar de forma mais equilibrada e de igual para igual com a sua concorrência que se apresenta cada vez mais agressiva em praticamente todos os mercados para onde opera. É ainda de notar que o novo sistema de gestão de receita tornou visíveis já em 2014 resultados positivos numa melhor e mais eficiente utilização do espaço à venda com registo de aumento de *load factor* associado a um aumento de passageiros e de receitas de passagens.

Garantir um enfoque consistente no custo unitário, através do crescimento contínuo da sensibilização

Em 2014, apesar da notável redução de custos unitários com combustível, o custo total com combustível aumentou face a 2013 devido a uma expansão da operação por via de introduções de novos aviões na frota, e consecutivo lançamento de 11 novas rotas. Adicionalmente, o continuado aumento das taxas de aterragem que se tem vindo a sentir nos últimos anos junto de significativos aumentos dos custos associados a fretamentos de aviões, das remunerações variáveis e dos custos de *catering* contribuíram para que o custo unitário em 2014, em termos de custos totais por quilómetro voado, tivesse reduzido apenas -0,3% face a 2013.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Retoma do negócio de manutenção para terceiros na TAP-Manutenção e Engenharia Portugal

Embora se tenha verificado um crescimento notável em 2014 relativamente a 2013, este teve características mais conjunturais que estruturais, tendo-se mantido a acentuada pressão por parte dos clientes para que os prestadores de serviço assumam maiores riscos a menores preços (com implicações no âmbito de necessidades de capacidade financeira). Manteve-se em 2014 a tendência de mercado de constituição de grandes redes de prestação de serviços de MRO, lideradas quer por grandes grupos de MRO quer por fabricantes, que de resto têm vindo a exercer um notavelmente agressivo esforço de controlo da cadeia de produto *from cradle-to-grave*, permitindo-lhes não só proteger o seu *know-how*, como também constituírem-se como fortes concorrentes às organizações de MRO tradicionais. Desta forma, têm vindo a acrescer as dificuldades sentidas pelas prestadoras de MRO tradicionais de menor dimensão, como a TAP–Manutenção e Engenharia, na regeneração dos seus portfólios de serviços em oferta, resultando numa tendência de integração de MRO's que permitiram a MROs de maior dimensão entrar em novos mercados, ampliar a sua oferta e tornar-se mais competitivas.

De forma a não perder a oportunidade de vir a fazer parte destas estratégias é fundamental manter elevados níveis de competência de gestão e técnica por forma a garantir flexibilidade, eficiência e capacidade de cumprimento das expectativas dos clientes. Assim, na vertente de trabalhos para terceiros, apesar da notável melhoria face a 2013 e de se ter ultrapassado as expectativas nos resultados financeiros obtidos, continuou a fazer-se sentir dificuldade em retornar aos valores de receita no negócio de MRO de motores registados anteriormente, bem como em esgotar a capacidade da oferta instalada. É também importante de realçar o foco posto na melhoria dos processos de faturação e recebimentos com o claro objetivo de melhor contribuir para a tesouraria da TAP. Postos os esforços realizados em 2014 e os resultados conseguidos, a TAP–Manutenção e Engenharia Portugal atingiu uma margem de contribuição para o resultado global da TAP cerca de três vezes superior ao valor orçamentado.

Adicionalmente, com a iniciação de Mário Lobato de Faria em Março como novo Diretor-geral de Manutenção e Engenharia, iniciou-se um processo de reestruturação assente numa lógica de três eixos estratégicos chave – Organização, Pessoas e Sistemas –, de forma a colocar em voga a importância da clareza na atribuição de responsabilidades sobre os processos macro, o alinhamento com as demais estruturas da TAP e a importância de criar uma nova estrutura de Direção da TAP–Manutenção e Engenharia.

Alcançar o *turn-around* completo da TAP–Manutenção e Engenharia Brasil

A TAP–Manutenção e Engenharia Brasil deu em 2014 mais um passo significativo no sentido de alcançar o seu equilíbrio operacional. Pelo 4º ano consecutivo, a atividade do negócio voltou a crescer e o resultado operacional, apesar de ainda negativo, melhorou na sua representatividade do total de prestações e serviços em cerca de 92,8 p.p. em reais. De assinalar, um crescimento do portfólio de produtos e serviços e do interesse exibido por OEM's e MRO's de referência mundial, no sentido de se estabelecerem parcerias de longo prazo que, por um lado, permitirão à TAP–Manutenção e Engenharia Brasil incrementar, de modo sustentado, a sua receita e, por outro lado, permitirão a essas organizações de referência uma porta de entrada para o mercado Brasileiro, por via de um parceiro de referência no mercado de MRO local, que é a TAP–Manutenção e Engenharia Brasil. Por fim, é de realçar o trabalho que tem sido feito na eliminação de contingências que têm pesado sobre a empresa e condicionado a sua atividade. Adicionalmente, a empresa conseguiu eliminar em 2014 um valor de cerca de 75,0 milhões de Reais Brasileiros de contingências, e encetou um número de ações em juízo a favor da TAP.

Restantes Empresas do Grupo

Relativamente às restantes participações detidas pela TAP, SGPS, S.A., refira-se o desenvolvimento de atividade em áreas ligadas aos negócios principais do Grupo – o Transporte Aéreo e a Manutenção e Engenharia. O critério para a seleção destes investimentos assentou no pressuposto de que o desenvolvimento das respetivas atividades contribui para o fortalecimento daqueles negócios, quer através da rentabilização do capital investido, quer pelo acréscimo das vantagens competitivas promovido por efeito sinérgico. A TAP possui uma empresa que funciona como *holding* de algumas das suas subsidiárias desenvolvendo atividades complementares ou colaterais aos seus negócios principais de transporte aéreo e manutenção, a TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A., cujo objetivo fundamental consiste em efetuar, de forma direta e participada, o acompanhamento da gestão daquelas empresas.

À semelhança da tendência na Indústria, a TAP detém os seus investimentos financeiros nas áreas de: *Catering*, Sistemas de Informação, Lojas de Vendas em Aeroportos e a Bordo, Serviços de Saúde e Assistência em Escala.

Análise do Desempenho

TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.

A TAPGER é uma Sociedade Anónima com sede em Lisboa, criada pela TAP em Setembro de 1997, com o objetivo de conseguir uma gestão mais direta e participada nas diversas atividades complementares ou colaterais aos seus negócios principais de transporte aéreo e de manutenção, numa perspetiva do seu desenvolvimento. A empresa tem por objeto o acompanhamento da gestão das suas empresas participadas, com incidência na respetiva performance económica e financeira, bem como a prestação de assistência e apoio às empresas Lojas Francas de Portugal, S.A. e Cateringpor–Catering de Portugal, S.A., em determinadas áreas, no âmbito estabelecido no *Joint Venture Agreement* e do *Technical Service Agreement*, respetivamente. Para assegurar, de forma mais satisfatória, esta assistência, bem como todo o processo administrativo, a TAPGER mantém um contrato de prestação de serviços com a TAP, S.A. (TAP Serviços).

Durante o exercício de 2014, a TAPGER acompanhou a atividade desenvolvida pelas empresas suas participadas e realizou as assembleias gerais necessárias à aprovação das respetivas contas relativas ao exercício de 2013.

Eleição de Órgãos Sociais nas Empresas participadas da TAPGER

Ainda, nas respetivas Assembleias Gerais de aprovação de contas e, em conformidade com as orientações do acionista TAP, SGPS, S.A., a TAPGER procedeu à eleição/reeleição, para o triénio 2014/2016, de membros dos Órgãos Sociais nas seguintes empresas desta *holding*:

- Na empresa LFP–Lojas Francas de Portugal, S.A. devido à renúncia dos Vogais Dr. Luís António Domingos Fernandes Silvério Monteiro e Alexander Angel Anson-Esparza, a TAPGER nomeou para o cargo de Vogais do Conselho de Administração, Dr.^a Ana Paula Amaral Costa de Oliveira Canada e Benjamin Harmstorf com efeitos a 31 de março 2014. Também em 2014, o Administrador-Delegado Dr. Nuno Filipe Martins do Amaral apresentou a sua renúncia ao cargo, não tendo sido substituído até ao final do exercício.
- Na empresa Megasis–Sociedade de Serviços e Engenharia Informática, S.A., a TAPGER procedeu à reeleição da globalidade dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2014-2016, à exceção do cargo de Presidente do Conselho de Administração para o qual foi eleito o Dr. Luís Manuel da Silva Rodrigues, devido à renúncia apresentada pelo Dr. Michael Anthony Conolly com efeitos a 31 de março 2014. Em 2 de dezembro 2014, o Dr. Luís Manuel da Silva Rodrigues apresentou também a sua renúncia a este cargo, tendo a TAPGER procedido à nomeação do Eng.^o Fernando Abs da Cruz Souza Pinto, com efeitos a 03 de dezembro 2014.
- Na empresa UCS–Cuidados Integrados de Saúde, S.A., devido à renúncia do Presidente do Conselho de Administração Dr. Michael Anthony Conolly, a TAPGER nomeou para este cargo o Dr. Luís Manuel da Silva Rodrigues, em 14 de maio 2014, tendo posteriormente, em 3 de dezembro 2014, procedido à nomeação do Eng.^o Fernando Abs da Cruz Souza Pinto, na decorrência da vacatura do cargo, devido à renúncia igualmente apresentada pelo Dr. Luís Manuel da Silva Rodrigues, em 2 de dezembro 2014.

Ainda, na TAPGER, o acionista único TAP, SGPS procedeu à nomeação em 8 de maio 2014 da Dr.^a Ana Isabel Silva Assunção para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, e em 3 de dezembro 2014, na decorrência da renúncia ao

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

cargo de Vogal apresentada pelo Dr. Luís Manuel da Silva Rodrigues, procedeu igualmente à nomeação a Dr.ª Teresa Silva Lopes para este cargo.

O resultado líquido do exercício de 2014 registou um crescimento de 4,2%, relativamente ao de 2013 (mais EUR 221,700 milhares).

Outras participações do Grupo TAP, em 31 dezembro 2014

EUR milhares

		Participação da TAP	Montante do Capital Social da TAP	Resultado Líquido
Portugália, S.A.		100%	15.000,0	(987)
Aeropar Participações, S.A. (Brasil)		100%	0,2	(11044)
	TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A.	98,64%	207.057,7	(22.603)
TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.		100%	2.500,0	5.280
	Catering			
	Cateringpor-Catering de Portugal, S.A.	5%	1785,0	1555
	Lojas de Vendas em Aeroportos e a Bordo			
	LFP–Lojas Francas de Portugal, S.A.	5%	280,5	7.150
	Sistemas de Informação			
	Megasis-Soc. de Serv. e Eng. Inf., S.A.	100%	500,0	103
	Serviços de Saúde			
	UCS–Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	100%	500,0	9

Perspetivas para 2015

Conjuntura macro e do sector

Após um crescimento da atividade económica mundial na ordem dos 3,3% em 2014, espera-se para 2015 um crescimento ligeiramente superior, entre 3,5% e 3,7%. Subjacente a este comportamento da economia mundial é de referir a quebra dos preços do petróleo como um fator impulsionador do crescimento nas economias desenvolvidas, embora as repercussões no investimento, em particular para as economias em vias de desenvolvimento, sejam menos positivas. É de destacar a assimetria existente entre economias, com os EUA, a zona euro e a Índia a beneficiarem de perspetivas mais positivas para 2015, ao contrário da China, Rússia e outras economias fortemente dependentes em exportações de *commodities* a refletirem um abrandamento do crescimento.

Assim, nos EUA, espera-se um crescimento 3,6% para 2015 (1,2 p.p. acima do verificado em 2014). Estas expectativas baseiam-se no aumento da procura interna – fortemente impulsionado pela redução do preço do petróleo –, na moderação da política fiscal e na manutenção da política monetária, apesar da contração das exportações líquidas devido à apreciação do dólar. Para a China, prevê-se uma quebra do crescimento para níveis abaixo dos 7% (uma quebra de 0,4 p.p. face a 2014), devido ao declínio dos preços do imobiliário e aos esforços governamentais de moderação de investimento. Prevê-se, também, que este abrandamento tenha implicações nas restantes economias asiáticas, com consequentes quebras nos crescimentos da região. Contudo, e tal como em 2014, espera-se que a Índia permaneça exceção ao abrandamento sentido e que, pelo contrário, prevaleça o crescimento económico já verifica em 2014. Para os países do CIS (Commonwealth of Independent States), e em particular para a Rússia, as previsões apontam para uma forte contração da atividade económica. Trata-se, por um lado, de economias fortemente dependentes de exportações de petróleo e, por outro lado, de economias muito próximas das tensões geopolíticas sentidas ao longo de 2014, e muito dependentes da taxa de câmbio do rublo russo, com consequências diretas na atividade económica e implicações na confiança nos mercados. Adicionalmente, espera-se ainda que outros países que dependam substancialmente da exportação de *commodities*, nomeadamente economias da América Latina e África subsaariana, vejam os seus crescimentos negativamente afetados pela quebra do preço do petróleo e pela redução da procura de matérias-primas em geral, alcançando crescimentos de 1,3% e 4,9%, respetivamente (em ambos os casos apenas 0,1 p.p. acima do desempenho de 2014).

Na zona euro, apesar do crescimento do terceiro trimestre de 2014 se ter situado abaixo das expectativas, prevê-se que a atividade económica cresça 1,2% em 2015, impulsionada mais uma vez pela redução dos preços do petróleo, assim como pela continuação da flexibilização da política monetária, redução da carga fiscal e depreciação do euro. Concomitantemente, antecipa-se que o investimento privado sofra uma redução, parcialmente causada por uma pior performance das exportações para mercados emergentes.

Relativamente à economia portuguesa, sentiu-se uma estabilização dos indicadores de confiança e sentimento económico em 2014, indicando perspetivas de continuação da recuperação do consumo doméstico, de queda do desemprego (de 14,2% em 2014, para 13,4% em 2015) e de baixa pressão inflacionária (0,1% esperados para 2015, mantendo-se razoavelmente em linha com os -0,2% de 2014). Quanto ao investimento privado, espera-se uma ligeira subida (de 2,4% em 2014, para 3,1% em 2016), num cenário marcado pela desalavancagem e pelas dificuldades de acesso a crédito no setor não financeiro. Espera-se que as exportações aumentem para os 5%, uma subida de 1,2 p.p. face ao ano anterior (embora aquém dos 6,4% registados em 2013), e prevê-se uma ligeira descida das importações (em cerca de 1 p.p.), contribuindo para o crescimento das exportações líquidas em 2015. Quanto ao setor público, estima-se que o défice desça até aos 2,8% em 2016, resultando num aumento de 4,5 p.p. do rácio de dívida pública para o PIB, que se encontra nos 129%.

Quanto ao Setor do Transporte Aéreo, espera-se um ano marcado por uma melhoria da rentabilidade na ordem dos 25% (o que corresponde a um aumento de USD 5 mil milhões de lucro para a Indústria), impulsionada pela quebra do preço do petróleo e por uma subida da atividade económica a nível global. Prevê-se que parte das melhorias na estrutura de custo seja passada ao consumidor, aumentando o número de passageiros em 6,8% (contrastando com o crescimento de 5,5% verificado em anos anteriores), e que esta subida origine um aumento da despesa no setor aéreo em 4,3%, para os USD 823 mil milhões. Espera-se que a capacidade no setor aumente ligeiramente acima do número de passageiros (7,3%), resultando num *load factor* global de passageiros inferior ao verificado em 2014 (79,6% face a 79,9% em 2014). No entanto, este indicador permanece díspar entre as várias regiões, uma vez que o declínio é mais acentuado em regiões como a Europa, África e América Latina. Prevê-se que o desempenho financeiro melhore, uma vez que o *load factor* de *breakeven*

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

irá sofrer quebras em todas as regiões. Quanto ao transporte aéreo de mercadorias, prevê-se um modesto crescimento na ordem dos 4,5%, marcado por uma concorrência mais intensa por parte de outras vias de transporte.

Perspetivas para a TAP em 2015

Relativamente à frota, o ano de 2015 será de consolidação, não estando para já previstas alterações estruturais nas frotas da TAP e PGA. Existem, no entanto, várias necessidades para sustentação da rede e contínua melhoria de oferta ao cliente já identificadas e que serão acauteladas oportunamente, nomeadamente a preocupação de precaver a renovação da frota da PGA. No âmbito da frota de longo curso, irá continuar o trabalho de especificação dos A350-900XWB conforme calendarizado pela Airbus, que arrancou em 2014 e tem conclusão prevista em meados de 2015 (cerca de um ano e meio antes da entrega da primeira aeronave). Já no âmbito da frota de médio curso, o arranque do programa de instalação de *sharklets* em 12 aeronaves da frota A319/A320 está previsto para final de 2015. As *sharklets*, extensões aplicadas na extremidade das asas, permitirão um melhor comportamento e estabilidade aerodinâmica e consequentes poupanças de combustível na ordem dos 3%–4%.

Relativamente aos produtos e serviços oferecidos pela TAP, prevêem-se para 2015 a criação de novos produtos e serviços, que permitirão reforçar a competitividade da TAP. Em particular, a TAP propõe-se desenvolver um leque de produtos e serviços mais personalizados, dando prioridade à qualidade, em que se incluem um novo conceito de *catering* na classe económica (focada na cultura lusófona), o lançamento de dois novos *lounges* no aeroporto de Lisboa, a melhoria dos serviços de gestão de reserva na *web*, a participação nas iniciativas *fast-track* e *keep me informed* da Star Alliance, e as novas apostas no âmbito do entretenimento a bordo, em que se incluem o entretenimento AVOD em toda a frota do longo curso e o entretenimento disponível *from gate to gate*.

No âmbito da oferta comercial, a TAP continuará em 2015 a desenvolver a CCIT, plataforma de gestão de reservas, inventário e *departure control*, comum às companhias da STAR Alliance, desenvolvimento que contará com a extensão do EMD (Electronic Miscellaneous Document) aos restantes GDS (Global Distribution System), iniciativas que virão a facilitar a evolução dos serviços auxiliares no contexto do leque de ofertas da TAP. Será também implementada a plataforma IATA NDC (New Distribution Capability) que permitirá uma rápida e eficaz distribuição do produto entre as várias agências de viagens. Continuar-se-á também, em 2015, a estabilizar o processo de funcionamento do PROS–Revenue Management O&D, que contará com a passagem para o O&D III no seguimento dos trabalhos de criação de histórico, realizados em 2014.

No que respeita à melhoria das operações de terra da TAP, promover-se-ão em 2015 iniciativas que visam a melhoria da pontualidade dos voos por via da redução de eventos de *ground handling* que provoquem aumentos de tempos de *turnaround*. Continuar-se-ão também a otimizar os processos de transferências de bagagens de modo a minimizar o número de eventos relacionados com bagagens atrasadas através de iniciativas como a implementação da ferramenta de gestão MyBag + RBS nas escalas exteriores (visando a criação de um centro de informação de bagagens TAP). Adicionalmente, em 2015 serão desenvolvidos esforços acrescidos para conter o aumento de custos relacionados com taxas de aterragem e de navegação, que de resto têm vindo a aumentar de forma significativa ao longo dos últimos cinco anos.

Relativamente a esforços de melhoria contínua de eficiência, e em linha com o novo Plano Estratégico, será lançado em 2015 um programa compreensivo de redução de custos que contará com a participação de todas as unidades do Grupo para o desenvolvimento e implementação de iniciativas que visem reduzir o custo unitário do Grupo de forma a criar uma nova base de custos que permita à TAP alcançar novos patamares de crescimento sustentável. O programa decorrerá ao longo dos próximos cinco anos e será faseado de forma a priorizar iniciativas de mais rápida implementação e com maior potencial.

Relativamente à TAP–Manutenção e Engenharia Portugal, 2015 apresenta perspectivas comerciais positivas, encontrando-se em curso negociações para novas parcerias para a promoção de *cross-sourcing* e participação nas estratégias de *networking* de potenciais parceiros e para melhoria da proposição de valor para com os clientes. É de destacar o novo *tender* a lançar pela SIMMAD relativamente à gestão das frotas A340 (atualmente suportada pela TAP–Manutenção e Engenharia Portugal) e A310 da Força Aérea Francesa. Relativamente ao negócio da manutenção de motores, a unidade prossegue com a estratégia de abordagem ao mercado nos vários modelos do produto CFM56, sendo expectável a concretização de novos contratos com clientes de diferentes áreas geográficas. A unidade de negócio prosseguirá também até março com a continuação do acompanhamento do desenvolvimento da família A350 em Toulouse por via do Airline

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Office (AIO) e, uma vez cessado este acompanhamento, e em conjunto com a engenharia, a área aumentará a sua participação à medida que se aproxima a entrega da primeira aeronave em 2017, de modo a que a mesma ocorra sem sobressaltos.

No âmbito operacional, no que respeita à atividade de manutenção de motores, perspectiva-se o enfoque no planeamento, controlo e estabelecimento de procedimentos de qualidade e de documentação, com vista a incrementar a eficiência, reduzir os TAT's (*Turn Around Time*) e aumentar a qualidade do serviço e satisfação dos clientes. A necessidade de estabilização destes processos prende-se também com a visão de comercialização de serviços como a reparação dos *thrust reversers* a progredir para ser feita *in-house*. Espera-se, ainda, conseguir obter a classificação da frota de motores da TAP como *True Engine*. Na área das componentes, será avaliada a estratégia industrial mais adequada face à modernização prevista da frota da TAP e aos desafios colocados pela venda de serviços para terceiros e eventuais parcerias. No que respeita à manutenção de aeronaves, os desafios colocados passam pela consolidação dos novos processos de trabalho, que apontam para reduções dos TAT's na ordem dos 15%, e pelo reforço dos investimentos na modernização de forma a aumentar a eficiência. Comum a todas as áreas da TAP–Manutenção e Engenharia será o reforço do enfoque posto nas ações tendentes a reduzir custos e contribuir para a melhoria da pontualidade da frota da TAP.

No âmbito da melhoria continua, serão lançados um conjunto de processos definidos por cada Direção no sentido de se obterem ganhos de eficiência através da melhoria de processos e procedimentos que contribuam para o atingimento das metas de gestão ambicionadas para 2015. Continuar-se-á, ainda, a privilegiar a participação de novos colaboradores nestes projetos, no sentido de prosseguir com o desenvolvimento de uma cultura organizacional que abraça a mudança com um foco nos resultados e compromissos.

Relativamente à TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, a estratégia do negócio assentará em três eixos estratégicos chave – melhoria da capacidade e eficiência produtiva, melhoria do desempenho comercial e saneamento económico e financeiro. Sobre estes eixos, ambiciona-se aumentar a satisfação dos clientes (que de resto tem sido visível em relatórios de satisfação), prosseguir com um crescimento da receita significativamente acima do crescimento do mercado de MRO na América Latina e consolidar uma posição de sucesso obtida em recentes processos fiscais e laborais.

A nível global, ainda de referir o continuado empenho da Empresa no cumprimento dos seus compromissos de Responsabilidade Social, através da atribuição de diversos benefícios sociais aos seus trabalhadores e famílias, do desenvolvimento de programas com enfoque na promoção da saúde e vida saudável, num esforço coletivo de promoção da ação social e desenvolvimento de ações de apoio à comunidade e a clientes com necessidades especiais, e dos compromissos de Responsabilidade Ambiental, através da promoção de iniciativas AGIR ECO da TAP, de programas de gestão de resíduos, de formação ambiental aos trabalhadores do Grupo, e da implementação do plano anual de auditorias ambientais.

Igualmente, numa perspetiva estratégica, de referir o papel da TAP, como elemento determinante na dinamização do turismo nacional, atuando no sentido da promoção da imagem do País e do conseqüente desenvolvimento económico. Neste sentido, de realçar, que mais de dois terços das receitas geradas pela TAP são obtidos no exterior, realidade de destacada importância, com impacto direto na geração de emprego e criação de riqueza para o País.

Visa-se, em resumo, continuar o processo de transformação da TAP numa Empresa sólida no espaço Europeu, apta a explorar, com oportunidade, todas as potencialidades do nicho de mercado em que opera, e a diferenciar-se pela sua eficiência operacional e pelo valor agregado dos serviços que presta.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2014

TAP – TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, S.A.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2014	9
1 - Atividade económica do Grupo TAP	9
2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos.....	9
2.1. Bases de preparação	10
2.2. Comparabilidade	10
2.3. Bases de consolidação	10
2.3.1. Subsidiárias.....	10
2.3.2. Associadas.....	12
2.4. Relato por segmentos	13
2.5. Conversão cambial.....	14
2.5.1. Moeda funcional e de relato.....	14
2.5.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira.....	14
2.5.3. Empresas do Grupo.....	14
2.6. Ativos fixos tangíveis.....	15
2.7. Propriedades de investimento.....	17
2.8. Ativos intangíveis	17
2.9. <i>Goodwill</i>	17
2.10. Imparidade de ativos não financeiros	17
2.11. Ativos financeiros	18
2.12. Instrumentos financeiros derivados	21
2.13. Justo Valor de ativos e passivos financeiros	22
2.14. Imposto sobre o rendimento.....	22
2.15. Inventários	23
2.16. Valores a receber correntes.....	23
2.17. Caixa e seus equivalentes	24
2.18. Capital social e ações próprias	24
2.19. Financiamentos obtidos/passivos remunerados	24
2.20. Encargos financeiros com empréstimos	25
2.21. Provisões.....	25
2.22. Benefícios pós-emprego	25
2.23. Valores a pagar correntes	26
2.24. Subsídios.....	26
2.25. Locações	27
2.26. Distribuição de dividendos	27
2.27. Rédito e especialização dos exercícios	27
2.28. Ativos e passivos contingentes	28
2.29. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	29
2.30. Eventos subsequentes	29
2.31. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes	30
2.32. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	31
3 - Políticas de gestão do risco financeiro	34
4 - Trabalhadores ao serviço.....	49
5 - Ativos fixos tangíveis.....	50
6 - Propriedades de investimento	52
7 - <i>Goodwill</i>	53
8 - Outros ativos intangíveis.....	55
10 - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....	55
13 - Outros ativos financeiros.....	55
15 - Ativos e passivos por impostos diferidos	56

16 - Adiantamentos a fornecedores	60
17 - Estado e outros entes públicos	61
18 - Outras contas a receber	63
19 - Diferimentos	65
20 - Inventários	66
21 - Clientes	67
22 - Caixa e depósitos bancários	68
24 - Capital próprio	70
25 - Interesses não controlados – demonstração da posição financeira	72
26 - Provisões	72
27 - Financiamentos obtidos	76
28 - Responsabilidades com benefícios pós-emprego	80
29 - Adiantamentos de clientes	90
30 - Fornecedores	91
31 - Outras contas a pagar	91
32 - Documentos pendentes de voo	93
35 - Vendas e serviços prestados	93
36 - Subsídios à exploração	94
37 - Ganhos e perdas em associadas	95
38 - Variação da produção	95
39 - Trabalhos para a própria entidade	95
40 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	96
41 - Fornecimentos e serviços externos	96
42 - Gastos com o pessoal	97
43 - Imparidade de inventários (perdas/reversões)	98
44 - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	98
45 - Provisões (aumentos/reduções)	98
46 - Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	98
47 - Aumentos/reduções de justo valor	98
48 - Outros rendimentos e ganhos	99
49 - Outros gastos e perdas	99
50 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização	99
51 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados	100
52 - Imposto sobre o rendimento	100
53 - Interesses não controlados – resultado líquido	102
55 - Relato por segmentos	102
56 - Entidades relacionadas	102
57 - Contingências	104
58 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros	108
60 - Compromissos	110
61 - Eventos subsequentes	111

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Valores em milhares de Euros	Nota	2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	673.718	735.110
Propriedades de investimento	6	2.139	3.864
<i>Goodwill</i>	7	193.479	193.039
Outros ativos intangíveis	8	738	774
Outros ativos financeiros	13	2.122	2.220
Ativos por impostos diferidos	15	53.410	32.008
Outras contas a receber	18	48.569	40.681
		974.175	1.007.696
Ativo corrente			
Inventários	20	97.172	108.899
Clientes	21	146.991	205.690
Adiantamentos a fornecedores	16	6.745	8.895
Estado e outros entes públicos	17	13.878	14.403
Outras contas a receber	18	63.061	66.351
Diferimentos	19	17.094	12.636
Depósitos bancários restritos	22	100.917	-
Caixa e depósitos bancários	22	140.364	270.611
		586.222	687.485
Total do ativo		1.560.397	1.695.181
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	24	15.000	15.000
Reservas legais	24	3.000	3.000
Reservas de conversão cambial	24	(19.503)	(20.145)
Reservas de justo valor	24	(36.727)	4.541
Ajustamentos em partes de capital		(2.260)	(2.260)
Resultados transitados	24	(394.209)	(376.088)
Resultado líquido do exercício	24	(85.096)	(5.868)
Total do capital próprio do grupo		(519.795)	(381.820)
Interesses não controlados	25	7.935	8.508
Total do capital próprio		(511.860)	(373.312)
Passivo não corrente			
Provisões	26	29.723	25.287
Financiamentos obtidos	27	427.969	660.131
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	28	56.626	47.593
Passivos por impostos diferidos	15	21.035	25.821
Estado e outros entes públicos	17	-	59.898
Outras contas a pagar	31	1.492	1.546
		536.845	820.276
Passivo corrente			
Fornecedores	30	141.082	118.286
Adiantamentos de clientes	29	820	1.358
Estado e outros entes públicos	17	22.021	29.505
Financiamentos obtidos	27	633.682	390.512
Outras contas a pagar	31	366.201	286.968
Documentos pendentes de voo	32	303.889	364.507
Diferimentos	19	67.717	57.081
		1.535.412	1.248.217
Total do passivo		2.072.257	2.068.493
Total do capital próprio e do passivo		1.560.397	1.695.181

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2014.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS DE 2014 E 2013**

Valores em milhares de Euros	Nota	2014	2013
Vendas e serviços prestados	35	2.698.321	2.669.027
Subsídios à exploração	36	1.151	3.852
Ganhos e perdas em associadas	37	1.611	706
Variação da produção	38	8.894	(5.072)
Trabalhos para a própria entidade	39	791	1.593
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(276.583)	(214.811)
Fornecimentos e serviços externos	41	(1.816.262)	(1.705.328)
Gastos com o pessoal	42	(578.880)	(571.855)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	43	(105)	(5.908)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	44	(14.044)	(366)
Provisões (aumentos/reduções)	45	(5.706)	3.623
Aumentos/reduções de justo valor	47	104	(410)
Outros rendimentos e ganhos	48	103.958	49.359
Outros gastos e perdas	49	(33.257)	(64.598)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		89.993	159.812
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	50	(85.437)	(115.751)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	46	(1.984)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.572	44.061
Juros e rendimentos similares obtidos	51	3.091	6.155
Juros e gastos similares suportados	51	(84.509)	(50.656)
Resultado antes de impostos		(78.846)	(440)
Imposto sobre o rendimento do exercício	52	(2.103)	(475)
Resultado líquido do exercício		(80.949)	(915)
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe		(85.096)	(5.868)
Resultado líquido dos interesses não controlados	53	4.147	4.953
Resultado básico e diluído por ação (Euros)	24	(57)	(4)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS DE 2014 E 2013

Valores em milhares de Euros	Nota	2014	2013
Resultado líquido		(80.949)	(915)
Elementos passíveis de reversão na demonstração consolidada dos resultados:			
Ganhos e perdas com conversão cambial	24	642	(6.566)
Ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivados	24	(57.100)	8.122
Imposto diferido de instrumentos financeiros derivados	15	15.832	(1.901)
Elementos passíveis de reversão no capital próprio:			
Remensurações	26 e 28	(14.686)	12.837
Imposto diferido de remensurações	15	2.433	960
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio		(52.879)	13.452
Rendimento integral		(133.828)	12.537
Atribuível a:			
Acionistas da TAP SGPS		(137.975)	7.584
Interesses não controlados	53	4.147	4.953
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no exercício		(133.828)	12.537

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores em milhares de Euros	Capital	Reservas legais	Reservas de conversão cambial (Nota 24)	Reservas de justo valor (Nota 24)	Ajustamentos em partes de capital	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal	Interesses não controlados (Notas 25 e 53)	TOTAL
Posição financeira em 1 de janeiro de 2013	15.000	3.000	(13.579)	(1.680)	(2.260)	(364.398)	(25.487)	(389.404)	8.599	(380.805)
Transações com proprietários de capital em 2013	-	-	-	-	-	(25.487)	25.487	-	(5.044)	(5.044)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	(25.487)	25.487	-	-	-
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.044)	(5.044)
Rendimento integral em 2013	-	-	(6.566)	6.221	-	13.797	(5.868)	7.584	4.953	12.537
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(5.868)	(5.868)	4.953	(915)
Outro rendimento integral	-	-	(6.566)	6.221	-	13.797	-	13.452	-	13.452
Posição financeira em 31 de dezembro de 2013	15.000	3.000	(20.145)	4.541	(2.260)	(376.088)	(5.868)	(381.820)	8.508	(373.312)
Transações com proprietários de capital em 2014	-	-	-	-	-	(5.868)	5.868	-	(4.720)	(4.720)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	(5.868)	5.868	-	-	-
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.720)	(4.720)
Rendimento integral em 2014	-	-	642	(41.268)	-	(12.253)	(85.096)	(137.975)	4.147	(133.828)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(85.096)	(85.096)	4.147	(80.949)
Outro rendimento integral	-	-	642	(41.268)	-	(12.253)	-	(52.879)	-	(52.879)
Posição financeira em 31 de dezembro de 2014	15.000	3.000	(19.503)	(36.727)	(2.260)	(394.209)	(85.096)	(519.795)	7.935	(511.860)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2014.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS DE 2014 E 2013**

Valores em milhares de Euros	Nota	2014	2013
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3.130.650	3.217.526
Pagamentos a fornecedores		(2.321.245)	(2.254.223)
Pagamentos ao pessoal		(461.470)	(450.562)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(8.799)	(8.047)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(275.248)	(216.103)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		63.888	288.591
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		235	1.424
Propriedades de investimento	6	2.795	-
Investimentos financeiros		177	515
Juros e rendimentos similares		3.039	2.503
Empréstimos concedidos		3.100	4.600
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(22.897)	(11.276)
Ativos intangíveis		(45)	(23)
Prestações acessórias de capital		(1.000)	-
Empréstimos concedidos		(2.900)	(3.100)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(17.496)	(5.357)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		282.909	285.874
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(191.300)	(174.948)
Contratos de locação financeira		(96.505)	(106.752)
Juros e gastos similares		(41.311)	(43.082)
Dividendos		(4.720)	(5.044)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(50.927)	(43.952)
Variações de caixa e seus equivalentes		(4.535)	239.282
Efeito das diferenças de câmbio		(24.685)	(19.086)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		263.218	43.022
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	22	233.998	263.218

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2014.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2014

1 - Atividade económica do Grupo TAP

O Grupo TAP, constituído pela TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”) e suas subsidiárias (o “Grupo TAP” ou o “Grupo”) tem a sua sede no Aeroporto de Lisboa e dedica-se à exploração do setor de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, execução de trabalhos de manutenção e engenharia, prestação de serviços de assistência em escala ao transporte aéreo, exploração de espaços comerciais em aeroportos (*free shops*) e *catering* para aviação.

A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. foi constituída em 25 de junho de 2003 no âmbito do Decreto-Lei n.º 87/2003, de 26 de abril, cujo capital foi integralmente realizado em espécie pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), por entrada das ações representativas da totalidade do capital social da sociedade Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP S.A.”).

A principal atividade do Grupo TAP consiste no transporte aéreo de passageiros, carga e correio, operando regularmente em Portugal Continental e Regiões Autónomas, Europa, África, Atlântico Norte, Atlântico Médio e Atlântico Sul. Tem 22 representações em países estrangeiros e 4 em Portugal. Adicionalmente executa trabalhos de manutenção e engenharia para a sua frota e para terceiros.

Sede Social Aeroporto de Lisboa, Edifício 25

Capital Social Euros 15.000.000

N.I.P.C. 506 623 602

As demonstrações financeiras consolidadas, ora reportadas, que incluem os ativos, os passivos, os gastos e rendimentos das empresas do Grupo TAP conforme listadas na Nota 2.3.1., foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração Executivo de 6 de março de 2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

Os membros do Conselho de Administração Executivo, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 2.3.1.), e tomando por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros derivados, propriedades de investimento e os programas de fidelização de clientes, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração Executivo recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 2.32.

O Grupo TAP, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

2.2. Comparabilidade

Os valores constantes das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2013.

2.3. Bases de consolidação

2.3.1. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

O Grupo considera existir controlo sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e ou tem direito, em resultado do seu envolvimento, ao retorno variável das atividades da entidade e tem capacidade de afetar esse retorno através do poder exercido sobre aquela, nomeadamente, quando detém direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais,

que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada, separadamente, na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica de “Interesses não controlados” (Nota 25).

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas abaixo:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2014	2013
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão e administração de participações sociais	Parpública	100,00%	100,00%
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. ("TAPGER")	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Portugália - Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. ("Portugália")	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Cateringpor - Catering de Portugal, S.A. ("Cateringpor")	Lisboa	Catering	TAPGER	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A. ("LFP")	Lisboa	Exploração de <i>free shop</i>	TAPGER	51,00%	51,00%
Megasis - Soc. de Serviços de Engenharia e Informática, S.A. ("Megasis")	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A. ("UCS")	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER	100,00%	100,00%
Aeropar, Participações, S.A. ("Aeropar")	Brasil	Gestão e administração de participações sociais	TAP SGPS Portugália	99,00% 1,00%	99,00% 1,00%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM) ("TAP M&E Brasil")	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	TAP SGPS Aeropar	51,00% 47,64%	51,00% 47,64%

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os custos diretamente associados com aquisições (serviços de consultoria, aconselhamento legal, gastos administrativos, entre outros) são contabilizados, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, como gastos do exercício em que a aquisição teve lugar, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo, dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, é registado como *goodwill* que se encontra detalhado na Nota 7.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Quando, à data da aquisição do controle, o Grupo TAP já detém uma participação previamente adquirida, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Quando a aquisição do controle é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controle, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contábilístico da participação transacionada reconhecida no capital próprio.

Preços contingentes de eventos futuros são considerados ao justo valor à data da aquisição, independentemente da probabilidade de ocorrência. As eventuais remensurações subsequentes não afetam os saldos de *goodwill*, exceto se efetuadas até 12 meses após a data de aquisição.

As políticas contábilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3.2. Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controle ou controle conjunto, geralmente representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na respetiva rubrica. Se essas diferenças forem negativas são registadas como ganho do exercício na rubrica “Ganhos e perdas em associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir, também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir são objeto de reversão.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados até ao grau da quota-parte do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido.

Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das associadas são alteradas, para garantir a consistência com as práticas adotadas pelo Grupo.

A entidade que se qualifica como associada é a seguinte:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2014	2013
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	Lisboa	Handling	TAP SGPS	43,90%	43,90%
			Portugália	6,00%	6,00%

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados nas Notas 10 e 26.

2.4. Relato por segmentos

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. De facto, os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão, providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade, o qual é responsável pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas. . O Grupo não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade.

Foram identificados cinco segmentos de negócio: transporte aéreo, manutenção e engenharia, *free shop*, *catering* e outros.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são utilizadas de forma consistente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são valorizados a preços de mercado e eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 55.

2.5. Conversão cambial

2.5.1. Moeda funcional e de relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em **milhares de Euros**, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

2.5.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos do Grupo, expressos em moeda estrangeira, foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da posição financeira, foram registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

2.5.3. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, são convertidos para a moeda de relato como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada posição financeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras consolidadas. As diferenças de câmbio, resultantes desta conversão, são reconhecidas como componente separada no capital próprio, na rubrica “Reservas de conversão cambial”.
- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada demonstração dos resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do exercício de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações. Neste caso, os rendimentos e os gastos são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Os ajustamentos ao *goodwill* e ao justo valor de uma aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos de uma entidade estrangeira, e são transpostos à taxa de câmbio de fecho à data de relato.

As diferenças de câmbio resultantes de um item monetário, que faça parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, são reconhecidas numa componente separada do capital próprio e, aquando da alienação do investimento líquido ou liquidação desses montantes, são reconhecidas nos resultados, como parte do ganho ou perda apurado na alienação.

As cotações de moeda estrangeira, utilizadas para conversão das demonstrações financeiras, expressas em moeda diferente do Euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2014	2013
BRL	3,2207	3,2576
USD	1,2141	1,3791
VEF	a)	8,6216
AOA	125,11	133,56

a) Ver comentários adicionais na Nota 22.

Relativamente às subsidiárias brasileiras, os resultados mensais foram convertidos à taxa do último dia de cada mês, conforme segue:

Mês	2014	2013
Janeiro	3,2829	2,6892
Fevereiro	3,2120	2,5871
Março	3,1276	2,5703
Abril	3,1248	2,6236
Mai	3,0315	2,7664
Junho	3,0002	2,8899
Julho	3,0156	3,0330
Agosto	2,9600	3,1122
Setembro	3,0821	3,0406
Outubro	3,0714	2,9962
Novembro	3,1831	3,1587
Dezembro	3,2207	3,2576

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registrados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contábilísticos geralmente aceitos em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, à data da transição, a subsidiária TAP S.A. aplicou a exceção prevista na IFRS 1 - Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pela qual se poderá considerar como custo considerado (*deemed cost*) o justo valor de algumas categorias de bens, reportado à data de transição (1 de janeiro de 2004).

Assim, com efeitos a 1 de janeiro de 2004, os bens pertencentes à categoria de edifícios da referida subsidiária, foram revalorizados para o correspondente justo valor a essa data. O justo valor desses *itens*, do ativo fixo tangível, foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por uma entidade especializada independente (Colliers P&I), a qual procedeu igualmente à determinação do período de vida útil remanescente desses bens, à data de transição.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos posteriormente à data de transição, são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Grupo e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no exercício em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos de vida útil	Valor residual
Edifícios e outras construções	20-50	-
Equipamento básico:		
Equipamento de voo:		
Airbus		
Frota aérea	20	5%
Frota aérea em regime de locação financeira	20	5%
Reatores de reserva e sobressalentes	20	5%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	20	5%
Restante equipamento de voo		
Frota aérea	16	10%
Frota aérea em regime de locação financeira	16	10%
Reatores de reserva e sobressalentes	16	10%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	16	10%
Outro equipamento básico	7-20	0-10%
Equipamento de transporte	4-10	-
Ferramentas e utensílios	8-20	0-10%
Equipamento administrativo	5-16	-
Outros ativos fixos tangíveis	10	-

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados prospetivamente, se necessário, na data de relato (Nota 5). Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 2.10.).

Os ganhos ou perdas, provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzidos dos custos de transação e a quantia escriturada dos ativos, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como rendimentos e ganhos ou gastos e perdas operacionais.

2.7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data da transição para as IFRS, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do justo valor, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em consideração as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

2.8. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 10 anos.

2.9. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis nas subsidiárias na data de aquisição.

O *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda do controlo de uma entidade incluem o valor do *goodwill* correspondente.

Para efeitos de realização de testes de imparidade, o *goodwill* é associado às unidades geradoras de caixa mais baixas a que pertencem. As unidades geradoras de caixa representam o investimento do Grupo em cada uma das áreas de negócio em que o Grupo TAP opera: transporte aéreo, manutenção e engenharia, *free shop*, *catering* e outros.

2.10. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação ou amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização/depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzido dos gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo, individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas por imparidade do *goodwill* – ver Nota 2.9.).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas rubricas “Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis” e “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis”, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada, até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.11. Ativos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos concedidos e contas a receber, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada, no momento do reconhecimento inicial dos investimentos, e reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

Os investimentos são, inicialmente, registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago e a pagar, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos financeiros ao justo valor através de resultados. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

→ **Empréstimos concedidos e contas a receber**

Os empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos ativos correntes, exceto quando se tratam de ativos com maturidades superiores a 12 meses após a data da posição financeira, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados, inicialmente, ao justo valor e posteriormente ao custo amortizado e são incluídos na demonstração da posição financeira nas rubricas “Outras contas a receber”, “Clientes” e “Adiantamentos a fornecedores”.

→ **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido, principalmente, com o objetivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os ativos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de relato. Estes ativos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

→ **Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

→ **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em ativos não correntes, exceto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data de relato. Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respetivo valor de cotação, à data da posição financeira.

Se não existir mercado ativo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com

características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas diretamente na reserva de justo valor no capital próprio, exceto no caso de existência de imparidade, até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor, é incluído no resultado líquido do exercício.

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

Imparidade de ativos financeiros

(i) Empréstimos concedidos, contas a receber e investimentos detidos até à maturidade

O Grupo avalia, em cada data de relato, se há uma evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofreram uma perda por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor à data de relato do ativo financeiro) registada por contrapartida de resultados. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juro do ativo original, e o valor à data de relato do ativo financeiro e é registado por contrapartida de resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos ativos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, deduzida de qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro, que já tenha sido reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do exercício.

Uma perda por imparidade reconhecida, relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excecional que não se espera que se repitam, mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias, para um investimento num instrumento de capital próprio, classificado como disponível para venda, a reversão não afeta a demonstração dos resultados, enquanto a reversão de perda

por imparidade de um instrumento de dívida, classificado como disponível para venda, deve ser reconhecida nos resultados do exercício.

Estas categorias de ativos são desreconhecidas quando i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter a parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2.12. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros e operacionais a que se encontra sujeito. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e do preço do *jet fuel* o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos financeiros derivados, tais como *interest rate swaps* (“IRS”), *swaps* e opções.

Na seleção de instrumentos financeiros derivados são, essencialmente, valorizados os aspetos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes (cobertura de fluxos de caixa), as variações no justo valor são, inicialmente, registadas, por contrapartida de capitais próprios e posteriormente em resultados do exercício operacionais, para os instrumentos de *jet fuel*, e resultados financeiros líquidos para os instrumentos de taxa de juro, na sua data de liquidação.

Desta forma, e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas, decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento, são reconhecidos em resultados, quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de outras contas a receber correntes e de outras contas a pagar correntes e não correntes.

→ Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

Os instrumentos financeiros derivados, utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada, com fiabilidade, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

2.13. Justo valor de ativos e passivos financeiros

A IFRS 13 introduziu novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado líquido ativo, a cotação de mercado é aplicada à data de referência de relato. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido pela IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizados modelos de avaliação, cujos principais *inputs* são observáveis no mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis no mercado. Nestes casos, o Grupo utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são, geralmente, reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos

diferidos ativos sejam revertidos. Na data de relato, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Para determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. O montante de imposto a incluir, quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos diretamente no capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

2.15. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

→ Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os inventários detidos referem-se, essencialmente, a peças de manutenção de motores e de componentes de aeronaves.

O material recuperado internamente encontra-se valorizado ao custo.

→ Produtos e trabalhos em curso

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica "Imparidade de inventários".

2.16. Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são, inicialmente, contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Notas 18 e 21).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá os referidos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

2.17. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

O Grupo regista na rubrica “Depósitos bancários restritos” em ativos correntes, as disponibilidades cujo repatriamento de fundos se encontra restrito.

2.18. Capital social e ações próprias

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 24).

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica “Ações próprias” sendo os ganhos ou perdas, inerentes à sua alienação, registados em outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as ações próprias se mantiverem na posse da sociedade, é indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

2.19. Financiamentos obtidos/passivos remunerados

Os passivos remunerados são, inicialmente, reconhecidos ao justo valor, líquidos dos custos de transação incorridos sendo, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da posição financeira (Nota 27).

2.20. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são, geralmente, reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos genéricos e específicos, diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

2.21. Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal, contratual ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 26).

2.22. Benefícios pós-emprego

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, prestações de pré-reforma, cuidados de saúde e prémios de jubilação.

Conforme referido na Nota 28, o Grupo constituiu fundos de pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima, o Grupo obtém, periodicamente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”.

O Grupo regista as remensurações diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral, nomeadamente, as resultantes de alterações nos pressupostos demográficos e de diferenças entre dados reais e esses mesmos pressupostos.

As responsabilidades, reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos, na rubrica “Responsabilidades com benefícios pós-emprego”.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo, quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

Os ganhos e perdas, gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos, são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos dos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente nos resultados do Grupo.

As contribuições efetuadas, no âmbito dos planos de contribuição definida, são registadas como gastos na demonstração consolidada dos resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

2.23. Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e outros valores a pagar correntes são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado (Notas 30 e 31).

2.24. Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por gastos incorridos, são registados na demonstração consolidada dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos imobilizados, são incluídos na rubrica “Outras contas a pagar” e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das amortizações.

2.25. Locações

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro.

De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de financiamentos obtidos, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.6., são registados como gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

As locações, em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador, sendo o Grupo, o locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração consolidada dos resultados durante o período da locação.

2.26. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício em que os dividendos são aprovados pelo acionista e até ao momento da sua liquidação.

2.27. Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O valor da venda do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica “Documentos pendentes de voo”. Quando o transporte é efetuado ou a venda é cancelada, o valor da venda é transferido desta rubrica para rendimentos do exercício ou para uma conta a pagar consoante o transporte tenha sido: i) efetuado pelo Grupo ou a venda cancelada sem direito a reembolso, ii) efetuado por outra transportadora aérea ou a venda cancelada com direito a reembolso, respetivamente, por um montante geralmente diferente do registado no momento da venda. São efetuadas análises periódicas ao saldo da rubrica “Documentos pendentes de voo”, de forma a corrigir os saldos dos bilhetes vendidos a fim de verificar os que já foram voados ou cujos cupões perderam a validade, não podendo, portanto, ser voados ou reembolsados.

As comissões, atribuídas pelo Grupo na venda de bilhetes, são diferidas e registadas como gastos do exercício, de acordo com a periodização entre exercícios das respetivas receitas de transporte.

No programa passageiro frequente “TAP Victoria”, o Grupo segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efetuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao referido programa de

fidelização, as quais podem, posteriormente, ser utilizadas na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente tarifas reduzidas. Com base no número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização, e na valorização unitária atribuída ao justo valor, o Grupo procede ao diferimento do rédito correspondente à estimativa do valor percecionado pelo cliente na atribuição das milhas.

Para o reconhecimento dos rendimentos dos contratos de manutenção, foi adotado o método da obra completa. De acordo com este método, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, até ao ponto em que seja provável a recuperação dos gastos incorridos do contrato.

Os custos do contrato são reconhecidos como um gasto no exercício em que ocorrem. Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida como um gasto.

A faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros, ainda em curso à data de 31 de dezembro de 2014, encontra-se contabilizada na rubrica de diferimentos.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos, à medida que são gerados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de diferimentos, contas a receber correntes e contas a pagar correntes (Notas 19, 18 e 31, respetivamente).

2.28. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.21.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.29. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração consolidada da posição financeira, na rubrica “Financiamentos obtidos correntes”, assim como os “Depósitos bancários restritos”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais, (2) atividades de investimento e (3) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam, essencialmente, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e ao pessoal. Englobam, ainda, os pagamentos de impostos indiretos líquidos, do imposto sobre o rendimento e os pagamentos relacionados com benefícios de reforma.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamentos de dividendos.

2.30. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.31. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

→ Novas normas e interpretações de aplicação mandatória em 31 de dezembro de 2014

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em 1 de janeiro de 2014:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação	Compensação de ativos e passivos financeiros	1 de janeiro de 2014
IAS 36 – Imparidade de ativos	Divulgações sobre o valor recuperável de ativos em imparidade	1 de janeiro de 2014
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura	1 de janeiro de 2014
Alterações IFRS 10, 11 e IAS 27: entidades de investimento	Isenção de consolidação para entidades de investimento	1 de janeiro de 2014
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	Nova norma – Consolidação	1 de janeiro de 2014
IFRS 11 – Acordos conjuntos	Nova norma – Tratamento contabilístico de acordos conjuntos	1 de janeiro de 2014
IFRS 12 – Divulgação de interesses em outras entidades	Nova norma – Divulgação para todos os interesses em outras entidades	1 de janeiro de 2014
Alterações IFRS 10, 11 e 12: transição	Regime de transição	1 de janeiro de 2014
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Consolidação retirada do âmbito	1 de janeiro de 2014
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Aplicação a empreendimentos conjuntos	1 de janeiro de 2014

* Exercícios iniciados em ou após

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

→ Novas normas e interpretações de aplicação não mandatária em 31 de dezembro de 2014

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para exercícios anuais, que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015, que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente neste exercício, como segue:

Normas efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2015, não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações	1 de janeiro de 2016
IAS 19 – Benefícios dos empregados	Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades	1 de julho de 2014
IAS 16 e 38 – Métodos de cálculo de amortização/depreciação	Os métodos de cálculo das depreciações/amortizações, baseados no rendimento, não são permitidos para medir o consumo dos benefícios económicos associados aos ativos tangíveis e intangíveis	1 de janeiro de 2016
IAS 16 e 41 – Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis	Passa a incluir as plantas que apenas produzem ativos biológicos consumíveis, no âmbito da IAS 16, mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização	1 de janeiro de 2016
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial o investimento em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	1 de janeiro de 2016
Alterações IFRS 10 e IAS 28 - Venda e contribuição de ativos para associada ou empreendimento conjunto	Ganho/perda na venda ou contribuição de ativos para uma associada ou empreendimento conjunto, baseado na definição de "negócio"	1 de janeiro de 2016
Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28 - Aplicação da isenção de consolidar	Isenção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensível a uma empresa-mãe que não qualifica como entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento	1 de janeiro de 2016
IFRS 11 – Acordos conjuntos	Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio	1 de janeiro de 2016
Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações	1 de julho de 2014
Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações	1 de janeiro de 2016
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma – classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
IFRS 14 – Desvios tarifários	Alteração à IFRS 1 a permitir a adoção da política do normativo anterior	1 de janeiro de 2016
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação do método das 5 fases.	1 de janeiro de 2017

* Exercícios iniciados em ou após

O Grupo não concluiu, ainda, o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas supra pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.32. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas, que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

→ **Imparidade do *goodwill***

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade, o *goodwill* que regista na demonstração da posição financeira, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

A estimativa do valor de uso implica um elevado grau de julgamento, por parte do Conselho de Administração Executivo, no que respeita à determinação dos fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis e valores residuais.

→ **Impostos diferidos**

O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações, apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, o Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. O Grupo analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

→ **Benefícios pós-emprego**

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 28. O Grupo tem como

política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades**

O Grupo tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber são calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes**

O Grupo procede ao diferimento do rédito, no âmbito do programa de fidelização de clientes "TAP Victoria", com base no valor unitário da milha, ao justo valor percecionado pelo cliente. Alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo.

→ **Ativos fixos tangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos e o seu valor residual, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidada de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração Executivo para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Ver adicionalmente a Nota 5.

→ **Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor dos instrumentos financeiros que não são transacionados em mercados ativos (derivados *over-the-counter*) é determinado através de técnicas de valorização. O Grupo exerce julgamento ao selecionar uma variedade de métodos e pressupostos baseados em condições de mercado que se verificam no final de cada período de relato.

→ Atualização cambial na Venezuela

Na sequência da deterioração da economia venezuelana, das sucessivas desvalorizações da moeda local e da atual limitação ao repatriamento de capitais controlado pelas entidades governamentais locais, o Grupo TAP tem mantido negociações regulares com o Governo Venezuelano relativamente ao *timing* de repatriamento dos montantes indicados e taxas de câmbio aplicáveis.

Esta situação encontra-se a ser monitorizada e avaliada com regularidade pela Administração do Grupo TAP, encontrando-se refletida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 a melhor estimativa do Grupo àquela data.

No entanto, apesar da monitorização regular que se encontra a ser realizada pelo Grupo, importa salientar que as flutuações e desvalorizações futuras da moeda, bem como a política futura de restrições ao repatriamento de capitais, não são controladas pelo Grupo, pelo que um desfecho menos favorável desta situação poderá vir a originar, no futuro, a necessidade de algum ajustamento no valor das disponibilidades localizadas na Venezuela e, conseqüentemente, afetar negativamente o resultado das operações e a posição financeira do Grupo.

Ver adicionalmente a Nota 22.

3 - Políticas de gestão do risco financeiro

A gestão económico-financeira do Grupo TAP em 2014 teve como pano de fundo um contexto internacional com múltiplos elementos de instabilidade e mudança, quer a nível geopolítico, quer a nível económico.

No ano em que se assinalou o 25º aniversário da queda do Muro de Berlim, a guerra voltou às portas da Europa, na Ucrânia. Também no Médio Oriente e no Norte de África se verificou um crescente número de focos de conflito, alguns dos quais subsidiários da chamada Primavera Árabe iniciada em 2011, outros resultantes de tensões e conflitos latentes entre as diversas potências regionais, como é o caso das guerras na Síria e no Iraque.

A crescente tensão entre a Rússia e a Europa teve alguns efeitos económicos e comerciais diretos, através do embargo de exportações à Rússia, e medidas retaliatórias. No entanto, os maiores impactos poderão ter-se verificado nos mercados energéticos, fundamentais para a economia russa, e que poderão ter sido influenciados, em termos reais e especulativos, pela nova situação vivida. No mesmo sentido, mas num plano estritamente económico, a desaceleração da economia chinesa bem como a estagnação da economia europeia, ambas com peso muito significativo no PIB global, poderão ter contribuído, igualmente, para a forte queda registada no mercado petrolífero a partir do segundo semestre do ano.

Depois de três anos de grande estabilidade das cotações do petróleo, entre 2011 e 2013, com o Brent oscilando uns meros 10% acima ou abaixo de 110 dólares o barril, no outono de 2014 verificou-se uma queda acentuada e acelerada das cotações, para metade desse nível em final de ano, próximo de 50

dólares por barril. Outras matérias-primas baixaram também de cotação. Quanto ao combustível de aviação, que durante o triénio 2011-2013 se situou, de forma estável em torno de 1.000 dólares por tonelada, baixou para 750 dólares, em média, no último trimestre do ano, atingindo valores próximos de 500 dólares em final de ano.

Além da economia europeia, também a economia brasileira registou uma quase-estagnação em 2014. De resto, a queda de cotação das matérias-primas e, acima de tudo, do petróleo, veio ensombrar de alguma forma as perspetivas de crescimento e expansão de muitas economias emergentes, que se mantêm muito dependentes dessa fonte de rendimentos para o seu desenvolvimento. Por seu turno, dada a crescente importância que os mercados emergentes assumem atualmente na economia mundial, a desaceleração das economias emergentes pode traduzir-se, rapidamente, em quebra de procura por exportações oriundas dos mercados desenvolvidos. Um exemplo concreto deste fenómeno é o caso de Angola, com uma brusca travagem económica em final de ano.

Naturalmente que todas as correntes e contracorrentes da economia nacional e internacional são importantes para o Grupo TAP, cuja atividade é influenciada pelas macro e micro tendências dos mercados em que opera. A cotação do petróleo é uma das variáveis globais com impacto determinante na exploração da atividade de transporte aéreo. Múltiplos fatores locais como por exemplo a dinâmica do mercado de turismo em Portugal, ou fatores conjunturais como foi o Campeonato do Mundo de Futebol no Brasil que ocorreu no verão de 2014, influenciam, de forma mais ou menos significativa, os resultados do Grupo, nomeadamente a nível da sua atividade principal, transporte aéreo de passageiros.

Por outro lado, o Grupo não enfrenta os riscos e as oportunidades de forma passiva e expectante pelo que 2014 foi também um ano de forte mudança e crescimento interno, com todas as dificuldades que isso acarreta. O aumento da frota do Grupo TAP de 55 para 61 aviões de médio e longo-curso assim como o lançamento de 11 novos destinos na Europa e América Latina, em meados do ano, veio alargar ainda mais o espectro de atuação do Grupo, diversificar a sua oferta, aumentar o seu leque de oportunidades de negócio e enfrentar ativamente os riscos de um cenário em constante mudança.

→ **Risco de preço**

O total de rendimentos e ganhos do Grupo, aproximadamente 2,8 mil milhões de Euros, depende, em cerca de 80%, da atividade de transporte aéreo de passageiros. O transporte de carga e correio representa cerca de 4% do total de rendimentos, situando-se a prestação de serviços de manutenção, quer na manutenção e engenharia em Portugal, quer na manutenção e engenharia no Brasil, quase em 6% dos rendimentos totais em 2014. As atividades de exploração *de free shop* do Grupo, levadas a cabo pela Lojas Francas de Portugal, S.A., representam um valor ligeiramente acima de 6% do total de rendimentos e ganhos, sendo os contributos das restantes empresas detidas pela TAPGER, incluindo a Cateringpor, pouco significativos, em termos de vendas para fora do Grupo.

A concentração de rendimentos do Grupo no seu *core-business* de transporte aéreo de passageiros e carga é elevada. O transporte aéreo é hoje um bem de consumo corrente e de fácil acesso a inúmeros segmentos

de mercado, tendo a TAP S.A. transportado, em 2014, 11,4 milhões de passageiros em mais de 320 mil horas de voo. O volume de passageiros transportados, ponderado pelas distâncias percorridas ("PKUs") aumentou, em 2014, 7%, refletindo não só um crescimento mas também uma aceleração da atividade face aos ritmos de crescimento de anos anteriores. Contudo, o preço médio de venda de cada passageiro-transportado, que havia subido marginalmente em 2013 face a 2012, baixou consideravelmente em 2014, na mesma ordem de grandeza que o crescimento do volume de PKUs. O resultado final global de rendimentos de passagens manteve-se ao mesmo nível, cerca de 2,2 mil milhões de Euros. De referir, ainda, que a taxa de ocupação global aumentou face ao ano anterior, situando-se em níveis elevados para a indústria, acima de 80% para o total da operação.

Em termos de geografia da atividade, a Europa (incluindo Portugal) continua a representar 43% do total da operação medida em PKUs, sendo as rotas brasileiras responsáveis por 39% dos passageiros-transportados totais. A restante América Latina e EUA, por um lado, e África, por outro, têm pesos próximos de 10% cada no total da atividade da TAP S.A.. Em termos de crescimento, a atividade mostrou-se particularmente dinâmica nas rotas europeias e dos EUA, com crescimentos da ordem dos 10%. Também o Atlântico Médio cresceu significativamente, em resultado da abertura das novas rotas da Colômbia e do Panamá. O volume de tráfego nas rotas brasileiras cresceu cerca de 4% (em especial nas linhas do Norte do Brasil) e África apenas 1%, neste caso com decréscimo na generalidade das rotas mas compensado por aumentos de tráfego importantes, acima de 10%, em dois mercados, Angola e Cabo Verde.

A nível de vendas, Portugal e Brasil mantêm proporções próximas no total de vendas de passagens, de 23% e 22% do total, respetivamente. A Europa, excluindo Portugal, é responsável por 40% das vendas totais, África com 7% (dos quais 4,7% da Angola), EUA e América Latina (excluindo Brasil) com 4% cada. Já na Venezuela se verificou, ao longo de todo o período, uma redução da atividade de vendas, provocada pelas dificuldades sentidas pelo Grupo na repatriação dessas verbas para Portugal, tendo por isso optado por estimular apenas fora da Venezuela as vendas para essa rota.

Em termos de evolução, nas vendas de passagens, registou-se em 2014 um aumento próximo de 8% nos mercados europeus, um decréscimo no mercado nacional de 2,5% e uma descida no valor das vendas em Euros no mercado brasileiro, de 7%. A quebra nas vendas no mercado brasileiro deverá ter estado, parcialmente, associada a uma redução de procura a pretexto do Campeonato do Mundo de Futebol, com menos saídas para o exterior por parte dos consumidores brasileiros e, de um ponto de vista mais lato, devido a uma desaceleração do consumo, em geral, na economia brasileira, e ao aumento da concorrência por parte de outras companhias aéreas em algumas rotas.

A estrutura e configuração geográfica da rede, da operação e das vendas do Grupo não se alterou significativamente em 2014, face aos anos anteriores, mantendo-se a atividade assente em três importantes pilares, Europa, Portugal e Brasil, explorando ainda duas grandes áreas geográficas com menos peso, Américas (excepto o Brasil) e África. O que se verificou, ao longo do tempo, e em 2014 em particular, foi um significativo esforço de desenvolvimento e aproveitamento dos fluxos de tráfego nas rotas transatlânticas, em particular entre a Europa e a América do Sul.

Esse empenhamento do Grupo TAP, no aprofundamento do mercado defronta-se, contudo, com dois tipos de barreiras relevantes, por um lado as limitações de ordem económica de ambos os lados do Atlântico, seja o crescimento fraco do consumo na Europa e em Portugal, seja o claro arrefecimento da economia brasileira, por outro lado, a concorrência cada vez mais intensa e diversa não só nas linhas tradicionais do Brasil, como o Rio de Janeiro e São Paulo, mas ainda noutras rotas onde algumas companhias europeias concorrentes se vão também posicionando, por exemplo, Brasília. De igual modo, companhias não europeias, quer da América Latina, quer de outras áreas geográficas, poderão de futuro alterar ainda mais o xadrez concorrencial no Atlântico Sul, tentando ameaçar, eventualmente, o posicionamento estratégico que o Grupo TAP foi construindo ao longo dos anos.

Naturalmente que, nas rotas europeias, a ameaça concorrencial é bem mais forte que nas rotas transatlânticas e a forte presença da EasyJet e da Ryanair, esta com a sua nova base em Lisboa, em concorrência com a TAP S.A. em múltiplas linhas europeias, conduz a uma forte limitação ao aumento de tarifas e a uma tendência de degradação da média tarifária refletida no *yield*. Todos estes fatores conduzem a uma situação complexa e delicada de *trade-off* entre preço e quantidade, e uma necessidade permanente de ajustamento face às estratégias tarifárias e de rede dos concorrentes.

Para além dos rendimentos com transporte de passageiros, os rendimentos provenientes do transporte de carga e correio constituem um complemento importante, com um peso na receita equiparado ao de um dos grandes mercados europeus de passagens aéreas, como a Alemanha, por exemplo, com uma dimensão próxima de 120 milhões de Euros anuais, tendo os rendimentos de carga subido, em 2014, cerca de 7%. O transporte de carga tem um *modus operandi* que é condicionado, em diversas rotas, pelos limites, em termos de espaço e peso, resultantes da taxa de ocupação do avião em passageiros e das rotas e equipamentos operados, com as inerentes necessidades de combustível. Por exemplo, numa rota longa mas operada em avião de médio-curso, como Moscovo ou Sal, a disponibilidade para carga é limitada pelo volume de combustível necessário. Já numa rota operada por aviões de longo curso, a possibilidade de transporte de carga é muito superior, dadas as características das aeronaves, nomeadamente em termos de tanques de combustível. Ainda no longo curso, as circunstâncias são ainda variáveis consoante se trate de Airbus A330 ou Airbus A340.

Os mercados mais importantes em termos de carga são o Brasil e Portugal, Alemanha, mas também EUA, Itália e França. Angola, embora mercado de destino da carga muito importante, não é relevante como mercado originador ou emissor. Em 2014, o Brasil registou um crescimento muito importante. De referir que o mercado de carga é muito sensível à concorrência de outras companhias, tendo menor fidelização, nomeadamente pelas inúmeras possibilidades de *routings* alternativos, e estando sujeito à natural captura por parte de operadores com frotas importantes e aviões de grande capacidade, como por exemplo, as companhias aéreas do Golfo.

Se o transporte aéreo de passageiros e carga pela TAP S.A representa cerca de 84% do total de rendimentos do Grupo, a atividade de manutenção e engenharia representa perto de 6% do total, tendo atingido em 2014 um volume de negócios de aproximadamente 160 milhões de Euros, sendo cerca de 70 milhões da responsabilidade da TAP M&E Brasil. Contudo se, por um lado, a prestação de serviços de

manutenção a terceiros tem um peso limitado no volume global de rendimentos do Grupo, já o seu contributo total, incluindo o trabalho realizado na frota do Grupo, tem uma dimensão muito relevante.

O trabalho de manutenção da frota de 61 aviões de médio e longo curso do Grupo representa, em conjunto com a atividade para terceiros, um montante que transcende em muito a dimensão contabilística da manutenção e engenharia nas contas do Grupo. Nalguns indicadores, a atividade de manutenção e engenharia tem uma expressão particularmente significativa, desde logo em termos de pessoal e pessoal especializado. A título de exemplo, também, o volume de materiais consumidos, utilizados quer na frota do Grupo quer para manutenção de outras companhias, ultrapassa anualmente os 150 milhões de Euros. A componente de trabalhos para terceiros, no conjunto das duas entidades de manutenção, em Portugal e no Brasil, deverá representar, em termos aproximados, metade da dimensão económica do conjunto da atividade de manutenção e engenharia, sendo a outra metade a correspondente à frota do Grupo. Em 2014, o significativo acréscimo de ganhos para terceiros, na manutenção e engenharia, em Portugal, face ao ano anterior, deveu-se principalmente ao trabalho realizado nas novas aeronaves de longo curso recebidas e reconfiguradas pela TAP S.A., no âmbito do contrato de aluguer dessas aeronaves.

Além da atividade de transporte aéreo de passageiros e carga, e da atividade de manutenção e engenharia, também a atividade de vendas *duty free*, levada a cabo pela subsidiária Lojas Francas de Portugal, S.A., assume um peso relevante no conjunto de rendimentos global do Grupo. Esta atividade tem vindo a crescer, a desenvolver-se e a reestruturar-se de ano para ano, tendo-se verificado um aumento de rendimentos superior a 10% em 2014, função não só do aumento de áreas comerciais em funcionamento mas sobretudo do aumento próximo de 10% do tráfego nos aeroportos nacionais, que possibilitou um acréscimo do volume de vendas e inclusive um ligeiro aumento do preço unitário por transação.

Em síntese, o ano de 2014 foi caracterizado por uma manutenção do valor global de rendimentos de transporte aéreo, a despeito do aumento da operação e decorrente da baixa do preço médio das passagens aéreas, e por um crescimento significativo no valor global de rendimentos quer da atividade de manutenção, quer da atividade de exploração de *free shop*.

→ **Risco de preço de combustível e outros gastos**

O conjunto de gastos específicos da atividade de transporte aéreo, incluindo combustíveis, *handling*, taxas de navegação e aeroportuárias, *catering*, gastos de manutenção, aproxima-se de 1,5 mil milhões de Euros num total de gastos globais do Grupo próximo de 2,9 mil milhões de Euros, ou seja mais de metade do total. Este conjunto de gastos não inclui gastos salariais com pessoal navegante nem os gastos inerentes à locação de aeronaves e amortizações de equipamentos.

Do total de gastos variáveis referidos, mais de metade correspondeu em 2014 a combustível, sendo este responsável por cerca de 27% do total de gastos globais do Grupo, aproximadamente em linha com o que se vinha verificando em anos anteriores desde a subida das cotações do petróleo para o patamar dos 100 dólares por barril, embora com uma dimensão superior, este ano, da operação, em cerca de 5%, quer em termos de horas de voo, quer em termos de lugares oferecidos por quilómetro (“PKOs”).

O ano de 2014 ficou marcado pela fortíssima queda do preço do petróleo no último trimestre do ano, não tendo essa descida, tido ainda um impacto relevante na fatura global de combustível do Grupo. De facto, a média de preços de mercado entre janeiro e setembro de 2014 foi apenas marginalmente inferior ao valor médio do ano anterior e só no último trimestre do ano a baixa de cotações se intensificou fortemente. Por outro lado, a baixa de preços registada em mercado só tem reflexos na faturação, aproximadamente, um mês mais tarde, dados os procedimentos de faturação estabelecidos com as companhias abastecedoras. Por outro lado, ainda, existe uma componente do preço total que é rígida à baixa de cotações, e cuja proporção na faturação aumenta inversamente com o preço de mercado, isto é, taxas, margens das abastecedoras e outras despesas e comissões, contratualizadas e que adicionam ao preço de mercado, qualquer que seja o nível em que o mercado se situe.

Finalmente, o efeito das operações de *hedging* contratadas em 2014 e 2013, para o ano em curso, retardaram o impacto da baixa das cotações. O câmbio do Euro face ao dólar, embora se tenha depreciado fortemente em final do ano, registou um valor médio em 2014 muito próximo do de 2013, tendo sido um fator relativamente neutro no que ao gasto com combustível se refere.

O aumento da atividade, em termos de número de voos e horas voadas, resultante do aumento da frota e das novas rotas, na segunda metade do ano, implicou um acréscimo de consumo de combustível, em volume, de 5,5%. O preço médio de mercado em 2014, tendo em atenção o desfaseamento temporal normal da faturação, foi 5% mais baixo que em 2013. O aumento do gasto total do Grupo com combustíveis verificado em 2014, face a 2013, na ordem dos 4%, tem assim justificação quer na componente fixa do custo, que limita o efeito de baixa do preço, quer na componente de cobertura de preço que, num contexto de queda abrupta de cotações, tem um efeito desfavorável imediato. De referir, no entanto, que a política de cobertura de risco do Grupo se manteve conservadora em termos de prazos e montantes e que, portanto, tem uma expressão menor do que em muitas das companhias suas congéneres e concorrentes, de acordo com dados que são públicos.

Depois do combustível, a maior rubrica de gastos de exploração reside nos gastos com pessoal que, não sendo um gasto diretamente variável com a operação, não é contudo totalmente rígido. Por um lado, este gasto está sujeito aos enquadramentos salariais definidos em Portugal pelo Governo, tendo sofrido alterações significativas nos anos recentes em função de decisões políticas e determinações do Tribunal Constitucional. Também no Brasil, a legislação local determina valores obrigatórios para os aumentos salariais a respeitar. Por outro lado, os gastos salariais são influenciados pela conjuntura económica e pelo comportamento do mercado de trabalho, que influencia a capacidade de obtenção de aumentos salariais por parte dos sindicatos. Por outro lado, os gastos globais com pessoal são inevitavelmente influenciados por aumentos de escala e aumentos de atividade da empresa, situação que se verificou no Grupo. em 2014. O aumento de frota e da rede do Grupo TAP implicou a formação de novos pilotos e assistentes de bordo. No entanto, a despeito deste aumento significativo do efetivo de pessoal de voo, tendo em conta os níveis salariais distintos e o efeito conjugado das alterações legislativas verificadas em 2014, face a 2013, o crescimento global dos gastos com o pessoal situou-se num valor percentual muito limitado, entre 2 e 3% na companhia aérea e de apenas 1% no Grupo.

Embora de natureza distinta, o gasto com fornecimento de serviços de *handling*, atividade muito intensiva em mão-de-obra, acaba por estar também dependente de fatores como o andamento do mercado de trabalho e da inflação, sendo esta última uma das variáveis de *pricing* definidas na contratualização com operadores de assistência em terra, como é o caso da SPdH. A SPdH, é responsável por uma parcela significativa do total de assistências realizadas visto ser o prestador de serviços de *handling* nos *hubs* em Portugal. Ao contrário do que sucede em Portugal e na Europa, onde os níveis de inflação se mantêm próximo de zero, em mercados como o Brasil, os gastos tendem a subir por efeito indireto da inflação, nas subidas salariais mandatórias, repercutidas na faturação pelos operadores de *handling*.

Outra fonte de exposição do Grupo a gastos reside nas taxas aeroportuárias e nas taxas de navegação. As taxas aeroportuárias, por aeronave e por passageiro, tiveram um significativo acréscimo no ano em virtude de alterações contratuais impostas pela ANA - Aeroportos de Portugal S.A. (“ANA”), posteriormente à sua privatização e também, no estrangeiro, no Brasil em especial, em virtude de subidas de preços impostos pelos aeroportos brasileiros, na sequência dos investimentos realizados por estas entidades no quadro da reabilitação de infraestruturas prévia à realização do Campeonato do Mundo de Futebol. Quanto às taxas de navegação, o seu aumento situou-se em linha com o aumento de PKOs e horas de voo, ou seja, com o crescimento do nível de atividade efetiva do Grupo, em torno de 5%. A nível europeu, em particular, o aumento de “*Service Units*” no Eurocontrol (voos ponderados pelo peso da aeronave e distância percorrida) foi de 5,3%, adicionado de uma subida de preço ligeiramente menor que 1%. Em relação às restantes entidades de controlo de tráfego aéreo, o custo médio subiu menos do que na Europa, entre outras razões pela menor distância das novas rotas de longo curso lançadas no ano, face às rotas já operadas, baixando o custo médio por voo.

Entre outros gastos relacionados com a operação de voo destacam-se ainda gastos como os de manutenção, locação, fretamentos e amortizações. Os gastos de manutenção da frota do Grupo estão em parte dependentes das necessidades de reparação e conservação, normalmente crescentes com o aumento da idade média da frota e com o número de horas de voo. Por outro lado, também a subida do dólar causa impacto na componente de materiais e na parte dos serviços subcontratados a *Maintenance, Repair and Overhaul* (“MRO”) externos. Em 2014, parte significativa do aumento de gastos com materiais consumidos foi da responsabilidade de trabalhos para terceiros. Em 2014, a locação operacional de aeronaves sofreu um aumento de 10% face ao ano anterior, que resultou do efeito conjugado da introdução na frota em *leasing* operacional de 6 aviões adicionais, face aos 18 já existentes, sendo contudo o nível médio de rendas mensais das novas aeronaves inferior à das anteriores e tendo ainda em consideração que a locação se iniciou apenas em meados do ano.

Em contrapartida, houve necessidade de recorrer a diversos fretamentos, em níveis superiores aos de anos anteriores, para compensar o desfasamento entre a entrada em operação das novas aeronaves e das novas tripulações e os compromissos existentes decorrentes da venda de passagens realizadas à *anteriori*. Outro aspeto relevante relacionado com o conjunto de gastos associados à frota foi a alteração do valor global de amortização anual das aeronaves e *sparcs*, em linha com a expectativa de permanência média mais duradoura da frota na posse e operação do Grupo.

No que se refere a gastos comerciais da atividade de transporte aéreo, os gastos com comissões mantêm a sua trajetória descendente, fruto do investimento em novas tecnologias e na adesão crescente dos clientes à compra de passagens via internet.

Também no âmbito de gastos comerciais, neste caso relativos à atividade de exploração de *free shop* se verificou um crescimento significativo, em linha com o crescimento de dois dígitos verificado na atividade. Tratou-se do aumento de gastos com mercadorias vendidas mas verificou-se ainda um agravamento mais que proporcional nos gastos com rendas e taxas de exploração em aeroportos no quadro da renegociação contratual com a ANA. Embora o impacto em 2014 deste aumento de gastos tenha sido adverso, a prorrogação de todas as licenças necessárias à atividade, com um horizonte até 2020, veio criar perspectivas favoráveis, e um horizonte de previsibilidade, para o desenvolvimento deste segmento da atividade do Grupo.

→ **Risco cambial**

O risco cambial a que o Grupo está sujeito decorre em primeira instância da distribuição geográfica da sua atividade de transporte aéreo de passagens e carga e em muito menor escala das suas vendas de serviços de manutenção quer em Portugal quer na TAP M&E Brasil. A exposição cambial do Grupo depende, também, da denominação cambial dos gastos da exploração, entre os quais se destacam os combustíveis, principal rubrica de gastos e quase totalmente denominada em dólares. Por fim, tanto o ativo como o passivo do Grupo integram bens e dívidas sujeitos à influência direta ou indireta, reconhecida ou não, de variações cambiais. São eles, desde logo, os ativos da unidade brasileira de manutenção e engenharia, ativos cujo valor é influenciado pelo real brasileiro, ou ainda valores em tesouraria em moeda estrangeira, ou ainda, do lado do passivo, a componente da dívida remunerada contratada em dólares e que representa cerca de 12% do total em dívida do Grupo. Por fim o passivo e capital próprio da TAP M&E Brasil constituem uma exposição cambial de natureza passiva ao real brasileiro.

A nível de receitas de transporte aéreo de passageiros, a componente em Euros representa metade do total, correspondente às vendas em Portugal, na restante Zona Euro e em países europeus e africanos com regimes cambiais associados ao Euro. A exposição ao dólar resulta das vendas nos EUA, no Brasil e em Angola, representando aproximadamente 30% do total. As restantes divisas, correspondentes a 20% das vendas, incluem a libra e o franco suíço, as moedas nórdicas e do leste europeu, o metical moçambicano, ou o bolívar venezuelano. Esta última divisa tem, além do seu impacto nos rendimentos, igualmente um peso importante a nível da posição financeira, na tesouraria, em virtude da transferência do valor acumulado resultante de vendas de períodos recentes se encontrar pendente de decisões morosas das autoridades da Venezuela, face à difícil situação financeira do país (Nota 22).

A exposição ao dólar no mercado brasileiro continua a ser uma das particularidades desse mercado, com raízes históricas nas fases de hiperinflação vividas no passado pelo Brasil e consequente dolarização parcial da sua economia. Este fator, contudo, tende a diminuir de importância e a sensibilidade dos consumidores à flutuação cambial face ao dólar tende a reduzir-se progressivamente.

No mercado de Angola também se começou a assistir, em 2014, a uma gradual dissociação cambial do kwanza face ao dólar, tendo sido determinada pelas autoridades, na segunda metade do ano, uma progressiva depreciação do kwanza, fenómeno que não se pode desligar da significativa alteração do contexto financeiro do país resultante da queda do preço do petróleo.

A exposição cambial mais importante do Grupo é a relativa ao dólar e reside em grande parte na compra de combustível de avião que, dependendo do nível médio das cotações em cada exercício económico do Grupo, pode desequilibrar mais ou menos a balança cambial e a exposição a esta divisa. Com muito menor peso que o combustível, o conjunto de gastos com materiais e subcontratação para manutenção e reparação de aeronaves, quer próprias, quer de terceiros, contem também uma proporção significativa do seu total denominada em dólares. Existem ainda componentes denominadas em dólares (e outras divisas) nos gastos com taxas de navegação e aterragem, embora a parcela mais significativa seja denominada em Euros, quer em Portugal, quer na Europa a nível do Eurocontrol. Outros gastos, como a locação operacional, por exemplo, são, na quase totalidade, denominados em dólares, sendo, no entanto, o seu peso diminuto na estrutura de gastos da companhia aérea e do Grupo.

A nível de combustível - e funcionando este mercado em dólares, independentemente das condições de faturação acordadas com fornecedores, nacionais e estrangeiros – a exposição cambial exclui a componente relativa a taxas e margens das abastecedoras em mercados como Portugal e Europa, nos quais esta parcela é estabelecida em Euros ou outras divisas locais. Esta componente do gasto com combustível é tanto mais relevante, em termos relativos, quanto mais baixas as cotações de mercado do *jet fuel*, dado que se trata de um conjunto de encargos aproximadamente fixos e rígidos em cada período contratual plurianual. Pode estimar-se, no entanto, que a exposição ao dólar resultante unicamente do impacto efetivo do preço de mercado do *jet fuel* tenha representado, em 2014, um percentual próximo de 90% da faturação total com combustíveis, sendo o restante respeitante a todos os gastos restantes. A queda do preço do petróleo verificada em final de 2014, a manter-se, implicará uma redução substancial na exposição cambial líquida ao dólar do Grupo, em termos futuros.

Em síntese, a exposição ao dólar tem sido, nos últimos anos, e em 2014, uma exposição negativa, em termos líquidos, resultante da estrutura de gastos e rendimentos. A presente baixa dos preços do petróleo tenderá a provocar uma redução dessa exposição cambial líquida, estando no entanto o seu efeito, de futuro, dependente da durabilidade e intensidade dessa baixa de preços.

O impacto da cotação cambial do Euro face ao dólar, no fim do ano, como a que ocorreu em 2014, face ao final de 2013, superior a 10%, gera diferenças cambiais na dívida em dólares que, não tendo um peso determinante na dívida total - apenas 12% da dívida global é denominada em dólares - sofre contudo impactos importantes se a variação cambial for muito grande. Ao contrário da variação da cotação do dólar em final de exercício, em dezembro de 2014, face ao final de 2013, que foi muito significativa, a variação média do câmbio do dólar ao longo do ano em 2014, face a 2013, teve um valor quase negligenciável. A forte subida do dólar em final de ano teve, por conseguinte, como reflexo, um gasto substancial, relativamente à dívida, em resultados financeiros.

Em termos futuros, o risco resultante de exposição cambial do Grupo reside, para além de todos os fatores enunciados, igualmente, dada a sua relevância, no projeto estratégico e compromisso de investimento existente, relativamente à aquisição da nova frota de longo curso Airbus A350, a ser entregue a partir de 2017, e ao seu modo de financiamento.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

	2014			
	USD	BRL	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	3.189	1.052	36.467	40.708
Depósitos bancários restritos (Nota 22)	-	-	100.917	100.917
Contas a receber - clientes	28.383	64.838	18.962	112.183
Contas a receber - outros	43.319	31.749	801	75.869
	74.891	97.639	157.147	329.677
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos (Nota 27)	123.673	9	-	123.682
Contas a pagar - fornecedores	11.835	16.030	7.473	35.338
Contas a pagar - outros	3.834	13.013	4.371	21.218
	139.342	29.052	11.844	180.238

	2013			
	USD	BRL	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	14.490	2.626	121.478	138.594
Contas a receber - clientes	23.523	98.865	25.584	147.972
Contas a receber - outros	32.561	26.133	1.044	59.738
	70.574	127.624	148.106	346.304
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos (Nota 27)	114.626	13	-	114.639
Contas a pagar - fornecedores	21.932	13.428	4.563	39.923
Contas a pagar - outros	3.224	12.315	3.167	18.706
	139.782	25.756	7.730	173.268

Em 2014, o montante apresentado em depósitos bancários restritos, em “Outras” moedas, respeita aos fundos retidos na Venezuela, denominados em bolívares venezuelanos (“VEF”).

Em 2013, a rubrica “Outras” inclui um montante de 98,7 milhões de Euros, que estão denominados em bolívares venezuelanos (“VEF”), assim repartidos: 93,7 milhões de Euros em “Caixa e equivalentes de caixa” e 5 milhões de Euros na rubrica de Contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2014, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 15.000 milhares de Euros (2013: 17.000 milhares de Euros).

→ Risco de taxa de juro

O ano de 2014, num contexto de estabilização dos mercados financeiros internacionais e num quadro de inflação praticamente inexistente, na Europa, continuou a ser caracterizado por taxas de juro quase nulas na Europa e muito baixas nos EUA. Também as taxas de juro de longo prazo, nomeadamente da dívida pública, em Portugal e na maioria dos países europeus, se mantiveram em níveis historicamente baixos. A descompressão verificada nos mercados financeiros, após anos de grande tensão provocada pelas crises das dívidas públicas na Zona Euro, permitiu igualmente uma baixa generalizada dos custos do crédito, nos mercados internacionais e também no mercado nacional. O aumento da liquidez nos mercados monetários, a estabilização financeira da economia nacional, bem como a ligeira retoma do crescimento da economia, permitiu às instituições financeiras começarem a praticar condições de crédito menos restritivas e concederem empréstimos com margens mais baixas, incluindo em financiamentos de curto prazo.

O valor global da dívida remunerada do Grupo, 1.062 milhões de Euros, manteve-se em 2014 sensivelmente ao mesmo nível que em 2013, tendo-se verificado contudo uma substituição relevante de valores em dívida de empréstimos a médio e longo prazo por operações de mais curto prazo, predominantemente no mercado nacional. As linhas de curto prazo utilizadas no ano apresentaram, no geral, margens menores que as contratadas nos últimos 2 anos. Em resultado dessa circunstância, a margem média das operações a taxa flutuante baixou ligeiramente. Por outro lado, tendo a componente de curto prazo representado a quase totalidade da contração de nova dívida, e sendo as novas operações a taxa variável, o peso da dívida a taxa flutuante passou de 48% para 56% do total. A amortização parcial programada de empréstimos não correntes a taxa fixa, com a inerente substituição por dívida corrente a taxa variável, indexada à Euribor, teve por consequência, nalguns casos, uma redução ligeira da taxa de juro efetiva a pagar, a despeito dos *spreads* praticados. Tendo em conta, ainda, a manutenção em níveis próximos do zero das taxas Euribor, a taxa de juro média ponderada do Grupo terá, assim, sofrido uma redução, ainda que ligeira, em 2014, face ao nível de 2013.

O resultado financeiro líquido do Grupo, em 2014, foi assim substancialmente influenciado por alterações com origem na exposição cambial ao dólar, relativamente à dívida denominada nessa divisa, e também com origem no registo de perdas cambiais no bolívar, com caráter excepcional, em resultado do novo enquadramento determinado pelas autoridades venezuelanas. Em termos resumidos, cerca de 43% do total de gastos financeiros totais resultou em 2014 de gastos com diferenças cambiais. Cerca de 6% corresponderam a gastos financeiros da TAP M&E Brasil. Marginalmente mais de metade dos encargos financeiros do Grupo corresponderam a juros e outros gastos de financiamentos e *leasings* financeiros da TAP S.A., da Portugaláia, e da TAP SGPS. Este valor, de aproximadamente 48 milhões de Euros, remunerou no ano uma dívida total que em final de exercício se situava em 1.062 milhões de Euros.

No quadro do passivo remunerado abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar, como segue: 3% para a euribor, 1,75% para a libor do dólar e 1,241 no eurodólar (2013: 1,3791 no eurodólar). Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com

amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	2014				
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Total
Empréstimos	534.044	85.466	50.204	-	669.714
Loações financeiras	133.178	93.447	220.143	6.399	453.167
Total	667.222	178.913	270.347	6.399	1.122.881
Empréstimos - taxa fixa	102.380	49.087	49.047	-	200.514
Loações financeiras - taxa fixa	85.736	52.238	151.050	6.399	295.423
Total taxa fixa	188.116	101.325	200.097	6.399	495.937

	2013				
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Total
Empréstimos	311.537	138.087	135.671	-	585.295
Loações financeiras	116.763	130.303	272.767	34.959	554.792
Total	428.300	268.390	408.438	34.959	1.140.087
Empréstimos - taxa fixa	51.676	102.380	98.134	-	252.190
Loações financeiras - taxa fixa	68.530	82.894	162.418	34.959	348.801
Total taxa fixa	120.206	185.274	260.552	34.959	600.991

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos, a 31 de dezembro de 2014, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 4.000 milhares de Euros (2013: 3.500 milhares de Euros).

Na Nota 27 encontra-se apresentado o detalhe da dívida bancária remunerada com a indicação da entidade financiadora e respetivo indexante.

→ Risco de crédito e de liquidez

O risco de liquidez do Grupo é, por conseguinte, uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, da concessão de liquidez intra-grupo, de perdas ou ganhos cambiais e de atividades de investimento,

quando significativas. O Grupo tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível de gastos ou rendimentos correntes da empresa, condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez, o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo.

No final de 2014 e 2013, e após as alterações na dívida verificadas ao longo do ano, as responsabilidades correntes do passivo remunerado, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, apresentam os valores e maturidades constantes do quadro seguinte:

	2014		2013	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Amortização				
Empréstimos	90.514	421.133	36.781	252.911
Locações financeiras	74.145	42.531	47.657	48.365
Total	164.659	463.664	84.438	301.276
Juros				
Empréstimos	12.168	10.229	11.264	10.581
Locações financeiras	9.082	7.420	10.893	9.848
Total	21.250	17.649	22.157	20.429

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

O quadro seguinte apresenta elementos relativos à posição de liquidez do Grupo a 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	2014	2013
Ativos não correntes		
Depósitos judiciais - Brasil (Nota 18)	27.560	17.648
Outros ativos não correntes	23.131	25.253
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	140.364	270.611
Depósitos bancários restritos	100.917	
Contas a receber - clientes	146.991	205.690
Outros ativos correntes	69.806	75.246
	508.769	594.448
Exposição ao risco de crédito fora da demonstração da posição financeira		
Garantias prestadas (Nota 60)	88.756	66.904
Outros compromissos (Nota 27)	310.001	252.462
	398.757	319.366

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Notação de <i>rating</i>	2014	2013
AA-	104	-
A+	287	108
A	17.014	18.219
A-	4.714	769
BBB-	761	-
BBB+	151	-
BB	46.331	5.346
BB-	41.529	3.522
B+	2.092	-
B	-	61.446
Outros	128.221	188.984
	241.204	278.394
Instrumentos financeiros		
derivados (Notas 24 e 58)	-	7.988
Depósitos bancários restritos	100.917	-
Depósitos bancários (Nota 22)	140.287	270.406
	241.204	278.394

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de *rating*.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

	2014	2013
Valores não vencidos	67.910	136.754
de 1 a 90 dias	24.851	10.090
de 91 a 180 dias	18.592	20.375
de 181 a 270 dias	20.153	17.504
de 271 a 365 dias	22.996	17.662
a mais de 366 dias	65.331	63.165
	219.833	265.550
Imparidades (Nota 21)	(72.842)	(59.860)
Cientes - Valor líquido (Nota 21)	146.991	205.690

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, conforme identificado na Nota 21, são regularizados, principalmente, através do BSP e do sistema *IATA Clearing House*, o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

→ Gestão de capital

O capital próprio do Grupo retrata de forma sintética a evolução no tempo dos resultados de exploração das várias atividades desenvolvidas pelo Grupo bem como o efeito acumulado das sucessivas transformações dos ativos e passivos ao longo do tempo. Dadas as restrições e condicionantes de vária ordem à capitalização do Grupo, continuaram a registar-se em 2014 rácios de autonomia financeira desfavoráveis, tendo-se agravado a situação líquida do Grupo TAP. As limitações de capital do Grupo conduzem a significativas oscilações nas necessidades de financiamento em função do desempenho económico-financeiro mais ou menos favorável em cada ano.

Em 2014, o aumento de gastos operacionais inerentes à estratégia de expansão, da atividade de transporte aéreo, levada a cabo – com um crescimento da operação na ordem de 5% - não teve contrapartida no aumento de rendimentos, dada a redução no *yield* médio da operação, que anulou os efeitos do aumento ponderado do volume de passageiros transportados. Como consequência da subida generalizada dos gastos operacionais sem contrapartida no aumento dos rendimentos, o resultado económico da atividade da TAP S.A., em 2014 foi negativo, ao invés do verificado em 2013. A acrescer a estes resultados negativos, adicionaram-se os desenvolvimentos negativos na área cambial, no dólar e no bolívar venezuelano. Por outro lado, a TAP M&E Brasil registou novo prejuízo, embora significativamente menor que no exercício anterior. Os resultados das empresas detidas pela TAPGER, e ainda os da Portugalía e da SPdH, embora com contributo positivo para a exploração do Grupo, têm um impacto global menos relevante. Em síntese, o resultado negativo do Grupo situou-se em cerca de 3% do valor global de rendimentos e ganhos de toda a atividade, tendo conduzido a um novo agravamento da situação líquida negativa do Grupo.

Para além do resultado de exploração, também outros ajustamentos no capital próprio contribuíram negativamente para a posição financeira, e tiveram impacto substancial, nomeadamente ajustamentos de justo valor relacionados com operações de *hedging*. Por seu turno, o passivo não sofreu alteração, em termos globais, no seu valor agregado, pelo que toda a redução do capital próprio teve como contrapartida um montante global quase equivalente, no ativo, distribuído pelas principais rubricas, nomeadamente tesouraria, clientes, inventários e ativos fixos tangíveis.

4 - Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios de 2014 e 2013 o número médio de trabalhadores ao serviço, da TAP SGPS e de todas as subsidiárias, foi de 11.010 e de 10.561, respetivamente.

2014						
	Transporte Aéreo	Manutenção	Free Shop	Catering	Outros	Total
Portugal	4.872	1.860	431	494	717	8.374
Brasil	128	1.987	-	-	-	2.115
Outros	385	8	-	-	-	393
	5.385	3.855	431	494	717	10.882

2013						
	Transporte Aéreo	Manutenção	Free Shop	Catering	Outros	Total
Portugal	4.582	1.870	417	506	710	8.085
Brasil	125	1.951	-	-	-	2.076
Outros	388	12	-	-	-	400
	5.095	3.833	417	506	710	10.561

5 - Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

2014										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.916	348.686	2.105.309	5.539	31.760	66.487	23.624	5.916	6.898	2.636.135
Adições	-	453	15.096	314	1.146	1.330	257	773	10.269	29.638
Alienações	(8)	(31)	(1.864)	(17)	-	(5)	-	-	-	(1.925)
Outras transferências/abates	-	(2)	(25.640)	(175)	(14)	(532)	(192)	(3.380)	-	(29.935)
Diferenças de câmbio	8	48	163	1	117	42	-	23	-	402
Saldo final	41.916	349.154	2.093.064	5.662	33.009	67.322	23.689	3.332	17.167	2.634.315
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	242.221	1.549.860	5.267	20.120	63.155	20.402	-	-	1.901.025
Dotações (Nota 50)	-	5.821	73.559	153	1.892	1.615	1.968	-	-	85.008
Perdas de imparidade reconhecidas	-	-	1.984	-	-	-	-	-	-	1.984
Alienações	-	(17)	(1.799)	(17)	-	(5)	-	-	-	(1.838)
Outras transferências/abates	-	(1)	(24.796)	(175)	(13)	(528)	(250)	-	-	(25.763)
Diferenças de câmbio	-	9	117	1	21	33	-	-	-	181
Saldo final	-	248.033	1.598.925	5.229	22.020	64.270	22.120	-	-	1.960.597
Valor líquido	41.916	101.121	494.139	433	10.989	3.052	1.569	3.332	17.167	673.718
2013										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto										
Saldo inicial	42.057	349.182	2.100.543	5.433	30.992	67.208	23.233	7.259	7.042	2.632.949
Adições	-	361	10.750	165	1.444	1.147	749	3.044	205	17.865
Alienações	(4)	(6)	(2.196)	(31)	(19)	(1)	-	-	-	(2.257)
Outras transferências/abates	-	9	(946)	(11)	1.101	(1.139)	(358)	(3.914)	(349)	(5.607)
Diferenças de câmbio	(137)	(860)	(2.842)	(17)	(1.758)	(728)	-	(473)	-	(6.815)
Saldo final	41.916	348.686	2.105.309	5.539	31.760	66.487	23.624	5.916	6.898	2.636.135
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	236.680	1.451.676	5.178	19.240	63.029	18.896	-	-	1.794.699
Dotações (Nota 50)	-	5.810	103.687	147	1.863	1.923	1.743	-	-	115.173
Alienações	-	(5)	(640)	(31)	(15)	(1)	-	-	-	(692)
Outras transferências/abates	-	(1)	(2.386)	(11)	(19)	(1.128)	(237)	-	-	(3.782)
Diferenças de câmbio	-	(263)	(2.477)	(16)	(949)	(668)	-	-	-	(4.373)
Saldo final	-	242.221	1.549.860	5.267	20.120	63.155	20.402	-	-	1.901.025
Valor líquido	41.916	106.465	555.449	272	11.640	3.332	3.222	5.916	6.898	735.110

Até ao final de 2013, o Grupo TAP depreciava a frota aérea Airbus por uma vida útil de 16 anos, considerando um valor residual de 10%.

Na sequência da análise efetuada pelo Grupo, dos desenvolvimentos tecnológicos e maiores exigências na rentabilidade operacional do mercado do transporte aéreo, resultaram alterações no prazo médio estimado de utilização das aeronaves comerciais Airbus do Grupo TAP.

Neste sentido, e no alinhamento da evolução da estratégia de renovação de frota existente combinado com os diversos fatores externos, as aeronaves Airbus serão depreciadas por um período de 20 anos com um valor residual de 5%, com início no exercício de 2014. O ajustamento à estimativa de vidas úteis e valores residuais foi efetuado de forma prospectiva em conformidade com o preconizado na IAS 8.

Como resultado da revisão da estimativa de vidas úteis e valores residuais destes ativos, o montante registado na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” é inferior em, aproximadamente, 22 milhões de Euros.

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede da TAP S.A., foram transferidos para a propriedade desta subsidiária ao abrigo do Decreto-Lei n.º 351/89 de 13 de outubro.

- As adições de equipamento básico no montante de 15.096 milhares de Euros, respeitam, essencialmente a: (i) sobressalentes de reserva para a frota no montante de 5,2 milhões de Euros; (ii) equipamentos de frota e aviões no montante de 6,1 milhões de Euros (dos quais 3,7 milhões de Euros são relativos a equipamento de entretenimento); e (iii) equipamentos de *catering*, manutenção e obras de reparação no hangar 6 no montante de 1,7 milhões de Euros.
- As transferências e abates de equipamento básico respeitam, essencialmente, a abates de sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Equipamento básico” tem a seguinte composição:

	2014			2013		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	368.391	(344.796)	23.595	375.196	(329.998)	45.198
Reatores de reserva	21.348	(18.342)	3.006	24.058	(20.287)	3.771
Sobressalentes	118.924	(85.501)	33.423	133.944	(98.842)	35.102
	508.663	(448.639)	60.024	533.198	(449.127)	84.071
Equipamento de voo em regime de						
Frota aérea	1.444.614	(1.044.797)	399.817	1.444.614	(998.547)	446.067
Reatores de reserva	6.867	(3.187)	3.680	6.867	(2.897)	3.970
	1.451.481	(1.047.984)	403.497	1.451.481	(1.001.444)	450.037
Máquinas e aparelhagem diversa	132.920	(102.302)	30.618	120.630	(99.289)	21.341
	2.093.064	(1.598.925)	494.139	2.105.309	(1.549.860)	555.449

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a frota aérea do Grupo decompõe-se da seguinte forma:

	2014				2013			
	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	Total	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	Total
Airbus A340	4	-	-	4	4	-	-	4
Airbus A330	-	11	3	14	-	11	1	12
Airbus A319	-	15	6	21	-	15	4	19
Airbus A320	-	5	14	19	-	5	12	17
Airbus A321	-	2	1	3	-	2	1	3
Fokker 100	-	6	-	6	-	6	-	6
Embraer 145	-	8	-	8	-	8	-	8
	4	47	24	75	4	47	18	69

Adicionalmente, durante o segundo semestre de 2014, o Grupo TAP utilizou duas aeronaves (ATR 42-600) da White, que estão a ser operadas pela TAP S.A. em regime de ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*).

Durante o ano de 2013 e o primeiro semestre de 2014, o Grupo TAP utilizou duas aeronaves (Beechcraft 1900 D) da OMNI, no mesmo regime.

O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos tangíveis”, no montante de 10.269 milhares de Euros compreende os adiantamentos efetuados para a aquisição futura de aeronaves (Nota 60).

6 - Propriedades de investimento

À data de 31 de dezembro de 2014 a rubrica de propriedades de investimento reporta-se ao valor atribuído a um imóvel em Maputo (Moçambique) e a dois apartamentos em Sacavém.

O movimento ocorrido nesta rubrica foi conforme segue:

	2014	2013
Saldo inicial	3.864	4.274
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos (Nota 47)	104	(410)
Alienações	(1.829)	-
Saldo final	2.139	3.864

O edifício no Rio de Janeiro (Brasil), detido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2013, foi alienado por 2,8 milhões de Euros, gerando uma mais-valia de cerca de 1 milhão de Euros (Nota 48).

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado por avaliador independente, com qualificação profissional reconhecida, tendo os métodos e pressupostos significativos, aplicados na determinação do justo valor das propriedades, sido suportado por evidências do mercado.

As quantias reconhecidas nos lucros ou prejuízos do exercício, associadas a rendimentos de rendas e gastos operacionais diretos, são imateriais no conjunto das demonstrações financeiras do Grupo.

7 - Goodwill

No decurso dos exercícios de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na rubrica “Goodwill” foi conforme segue:

	2014		
	Saldo inicial	Varição cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	129.940	440	130.380
	193.039	440	193.479

	2013		
	Saldo inicial	Varição cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	137.796	(7.856)	129.940
	200.895	(7.856)	193.039

O montante de 440 milhares de Euros refere-se à variação cambial, de parte do *goodwill* da Manutenção e Engenharia Brasil, que se encontra denominado em reais (124.880.960 reais).

Conforme preconizado pela IAS 36, o *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade efetuados numa base anual, conforme política contabilística descrita na Nota 2.9.

O *goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (“CGU’s”) do Grupo, identificadas de acordo com o segmento de negócio e com o país da operação, conforme segue:

	2014		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	130.380	130.380
	63.099	130.380	193.479

	2013		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	129.940	129.940
	63.099	129.940	193.039

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU’s, é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo, por norma, utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

No caso da unidade de negócio da Manutenção e Engenharia Brasil foi utilizado um orçamento para o ano seguinte e uma estimativa para o período subsequente de 8 anos, que incorporou, nomeadamente, a recuperação dos prejuízos fiscais existentes na estimativa de fluxos de caixa.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados às diferentes CGU's não foram identificadas perdas por imparidade no *goodwill*.

Os principais pressupostos utilizados, para efeitos de testes de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2014	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	14,5%
CAGR da receita**	2,6%	14,7%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	25,0%	34,0%

31 de dezembro de 2013	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	10,0%	14,5%
CAGR da receita**	6,5%	13,1%
Crescimento na perpetuidade	0,0%	4,0%
Taxa de imposto	29,5%	34,0%

* Taxa de desconto líquida de impostos

** *Compound Annual Growth Rate* da receita - taxa de crescimento, ano após ano, de um investimento durante um determinado período de tempo

Os testes de imparidade, realizados em 2014, sustentam a recuperabilidade da quantia escriturada das referidas unidades geradoras de caixa. Em 31 de dezembro de 2014 o valor contabilístico da unidade do transporte aéreo ascende a 89.956 milhares de Euros, sendo que o valor contabilístico da unidade de manutenção no Brasil é negativo em 197.849 milhares de Euros.

8 - Outros ativos intangíveis

No decurso dos exercícios de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na rubrica “Outros ativos intangíveis” foi conforme segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de janeiro de 2013	11.952	2.348	20	14.320
Aquisições	-	32	5	37
Regularizações, transferências e abates	-	2	-	2
Saldo a 31 de dezembro de 2013	11.952	2.382	25	14.359
Aquisições	-	395	-	395
Regularizações, transferências e abates	-	6	(25)	(19)
Diferenças de câmbio	-	(3)	-	(3)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	11.952	2.780	-	14.732
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo a 1 de janeiro de 2013	(11.313)	(1.694)	-	(13.007)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 50)	(403)	(175)	-	(578)
Saldo a 31 de dezembro de 2013	(11.716)	(1.869)	-	(13.585)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 50)	(236)	(193)	-	(429)
Regularizações, transferências e abates	-	19	-	19
Diferenças de câmbio	-	1	-	1
Saldo a 31 de dezembro de 2014	(11.952)	(2.042)	-	(13.994)
Valor líquido a 1 de janeiro de 2013	639	654	20	1.313
Valor líquido a 31 de dezembro de 2013	236	513	25	774
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	-	738	-	738

10 - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a participação financeira na SPdH está reduzida a zero, e as responsabilidades imputáveis ao Grupo TAP estão registadas em provisões (ver a rubrica “Provisões para investimentos financeiros” na Nota 26).

13 - Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os outros ativos financeiros apresentavam-se do seguinte modo:

	2014		2013	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	2.122	-	2.220
	-	2.122	-	2.220

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os outros ativos financeiros não correntes decompõem-se do seguinte modo:

	2014	2013
Depósitos bancários na Guiné Bissau	1.672	291
Empréstimo Salvor Hotéis Moçambique	700	849
SITA Group Foundation	648	666
Depósitos bancários em Moçambique	577	508
Outros	211	212
Perdas de imparidade	(1.686)	(306)
	2.122	2.220

No decorrer do exercício de 2014, os depósitos bancários existentes no Banco Internacional da Guiné Bissau foram considerados como não recuperáveis na sequência da dissolução e liquidação desta instituição, pelo que foi constituída uma imparidade na totalidade do valor (Nota 44).

O empréstimo à Salvor Hotéis Moçambique resultou da disponibilização, em 1997, de fundos detidos pela TAP S.A., que apenas podiam ser utilizados para investimento em Moçambique. Em 2010 a TAP S.A. recebeu 3.250 milhares de dólares, tendo sido assinado um acordo de reembolso para o saldo remanescente e uma livrança pelo montante em dívida, pelo que foi revertido o ajustamento existente àquela data na sua totalidade.

O montante apresentado relativo a SITA Group Foundation refere-se, essencialmente, a 519.778 certificados (títulos de capital não cotados) daquela empresa, entidade fundada pela Société Internationale de Télécommunications Aéronautiques.

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2014 e 2013, foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	2.220	2.848
Aumentos	741	-
Diminuições	(253)	(563)
Variação cambial	158	(65)
Perda de imparidade (Nota 44)	(741)	-
Outros movimentos	(3)	-
Saldo final	2.122	2.220

15 - Ativos e passivos por impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota 2.14., o Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos ativos e passivos, bem como com os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira consolidada.

O Grupo TAP entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração da posição financeira consolidada são recuperáveis, quer seja através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, tendo por base o resultado da TAP S.A. previsto no *business plan* para o ano de 2015 e projeções de resultados para os anos subsequentes, ajustadas de diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais, quer seja através da reversão de passivos por impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2014 a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 21% (2013: 23%). No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 27,5% (2013: 29,5%) elevada até um máximo de 5% de derrama estadual, quando se entendeu como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se, ainda, dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados dos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 52)	Variações com efeitos no rendimento integral	
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	5.218	3.354	-	8.572
Responsabilidades com benefícios de reforma	13.486	(1.764)	2.433	14.155
Perdas de imparidade em inventários	8.489	(437)	-	8.052
Perdas de imparidade em ativos fixos	-	506	-	506
Perdas de imparidade de contas a receber	3.112	3.224	-	6.336
Instrumentos financeiros derivados	456	-	13.475	13.931
Benefícios fiscais	740	647	-	1.387
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	507	(36)	-	471
	32.008	5.494	15.908	53.410
Passivos por impostos diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	2.357	-	(2.357)	-
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	23.464	(2.429)	-	21.035
	25.821	(2.429)	(2.357)	21.035
		7.923	18.265	

	2013			Saldo final
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 52)	Variações com efeitos no rendimento integral	
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	1.383	3.835	-	5.218
Responsabilidades com benefícios de reforma	14.138	(1.612)	960	13.486
Perdas de imparidade em inventários	7.419	1.070	-	8.489
Perdas de imparidade de contas a receber	-	3.112	-	3.112
Instrumentos financeiros derivados	-	-	456	456
Terrenos	1.106	(1.106)	-	-
Benefícios fiscais	-	740	-	740
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	63	444	-	507
	24.109	6.483	1.416	32.008
Passivos por impostos diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	-	-	2.357	2.357
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	24.239	(775)	-	23.464
	24.239	(775)	2.357	25.821
		7.258	(941)	

→ Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados até 2009, de 2010 a 2011, de 2012 e 2013, e a partir de 2014 são reportáveis durante um período de seis, quatro, cinco e doze anos, respetivamente, após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 75% do lucro tributável em 2013 e 70% do lucro tributável nos exercícios seguintes.

O Grupo TAP considera que, em 31 de dezembro de 2014, são recuperáveis os prejuízos fiscais reportáveis da TAP S.A. através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente, na subsidiária TAP S.A. Os prejuízos fiscais reportáveis em 31 de dezembro de 2014 e utilizados em 2014 detalham-se conforme segue:

1 de janeiro de 2014	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
TAP SGPS	1.765	1.454	14.204	2.691	2.923	4.814	n/a	27.851
TAP S.A.	121.381	-	-	-	-	-	n/a	121.381
Portugália	-	-	-	1.500	-	-	n/a	1.500
UCS	-	-	195	-	258	95	n/a	548
TAP M&E Brasil	1.947	82.412	36.142	12.271	32.928	21.208	n/a	186.908
	125.093	83.866	50.541	16.462	36.109	26.117	n/a	338.188

Utilização de prejuízos fiscais reportáveis em 2014	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
TAP SGPS	-	-	-	-	-	-	n/a	-
TAP S.A.	-	-	-	-	-	-	n/a	-
Portugália	-	-	-	(1.500)	-	-	n/a	(1.500)
UCS	-	-	(5)	-	-	-	n/a	(5)
TAP M&E Brasil	(1.947)	(82.412)	(36.142)	(12.271)	(6.415)	-	n/a	(139.187)
	(1.947)	(82.412)	(36.147)	(13.771)	(6.415)	-	n/a	(140.692)

31 de dezembro de 2014	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Provisório	Total
TAP SGPS	n/a	1.454	n/a	2.691	2.923	4.814	2.473	14.355
TAP S.A.	n/a	-	n/a	-	-	-	40.845	40.845
Portugália	n/a	-	n/a	-	-	-	-	-
UCS	n/a	-	n/a	-	258	95	-	353
TAP M&E Brasil	-	-	-	-	26.513	21.208	54.562	102.283
	n/a	1.454	n/a	2.691	29.694	26.117	97.880	157.836

Ano Limite de Dedução	2014	2015	2014	2015	2017	2018	2026

No exercício de 2006 a subsidiária TAP S.A. realizou, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro, uma operação de securitização de créditos futuros, na qual o Deutsche Bank atuou como *lead manager*, tendo os créditos futuros sido adquiridos pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Em resultado desta operação, e por força do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 219/2001, de 4 de agosto, o montante de 230.000 milhares de Euros, foi acrescido para efeitos de determinação do lucro tributável do exercício de 2006. Refira-se que, ao lucro tributável apurado foi deduzido os prejuízos fiscais reportáveis dos exercícios de 2000, 2001 e 2002.

O passivo registado pela TAP S.A., que corresponde ao montante recebido pela venda dos créditos futuros, no valor de 230.000 milhares de Euros, tendo as despesas com a operação ascendido a 779 milhares de Euros, está a ser reembolsado, até dezembro de 2016, à medida que ocorra a entrega dos créditos cedidos à sociedade de titularização de créditos. O gasto financeiro associado ao passivo originado com a alienação destes créditos está em linha com as taxas de mercado.

O relatório elaborado pela Inspeção Tributária, em 2009, apresenta um entendimento divergente do preconizado pelo Grupo, fundamentalmente baseado na não aplicabilidade do disposto do Decreto-Lei n.º 219/2001, de 4 de agosto, entendendo a Administração Fiscal que a referida operação constitui um passivo financeiro, não originando, por si só, o apuramento de qualquer rendimento ou resultado tributável em IRC,

concluindo que não se justifica qualquer ajustamento fiscal no ano da realização da operação de securitização.

O Conselho de Administração Executivo, suportado no parecer dos seus advogados e consultores fiscais, entende que lhe assiste inteira razão no procedimento adotado, pelo que tem vindo a proceder ao exercício do seu legítimo direito de contestação.

Salientamos que os prejuízos fiscais reportáveis, anteriormente apresentados, encontram-se ajustados da correção acima referida.

De acordo com a legislação fiscal no Brasil, nomeadamente a Lei 11.941 de 2009 e a Lei 13.043 de 2014, foi possível utilizar prejuízos fiscais reportáveis através da consolidação do parcelamento especial de alguns débitos fiscais. Assim, nos exercícios de 2011 e 2014, a TAP M&E Brasil optou por utilizar os seus prejuízos, através do abatimento dos juros da dívida em 34% (alíquota dos impostos), o que resultou na eliminação de prejuízos fiscais reportáveis no montante de 149.527 milhares de Euros e 51.594 milhares de Euros, respetivamente (Notas 17 e 48).

16 - Adiantamentos a fornecedores

O montante registado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, refere-se às seguintes entidades:

	2014	2013
QuickTurn S.A.	1.426	-
Airbus	603	2.011
SITA	551	485
Fichtner e Mannheimer Advocacia	337	-
Messier Dow ty	260	1.167
Caixa Economica Federal	147	-
Austrian Airlines Technik	130	-
Eaton Industrial Corporation	111	10
Airbus North America	106	71
Eauctions	100	-
GE Engine Services, Inc.	-	2.417
Outros	2.974	2.734
	6.745	8.895

17 - Estado e outros entes públicos

Os saldos com o Estado e outros entes públicos detalham-se como segue:

	2014			2013		
	Correntes	Não correntes	Total	Correntes	Não correntes	Total
Ativo						
Imposto sobre o rendimento a receber	-	-	-	137	-	137
Outros	13.878	-	13.878	14.266	-	14.266
	13.878	-	13.878	14.403	-	14.403
Passivo						
Imposto sobre o rendimento a pagar	1.822	-	1.822	2.395	-	2.395
Outros	20.199	-	20.199	27.110	59.898	87.008
	22.021	-	22.021	29.505	59.898	89.403

Os valores referentes aos exercícios de 2014 e 2013 são decompostos da seguinte forma:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Estado - Subsídios a realizar:				
Indemnizações compensatórias	3.399	-	4.194	-
Estado e Outros Entes Públicos:				
IRC	-	1.822	137	2.395
IRS	2	8.689	-	8.253
IVA	6.501	271	5.621	572
Segurança Social	-	9.552	-	8.872
Estado - Brasil	3.955	1.400	3.459	69.109
Outros	21	287	992	202
	13.878	22.021	14.403	89.403

Em 31 de dezembro de 2014 o montante registado na rubrica “Indemnizações compensatórias” inclui o parcial da tarifa suportada pelo Estado referente às rotas da Região Autónoma dos Açores do exercício de 2014, no montante total de 1.505 milhares de Euros. Estes montantes correspondem a bilhetes vendidos pela TAP S.A., podendo ser voados por esta ou por companhias terceiras. Esta rubrica inclui, ainda, o montante de 1.894 milhares de Euros, a receber do Estado, relativo a encaminhamentos entre ilhas na Região Autónoma dos Açores. Os montantes referentes ao segundo semestre de 2013 e ao ano de 2014 não se encontram, ainda, aferidos e verificados pela Inspeção Geral de Finanças, nem aprovados pelo Governo, não sendo contudo esperadas correções significativas aos valores registados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor do IVA refere-se aos pedidos de reembolsos, ainda não recebidos, relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Estado – Brasil” tem a seguinte composição:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Corrente:				
REFIS	-	-	-	6.987
Outros	3.955	1.400	3.459	2.224
Não corrente:				
REFIS	-	-	-	59.752
Outros	-	-	-	146
	3.955	1.400	3.459	69.109

A subsidiária TAP M&E Brasil aderiu, em 2009, ao Programa de Recuperação Fiscal, denominado REFIS, pelo que compensou parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), tendo, naquela data, reduzido à sua dívida o montante de 49.448 milhares de Euros.

Em 9 de julho de 2014 foi promulgada a Medida Provisória nº 651/2014 (MP 651, convertida na Lei 13.043/14) que, entre outros temas, permitia ao contribuinte a possibilidade de pagamento antecipado das dívidas de natureza fiscal, desde que parcelados, com uso de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de CSLL.

Neste sentido, a TAP M&E Brasil, mediante parecer legal do referido advogado sobre as condições legais para o benefício das medidas regulamentadas pelo artigo 33º da Medida Provisória, concluiu sobre o cumprimento desses critérios. Consequentemente, a Empresa liquidou 30% da dívida no montante de 71.234 milhares de Reais e liquidou o restante com os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de 166.214 milhares de reais (51.594 milhares de Euros). Este ganho foi registado na rubrica de outros rendimentos e ganhos (Nota 48), tendo em consideração que o mesmo decorre, essencialmente, de contribuições previdenciárias que foram registadas nos gastos operacionais.

Adicionalmente, decorrente do critério contabilístico adotado, a subsidiária solicitou um parecer legal sobre o tratamento fiscal relativamente aos efeitos decorrentes da regularização do REFIS com base nos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, onde se verifica que se trata de uma alteração na forma de utilização de um direito já existente, não havendo lugar a interpretação de que tenha sido criado um novo direito, independentemente da sua classificação contabilística. Neste sentido, o ganho operacional originado pela compensação do parcelamento não foi sujeito à tributação de Imposto de Renda, Programa de integração social (“PIS”) e Contribuição para financiamento da segurança social (“COFINS”).

Deste modo, a dívida existente a 31 de dezembro de 2013 no montante de 66.739 milhares de Euros foi integralmente regularizada no exercício de 2014.

O Decreto-Lei n.º 258/98, de 17 de agosto, revogou as isenções fiscais de que a TAP S.A. havia vindo a beneficiar, e que tinham sido estabelecidas na base XII anexa ao Decreto-Lei n.º 39.188, de 25 de abril de

1953, e nos Decretos-Lei n.º 39.673, de 22 de maio de 1954, n.º 41.000, de 12 de fevereiro de 1957 e n.º 44.373, de 29 de maio de 1962, pelo que deixou de estar isenta do pagamento, ao Estado, de impostos e contribuições.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração Executivo do Grupo entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

18 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Outras contas a receber” decompõe-se como segue:

	2014		2013	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Entidades relacionadas (Nota 56)	3.305	4.700	3.454	3.700
Pessoal	12.216	-	11.534	-
Acréscimos de ganhos	10.405	-	16.469	-
Outros	41.615	45.790	39.325	38.902
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(4.480)	(1.921)	(4.431)	(1.921)
	63.061	48.569	66.351	40.681

→ Entidades relacionadas – não correntes

A rubrica “Entidades relacionadas – não correntes”, no montante de 4.700 milhares de Euros, respeita a prestações acessórias de capital, concedidas à SPdH (Notas 26 e 56).

→ Acréscimos de ganhos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor registado na rubrica “Acréscimos de ganhos” decompõe-se do seguinte modo:

	2014		2013	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Venda de milhas a parceiros	5.450	-	1.458	-
Trabalhos para companhias de aviação	1.682	-	1.653	-
Trabalhos para manutenção de reator	714	-	-	-
Facilidades de passagens	201	-	-	-
Publicidade	105	-	473	-
Juros a receber	46	-	272	-
Hedging de combustível	-	-	9.547	-
Outros	2.207	-	3.066	-
	10.405	-	16.469	-

O montante evidenciado na rubrica de *hedging* de combustível, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalha-se como segue:

	2014		2013	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Especialização do ganho do exercício	-	-	1.559	-
Justo valor de <i>swaps</i> de <i>jet fuel</i> (Nota 24)	-	-	7.988	-
	-	-	9.547	-

→ Outros – não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor registado na rubrica “Outros - não correntes” corresponde a:

	2014	2013
Depósitos judiciais - Brasil	27.560	17.648
Depósitos de garantia (Nota 27)	9.237	8.150
Depósitos cativos	-	4.933
SITA - Société Internationale de Télécommunications Aéronautiques	337	321
Outros	8.656	7.850
	45.790	38.902

Os depósitos de garantia são constituídos pela TAP S.A., no âmbito dos contratos de locação operacional para aviões e reatores que serão devolvidos, sem juros, à medida que esses aviões e reatores forem sendo restituídos aos locadores.

A variação registada na rubrica de depósitos judiciais – Brasil decorre, maioritariamente, da transferência dos depósitos judiciais constituídos para efeitos de REFIS no montante de 7.849 milhares de Euros que, em 31 de dezembro de 2013, se encontrava a deduzir à dívida do REFIS regularizada em 2014 (Nota 17).

→ Outros – correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor registado na rubrica “Outros - correntes” corresponde a:

	2014	2013
Faturação Interline e outros	12.252	12.139
Valores a receber de fornecedores	9.166	6.829
Devedores - Brasil	5.645	4.809
Pasogal SGPS, S.A. (Nota 37)	3.000	3.000
IVA das Representações	2.216	1.632
Devedores - Itália	888	3.047
Outros	8.448	7.869
	41.615	39.325

A rubrica “Outros”, no montante de 8.448 milhares de Euros, inclui 583 milhares de Euros relativo ao excesso de financiamento (2013: 582 milhares de Euros), registado em 31 de dezembro de 2014, do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS. Este excesso de financiamento é reembolsável nos termos da lei e/ou dispensa de contribuições futuras (Nota 28).

→ Perdas de imparidade de outras contas a receber

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2014 e 2013, é como segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	6.052
Reforços (Nota 44)	474
Reversões (Nota 44)	-
Utilizações	(174)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	6.352
Reforços (Nota 44)	255
Reversões (Nota 44)	(176)
Utilizações	(30)
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	6.401

19 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de diferimentos detalha-se como segue:

	2014	2013
Diferimentos ativos	17.094	12.636
	17.094	12.636
	2014	2013
Diferimentos passivos	67.717	57.081
	67.717	57.081

O montante registado na rubrica “Diferimentos ativos”, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalha-se conforme segue:

	2014	2013
Rendas e alugueres	3.639	2.092
Comissões	3.514	3.812
<i>Leasings</i> de aviões e reatores	3.360	2.389
<i>Travel vouchers</i>	2.688	-
Seguros	1.932	1.859
Manutenção de equipamento	294	1.353
Outros gastos diferidos	1.667	1.131
	17.094	12.636

As comissões respeitam a valores pagos a agentes por bilhetes vendidos, mas ainda não voados e não caducados, até 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O valor registado como *travel vouchers* é relativo aos *vouchers* atribuídos aos passageiros sob a forma de compensação pelas irregularidades ocorridas durante o ano e que ainda não foram utilizados.

A rubrica “Diferimentos passivos”, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhada do seguinte modo:

	2014	2013
Trabalhos para companhias de aviação	36.194	34.066
Programa de fidelização de clientes	30.766	21.908
Publicidade	347	348
Reservas de <i>overhaul</i>	-	123
Outros	410	636
	67.717	57.081

O montante de 36.194 milhares de Euros (2013: 34.066 milhares de Euros), registado na rubrica “Trabalhos para companhias de aviação”, refere-se a faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros que ainda se encontram em curso à data de 31 de dezembro de 2014.

No âmbito da aplicação do IFRIC 13 – Programa de fidelização de clientes, a atribuição de milhas aos clientes, aderentes ao programa de fidelização denominado “TAP Victoria”, é diferida com base no valor unitário da milha, percecionado pelo cliente (Nota 2.27.).

20 - Inventários

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Mercadorias (Nota 40)	15.112	14.788
Produtos e trabalhos em curso (Nota 38)	14.173	5.288
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 40)	117.319	138.021
Perdas por imparidade de inventários	(49.432)	(49.198)
	97.172	108.899

A rubrica "Produtos e trabalhos em curso" corresponde ao valor dos materiais e horas aplicados em obras de manutenção de aeronaves para terceiros que ainda se encontram em curso à data de relato.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se, essencialmente, a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, nos exercícios de 2013 e 2014, é conforme segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro 2013	47.265
Reforços (Nota 43)	5.931
Reversões (Nota 43)	(23)
Utilizações	(124)
Ajustamento cambial	(3.851)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	49.198
Reforços (Nota 43)	2.035
Reversões (Nota 43)	(1.930)
Utilizações	(47)
Ajustamento cambial	176
Saldo final a 31 de dezembro 2014	49.432

21 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de clientes detalha-se como segue:

	2014	2013
Cientes, conta corrente	180.870	228.830
Cientes de cobrança duvidosa	38.963	36.720
Perdas de imparidade de clientes	(72.842)	(59.860)
	146.991	205.690

A decomposição desta rubrica, por tipo de cliente, é conforme segue:

	2014	2013
Agências de viagem	62.195	74.009
Entidades privadas	41.631	91.710
Companhias de aviação	28.437	29.697
Entidades relacionadas (Nota 56)	1.599	2.667
Outros	13.129	7.607
	146.991	205.690

Os saldos a receber, de agências de viagens e de companhias de aviação, são regularizados, principalmente, através BSP e do sistema *IATA Clearing House*.

A variação ocorrida nos saldos a receber de entidades privadas decorre, essencialmente, do adiantamento efetuado pela Cielo S.A. de cerca de 120 milhões de reais relativamente às vendas parceladas com cartão de crédito no Brasil.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas de imparidade de clientes, nos exercícios de 2014 e 2013, é como segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro 2013	62.686
Reforços (Nota 44)	3.592
Reversões (Nota 44)	(3.700)
Utilizações	(146)
Outros movimentos	571
Ajustamento cambial	(3.143)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	59.860
Reforços (Nota 44)	15.650
Reversões (Nota 44)	(2.426)
Utilizações	(199)
Outros movimentos	-
Ajustamento cambial	(43)
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	72.842

22 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2014	2013
Depósitos a prazo	95.535	136.094
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	44.752	134.312
Numerário	77	205
Caixa e depósitos bancários na demonstração da posição financeira	140.364	270.611
Depósitos bancários restritos	100.917	-
Descobertos bancários (Nota 27)	(7.283)	(7.393)
Caixa e seus equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa	233.998	263.218

O volume de disponibilidades apresentado pelo Grupo TAP resulta, principalmente, das disponibilidades da TAP S.A., no montante de 225.932 milhares de Euros (2013: 256.898 milhares de Euros).

Os excedentes de tesouraria são, normalmente, investidos em aplicações financeiras de curto prazo, vencendo juros a taxas normais de mercado.

Depósitos bancários restritos

Durante o corrente exercício o Grupo TAP registou os depósitos bancários, em bolívares venezuelanos, decorrentes das vendas de passagens aéreas realizadas na Venezuela, entre maio de 2013 e maio de 2014, na rubrica de “Depósitos bancários restritos”.

À data de 31 de dezembro de 2014, o Grupo apresenta em depósitos bancários restritos o montante de 101 milhões de Euros, detalhado conforme segue:

- 74 milhões de Euros, referentes a vendas de maio de 2013 a dezembro de 2013, valorizadas à taxa de câmbio de 6,3 VEF/USD, a qual representa a taxa de câmbio oficial à data de 31 de dezembro de 2013 (CENCOEX);
- 3 milhões de Euros, referentes a vendas de maio de 2013 a dezembro de 2013 valorizadas à taxa de câmbio de 50 VEF/USD, a qual representa a taxa de câmbio oficial do SICAD II, a 31 de dezembro de 2014; e
- 24 milhões de Euros, referentes a vendas de janeiro a maio de 2014 deduzidas de gastos locais, valorizadas à taxa câmbio de 12 VEF/USD, a qual representa a taxa de câmbio oficial do SICAD I, a 31 de dezembro de 2014.

Esta situação decorre, essencialmente, da deterioração da economia venezuelana, das sucessivas desvalorizações da moeda local e da atual limitação ao repatriamento de capitais controlado pelas entidades governamentais locais.

O Grupo TAP tem mantido negociações regulares com o Governo Venezuelano relativamente ao *timing* de repatriamento dos montantes indicados e taxas de câmbio aplicáveis.

Esta situação encontra-se a ser monitorizada e avaliada com regularidade pela Administração do Grupo TAP, encontrando-se refletida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 a melhor estimativa do Grupo àquela data.

Deste modo, tendo em consideração os regulares contactos mantidos entre a IATA, o Governo Venezuelano e o Grupo TAP, é entendimento do Conselho de Administração Executivo que os valores registados nas demonstrações financeiras são recuperáveis, pelo que esta situação não terá impacto previsível na tesouraria do Grupo.

No entanto, apesar da monitorização regular que se encontra a ser realizada pelo Grupo TAP, importa salientar que as flutuações e desvalorizações futuras da moeda, bem como a política futura de restrições ao repatriamento de capitais, não são controladas pelo Grupo TAP, pelo que um desfecho menos favorável desta situação poderá vir a originar, no futuro, a necessidade de algum ajustamento no valor das disponibilidades localizadas na Venezuela e, conseqüentemente, afetar negativamente o resultado das operações e a posição financeira do Grupo.

A classificação das disponibilidades restritas como corrente ou não corrente decorre da expectativa do Grupo quanto à sua realização no prazo de um ano ou superior a um ano, respetivamente.

Importa salientar que os depósitos bancários existentes em Angola à data de 31 de dezembro de 2014, no montante de 19.161 milhares de Euros, apresentam-se atualmente com dificuldades de repatriamento dos fundos. Neste sentido, foi negociada uma linha de crédito corrente com o Banco BIC que disponibiliza ao Grupo os montantes retidos em Angola, encontrando-se os depósitos bancários classificados como colateral do financiamento obtido. Adicionalmente, as referidas disponibilidades serão igualmente utilizadas no pagamento dos gastos locais.

24 - Capital próprio

O capital nominal do Grupo TAP, no valor de 15.000 milhares de Euros, é composto por 1.500.000 ações nominativas de 10 Euros cada e é detido a 100% pela Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., estando integralmente subscrito e realizado.

→ Reservas legais

A reserva legal foi constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do exercício até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2014 e 2013 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

→ Reservas de conversão cambial

As diferenças de câmbio, resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira, são registadas no capital próprio, nesta rubrica.

	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	73.103	-	(2.075)	71.028
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(93.248)	2.717	-	(90.531)
	(20.145)	2.717	(2.075)	(19.503)

	2013			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	19.353	53.750	-	73.103
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(32.932)	-	(60.316)	(93.248)
	(13.579)	53.750	(60.316)	(20.145)

A diminuição de 2.075 milhares de Euros respeita à apropriação, pelo Grupo, das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam no Brasil.

O aumento de 2.717 milhares de Euros, ocorrida em 2014, respeita às diferenças de câmbio favoráveis, provenientes dos financiamentos concedidos, a médio e longo prazo, à TAP M&E Brasil, cuja liquidação não é provável que ocorra num futuro previsível, sendo, em substância, uma extensão do investimento líquido do Grupo naquela entidade estrangeira.

→ Reservas de justo valor

O montante de 36.727 milhares de Euros, apresentado na rubrica “Reservas de justo valor”, corresponde ao justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, da subsidiária TAP S.A., contabilizado em conformidade com a política descrita na Nota 2.12., líquido do imposto, no montante de 13.931 milhares de Euros (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados, decompõe-se como segue:

	2014	2013
<i>Swaps</i> de taxa de juro (Notas 31 e 58)	(1.492)	(1.546)
<i>Swaps</i> de <i>jet fuel</i> (Notas 18, 31 e 58)	(49.166)	7.988
	(50.658)	6.442

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro e *jet fuel*, classificados como instrumentos de cobertura, apresentam durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as seguintes evoluções:

	Ativo		Passivo	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2013	444	256	-	(2.380)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	(300)	-	-	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	(944)	-	-	734
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	1.244	-	-	(734)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	7.544	(256)	-	834
Justo valor em 31 de dezembro de 2013	7.988	-	-	(1.546)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	-	-	18.560	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	-	9.831	613
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	-	-	(28.391)	(613)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	(7.988)	-	(49.166)	54
Justo valor em 31 de dezembro de 2014	-	-	(49.166)	(1.492)

→ Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” corresponde aos resultados líquidos dos exercícios anteriores, conforme deliberações efetuadas nas Assembleias Gerais. Encontram-se, ainda, registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como os ganhos ou perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego, líquidos de imposto.

→ Resultado por ação

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP SGPS, pelo que não existe diluição dos resultados.

	2014	2013
Resultado atribuível ao acionista da TAP SGPS	(85.096)	(5.868)
Número médio ponderado de ações	1.500.000	1.500.000
Resultado básico por ação (valor em Euros)	(57)	(4)
Resultado diluído por ação (valor em Euros)	(57)	(4)

25 - Interesses não controlados – demonstração da posição financeira

Os interesses não controlados que figuram na demonstração da posição financeira decompõem-se como segue:

	2014	2013
Interesses não controlados de capital próprio		
Cateringpor	3.293	2.650
LFP	4.642	5.858
	7.935	8.508

26 - Provisões

No decurso dos exercícios de 2014 e 2013 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	2014						
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	Saldo final
Provisões							
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 45)	16.766	9.378	-	(3.626)	(100)	676	23.094
Provisão para investimentos financeiros (Nota 37)	5.235	-	-	(1.611)	-	435	4.059
Outras provisões (Nota 45)	3.286	203	(15)	(249)	15	(670)	2.570
	25.287	9.581	(15)	(5.486)	(85)	441	29.723
	2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	Saldo final
Provisões							
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 45)	22.236	1.965	(41)	(6.299)	(1.937)	842	16.766
Provisão para investimentos financeiros (Nota 37)	6.296	-	-	(706)	-	(355)	5.235
Outras provisões (Nota 45)	2.306	1.095	(10)	(384)	(175)	454	3.286
	30.838	3.060	(51)	(7.389)	(2.112)	941	25.287

Destes movimentos, resultaram perdas de 5.706 milhares de Euros e ganhos de 3.623 milhares de Euros, em 2014 e 2013, respetivamente, registados na rubrica de provisões (Nota 45).

→ Provisão para processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo. Em 31 de dezembro de 2014, a provisão existente, no montante de 23.094 milhares de Euros, destina-se a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra o Grupo, no país e no estrangeiro.

O detalhe da provisão para processos judiciais em curso é conforme segue:

	2014	2013
Grupo TAP (sem a subsidiária TAP M&E Brasil)	10.779	8.632
Subsidiária TAP M&E Brasil	12.315	8.134
	23.094	16.766

Em 31 de dezembro de 2014, a subsidiária TAP M&E Brasil possuía cerca de 2.071 ações laborais (2.158 ações em 31 de dezembro de 2013). A subsidiária é devedora solidária do passivo laboral pela migração de funcionários da VARIG para a TAP M&E Brasil em 2001 e 2002. Há ações laborais propostas por ex-funcionários da VARIG, contra a subsidiária e contra a TAP S.A., devido à demissão dos funcionários da VARIG após o leilão judicial de venda da unidade produtiva desta empresa, ocorrido em julho de 2006.

Estas ações laborais podem ser divididas em 4 categorias: (i) ações sindicais; (ii) ações propostas por aeronautas; (iii) ações propostas por ex-funcionários da VARIG contra esta e contra o Grupo, reclamando a sucessão do vínculo laboral e (iv) ações propostas por prestadores de serviços solicitando a responsabilidade do Grupo face aos débitos laborais eventualmente deferidos.

→ Provisão para investimentos financeiros

Em 2014 o Grupo apropriou ganhos com a associada SPdH no montante de 1.611 milhares de Euros, que foram registados na rubrica de ganhos e perdas em associadas (Nota 37). Adicionalmente, a rubrica “Outros movimentos”, no montante de 435 milhares de Euros, corresponde à apropriação das perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego da SPdH, que foram registados nos resultados transitados do Grupo.

Em março de 2009, um consórcio de três bancos (BIG, Banif e Banco Invest) transferiu para a TAP S.A. a participação detida na SPdH (50,1%) por 31,6 milhões de Euros. Na mesma data, e durante o período de pendência do processo de concentração na Autoridade da Concorrência (“AdC”), a TAP S.A. transferiu o exercício dos seus direitos de voto e supervisão, enquanto acionista maioritária da SPdH, para uma entidade independente do Grupo TAP.

A AdC deliberou, em 19 de novembro de 2009, após uma investigação aprofundada, adotar uma decisão de proibição, relativamente à operação de concentração, que consistia na aquisição, pela TAP S.A., do controlo exclusivo da SPdH, mediante a aquisição de uma participação de 50,1% do capital social da SPdH.

A AdC, impôs, assim, a obrigação de separação da SPdH mediante a alienação, por parte do Grupo TAP, das ações referentes a, pelo menos, 50,1% do capital social da SPdH. Até à venda, o regulador impôs que a gestão da SPdH fosse efetuada por um mandatário de gestão, que agia em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugália e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasogal SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial.

As licenças de atividade da SPdH para prestação de serviços de *handling* a terceiros, em Lisboa e no Porto, nas categorias 3 (assistência a bagagem), 4 (assistência a carga e correio) e 5 (assistência de operações em pista), de acesso reservado, tinham data de termo de vigência inicial reportada a 31 de dezembro de 2011.

Em 2013 que o Instituto Nacional de Aviação Civil (“INAC”) ainda não concluiu os concursos públicos internacionais para emissão de novas licenças, e conseqüente seleção do segundo prestador de serviços nessas categorias de acesso reservado para os aeroportos de Lisboa e Porto, em que a SPdH era opositora, foi, entretanto, publicado o Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro.

O referido Decreto-Lei veio permitir a possibilidade de o INAC prorrogar, a título excepcional, as licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala, nas referidas categorias reservadas nos aeroportos de Lisboa e Porto, detidas pela SPdH à data de 31 de dezembro de 2011, até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, a selecionar no âmbito dos concursos públicos em curso, iniciassem a sua atividade.

Porém, o INAC já fez saber que, na sequência e em cumprimento de Despacho do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, publicado em 15 de novembro de 2013 na 2ª Série do Diário da República (que alterou as regras dos concursos públicos para prestadores de serviço de *handling* a terceiros nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro), procedeu ao cancelamento dos concursos públicos em curso e revogou a decisão de contratar com fundamento na alínea d) do número um do artigo 79º e número um do artigo 80º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”).

Na sequência dos factos acima referidos, foi publicado o Decreto-Lei nº 57/2014, de 11 de abril, que veio alterar o artigo 4º do Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro, tendo aquele passado a dispor que as atuais licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro possam ser prorrogados até 31 de maio de 2015 ou até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, que vierem a ser selecionados, iniciem a sua atividade nas mencionadas categorias e nas referidas infraestruturas aeroportuárias, caso esta ocorra em momento anterior.

Relativamente às restantes licenças de atividade nas categorias de acesso livre, com termo de vigência inicialmente para 31 de dezembro de 2013, a SPdH formalizou, oportunamente, a prorrogação das licenças de acesso ao mercado para essas categorias, com início de produção de efeitos a 1 de janeiro de 2014 e termo a 31 de dezembro de 2015, relativamente às escalas de Lisboa e Porto, e a 31 de dezembro de 2016, relativamente às escalas da Região Autónoma da Madeira, a saber, Madeira e Porto Santo.

Salienta-se que, caso a SPdH não seja selecionada para prestadora dos serviços de *handling* a terceiros, nos futuros concursos públicos internacionais a abrir pelo INAC, a Pasogal SGPS, S.A. terá o direito de resolver o supra referido contrato de compra e venda.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a informação financeira relativa à empresa associada SPdH é conforme segue:

2014					
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	25.368	281	25.087	106.757	2.356

2013					
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	22.444	(3.076)	25.520	105.062	2.126

→ Outras provisões

Esta **rubrica** é decomposta da seguinte forma:

	2014	2013
Subsidiária TAP M&E Brasil:		
Provisão para contingências tributárias	815	752
Provisão para contingências cíveis	284	836
Restantes subsidiárias:		
Outras provisões	1.471	1.698
	2.570	3.286

Provisão para contingências tributárias e cíveis

A subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida em processos tributários que se encontram a decorrer, tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais e/ou penhora de bens.

A subsidiária TAP M&E Brasil aderiu, em 2009, ao Programa de Recuperação Fiscal e parcelou a totalidade das contingências federais, cuja probabilidade de êxito se encontrava classificada como remota.

Em 2014 a subsidiária brasileira regularizou a restante dívida conforme indicado na Nota 17.

A movimentação ocorrida na provisão para contingências tributárias e cíveis foi conforme segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2013	778
Reforço/Reversão de provisão	531
Variação cambial	(175)
Outros movimentos	454
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.588
Reforço/Reversão de provisão	167
Variação cambial	15
Outros movimentos	(671)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.099

27 - Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos apresentam o seguinte detalhe:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	508.615	130.856	285.834	260.554
Passivos por locação financeira	117.784	297.113	97.285	399.577
Descobertos bancários (Nota 22)	7.283	-	7.393	-
	633.682	427.969	390.512	660.131

→ Dívida líquida remunerada

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	2014	2013
Financiamentos obtidos		
Não corrente	427.969	660.131
Corrente	633.682	390.512
	1.061.651	1.050.643
Caixa e seus equivalentes (Nota 22)		
Numerário	77	205
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	44.752	134.312
Depósitos a prazo	95.535	136.094
	140.364	270.611
Dívida líquida remunerada	921.287	780.032

→ Dívida bancária remunerada

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a dívida bancária remunerada, corrente e não corrente, detalha-se como segue:

	2014	2013	Indexante
Não correntes			
TAP SGPS			
Empréstimo bancário BCP	1.827	2.497	Euribor 3m
Empréstimo bancário Deutsche Bank	-	51.898	Taxa fixa
TAP S.A.			
Empréstimo bancário Deutsche Bank	94.095	138.282	Taxa fixa
Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	34.934	67.877	Euribor 3m
	130.856	260.554	
Correntes			
TAP SGPS			
Empréstimo bancário Deutsche Bank	53.914	1.458	Taxa fixa
Empréstimo bancário BCP	672	641	Euribor 3m
Crédito mútuo CGD	-	33.021	Euribor 6m
Linha de crédito BCP	-	20.062	Euribor 3m
Descoberto bancário BES	-	7.393	Euribor 1m
Linha de crédito BPI	-	4.030	Euribor 1m
TAP S.A.			
Linha de crédito BIC	75.713	55.560	Euribor 3m
Linha de crédito BCP	50.215	10.062	Euribor 1m
Linha de crédito CGD	50.198	-	Euribor 6m
Empréstimo bancário Deutsche Bank	45.097	43.537	Taxa fixa
Crédito mútuo Novo Banco	40.032	-	Euribor 3m
Linha de crédito CGD	40.009	-	Euribor 3m
Crédito mútuo CGD	33.033	-	Euribor 6m
Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	32.959	31.049	Euribor 3m
Linha de crédito Novo Banco	20.218	-	Euribor 3m
Papel comercial	20.134	20.088	Euribor 1a
Crédito mútuo Santander	20.017	10.007	Euribor 3m
Linha de crédito Banco Popular	16.024	6.009	Euribor 3m
Linha de crédito BIC	10.380	-	Libor 6m
Descobertos bancários Novo Banco	7.283	-	Euribor 3m
Crédito mútuo BES	-	40.246	Euribor 3m
Crédito mútuo BPP	-	10.064	Euribor 3m
	515.898	293.227	
Dívida bancária remunerada	646.754	553.781	

Os montantes de 34.934 milhares de Euros e 32.959 milhares de Euros, registados em 31 de dezembro de 2014 em dívida bancária não corrente e corrente, respetivamente, correspondem a um passivo gerado no âmbito de uma operação de securitização de créditos futuros, realizada pela TAP S.A. em dezembro de 2006, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro, na qual o Deutsche Bank atuou como *lead manager*, tendo os créditos futuros sido adquiridos pela Tagus–Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

A dívida bancária remunerada, por maturidade e por tipo de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é decomposta como segue:

Por maturidade	2014	2013
Até 1 ano	515.898	293.227
De 1 ano até 2 anos	81.703	129.698
De 2 anos até 3 anos	48.769	81.703
De 3 anos até 4 anos	384	48.769
De 4 anos até 5 anos	-	384
	646.754	553.781

Por tipo de taxa de juro	2014	2013
Taxa variável		
Expira num ano	416.887	248.232
Expira entre 1 e 2 anos	35.638	33.612
Expira entre 2 e 3 anos	740	35.638
Mais de 3 anos	384	1.124
	453.649	318.606
Taxa fixa		
Expira num ano	99.011	44.995
Expira entre 1 e 2 anos	46.065	96.086
Expira entre 2 e 3 anos	48.029	46.065
Mais de 3 anos	-	48.029
	193.105	235.175
	646.754	553.781

O detalhe dos empréstimos por moeda funcional em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014		2013	
	Valores em divisa	Valores em Euros	Valores em divisa	Valores em Euros
Euros (EUR)	-	636.374	-	553.781
Dólares Americanos (USD) (Nota 3)	12.602	10.380	-	-
	12.602	646.754	-	553.781

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vencidos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de taxa de juro (Nota 3).

→ Locação financeira

O Grupo regista no seu ativo fixo tangível os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Grupo tinha assumido compromissos decorrentes de contratos de locação financeira em conformidade com o descrito na Nota 5, encontrando-se o capital em dívida incluído na demonstração da posição financeira na rubrica “Financiamentos obtidos”, como segue:

	2014	2013
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Equipamento básico	414.770	496.692
Outros ativos fixos tangíveis	127	170
	414.897	496.862
Pagamentos futuros de capital		
Até 1 ano	117.784	97.285
De 1 ano até 5 anos	290.812	365.445
Mais de 5 anos	6.301	34.132
	414.897	496.862

As locações financeiras, por moeda funcional, apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013
Locação financeira em EUR	301.595	382.223
Locação financeira em USD (Nota 3)	113.293	114.626
Locação financeira em BRL (Nota 3)	9	13
	414.897	496.862

A decomposição dos passivos por locação financeira, por maturidade e por tipo de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

Por maturidade	2014	2013
Até 1 ano	117.784	97.285
De 1 a 2 anos	80.966	113.761
De 2 a 3 anos	130.646	78.727
De 3 a 4 anos	50.462	122.889
De 4 a 5 anos	28.738	50.069
Mais de 5 anos	6.301	34.131
	414.897	496.862

Por tipo de taxa de juro	2014	2013
Taxa variável		
Expira num ano	41.499	40.353
Expira entre 1 e 2 anos	36.834	41.049
Expira entre 2 e 3 anos	40.082	36.826
Mais de 3 anos	25.855	65.984
	144.270	184.212
Taxa fixa		
Expira num ano	76.285	56.932
Expira entre 1 e 2 anos	44.132	72.712
Expira entre 2 e 3 anos	90.564	41.901
Mais de 3 anos	59.646	141.105
	270.627	312.650
	414.897	496.862

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vincendos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de taxa de juro (Nota 3).

→ **Locação operacional**

Conforme referido na Nota 2.25., estas responsabilidades não se encontram registadas na posição financeira do Grupo. Os contratos de locação operacional do Grupo têm durações variáveis que podem ir até aos 8 anos, podendo ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes.

Em 31 de dezembro de 2014, existiam em regime de locação operacional, vinte e quatro aeronaves (Nota 5) e quatro reatores.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 310.001 milhares de Euros (387.501 milhares de USD) e 252.462 milhares de Euros (328.200 milhares de USD), respetivamente (Nota 60).

Os planos de pagamento das rendas das locações operacionais detalham-se como segue:

	2014	2013
Até 1 ano	65.610	49.556
De 1 a 2 anos	64.054	48.656
De 2 a 3 anos	56.835	47.254
De 3 a 4 anos	48.534	40.517
Mais de 4 anos	74.968	66.479
	310.001	252.462

Estes contratos obrigam à constituição de depósitos de garantia que, em 31 de dezembro de 2014 totalizavam 9.237 milhares de Euros e em 31 de dezembro de 2013 totalizavam 8.150 milhares de Euros (Nota 18). Estes depósitos serão devolvidos ao Grupo, à medida que os aviões são restituídos aos locadores.

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de *leasing* e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de *leasings* financeiros, obrigações de caráter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em *leasing*, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

28 - Responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo TAP é responsável pelo pagamento de benefícios pós-emprego a empregados aposentados, pré-reformados e ainda no ativo.

→ **Complementos de pensões de reforma e prestações de pré-reforma – TAP S.A.**

De acordo com as normas vigentes na TAP S.A., esta assegura aos empregados, admitidos até 31 de maio de 1993, a diferença entre a pensão de reforma, por limite de idade ou invalidez, atribuída pela Segurança Social, e um montante mínimo garantido pela TAP S.A. Este montante corresponde a uma percentagem fixa de parte do vencimento pensionável (remuneração de base + anuidades), à data da reforma, por cada ano de serviço na empresa, até um máximo de 20 anos, conforme segue:

- Pessoal navegante (pilotos e técnicos de voo) - 3,2% por ano de serviço;
- Pessoal de terra e pessoal navegante de cabine - 4% por ano de serviço.

Adicionalmente, a TAP S.A. assumiu responsabilidades pelo pagamento de prestações de pré-reforma, cujo montante é fixado, de modo a que o respetivo valor líquido a receber em situação de pré-reforma, se situe entre 75% e 100% do valor líquido que o empregado auferia no ativo na data da passagem à pré-reforma.

Em outubro de 2008 foi alterado o Acordo de Empresa com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (“SPAC”), o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o plano de pensões pressupõe a bonificação do tempo de serviço garantida pelo Estado (de 15% ou 10%, conforme a data de início da carreira contributiva) e a possibilidade de bonificação adicional (até 25% ou 30%) por opção do beneficiário na data da passagem à reforma (esta bonificação adicional será encargo da TAP S.A.);
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: o plano de pensões é constituído por um regime de contribuição definida, no montante de 7,5% da remuneração de base efetivamente auferida (14 vezes por ano), do qual 80% é encargo da TAP S.A. Este plano está garantido por contratos de adesão a fundos abertos de pensões, sendo gerido pelo Banco Português de Investimento (“BPI”). Os contratos de adesão e a gestão são opção do SPAC, conforme previsto na regulamentação coletiva.

A TAP S.A. tem registado, a totalidade das suas responsabilidades com serviços passados pelo pagamento de complementos de pensões e prestações de pré-reforma, referente ao plano de benefícios definidos.

A quantificação das responsabilidades teve em devida consideração que, nos termos expressos da regulamentação coletiva que consagra o plano de pensões referido, a pensão total garantida pela TAP S.A., ou seja, pensão da segurança social e complemento de reforma, nunca será superior ao valor da remuneração base mensal líquida de IRS e Segurança Social no ativo. Esta premissa não é aplicável, por não estar consagrada na regulamentação coletiva referente ao pessoal navegante técnico, para o qual aquele limite não existe e o salário pensionável é constituído pelo vencimento base da tabela de remunerações, adicionado do vencimento do exercício e das senioridades.

Para cobrir as responsabilidades com o plano de benefícios definidos, a TAP S.A. celebrou um contrato de adesão ao Fundo aberto de Pensões VIVA. A partir de 2011, o encargo com complementos de reforma,

constituídos desde 1998, é assumido pela adesão. O gasto anual com pensões é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente, em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante. Os encargos com complementos de reforma, constituídos até dezembro de 1997, com prestações de pré-reforma e com a parte dos complementos de reforma dos pilotos, que excede o limite referido no parágrafo anterior, são assumidos diretamente pela TAP S.A. e estão cobertos por provisão própria.

→ **Pensões - TAP M&E Brasil**

A partir de 1 de janeiro de 2002, a subsidiária TAP M&E Brasil tornou-se uma das patrocinadoras do Instituto AERUS de Segurança Social (“AERUS”), por meio de um plano de reforma complementar assegurado aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios II - VEM.

Em 2008, a subsidiária solicitou a transferência do administrador do fundo de benefícios dos seus empregados da entidade AERUS. Este processo foi, inicialmente, recusado pela sociedade gestora do fundo AERUS, que alegou que a TAP M&E Brasil possuía dívidas não reconhecidas na transferência de responsabilidades com benefícios pós-emprego, por ser co-responsável pelo *deficit* dos fundos de pensões de outros patrocinadores. A TAP M&E Brasil questionou a validade jurídica da referida dívida e foi declarado pelos órgãos competentes não haver razão para a oposição à transferência acima referida, pelo que, em 15 de junho de 2012 foi efetuada a transferência, com sucesso, para o Plano de Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social (“PETROS”), tendo sido renomeado para Plano TAPMEPrev.

Apesar de se tratar de um plano cujo benefício é de “contribuição definida”, o plano também oferece benefícios de invalidez e morte sob o conceito de “benefícios definidos”, além de garantir benefícios especiais a um grupo de empregados oriundos da VARIG, que foram absorvidos no quadro da subsidiária, aquando da cisão das operações desta empresa.

Assim, apenas a componente de benefício definido, referida anteriormente, se encontra registada na rubrica “Responsabilidades com benefícios pós-emprego”.

→ **Pensões – Portugal**

A Portugal constituiu, em 1 de janeiro de 2010, um plano de contribuições definidas para o pessoal navegante técnico. Este plano é gerido pelo BPI, para o qual a subsidiária contribui mensalmente com 6% sobre o ordenado, efetivamente auferido, dos pilotos, 14 vezes por ano. Os empregados efetuam contribuições de 1,5%, podendo adicionalmente efetuar contribuições suplementares entre 1% e 5%.

→ **Pensões – UCS**

A UCS tem a responsabilidade, face ao que se encontra internamente regulamentado, de conceder, através de um plano de benefícios definidos, complementos de pensões de reforma na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social. Para cobrir essa responsabilidade, a Empresa subscreveu o Fundo de Pensões Horizonte Valorização. O gasto anual com pensões, que inclui as contribuições para o fundo, é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante.

→ **Prémio de jubilação - PNT – TAP S.A.**

O Acordo de Empresa da TAP S.A., celebrado com o SPAC prevê a garantia, por parte da TAP S.A., a favor dos pilotos admitidos até 31 de maio de 2007, para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma por velhice, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- Condições de admissão: pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- Idade normal de reforma: 65 anos;
- Garantias: cada participante terá direito, na data da reforma, a um capital, mínimo, de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O financiamento do Plano de Benefícios é efetuado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela TAP S.A. e pelo rendimento obtido, a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo, que suporta esta modalidade de seguro.

Em outubro de 2008, foi alterado o Acordo de Empresa com o SPAC, o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o prémio de jubilação é mantido, mas apenas será devido no caso de, na data da reforma, estar constituído o direito à pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano completo de prestação de serviço, após a formação da pensão completa;
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: não existe direito ao prémio de jubilação.

→ **Cuidados de Saúde – TAP S.A.**

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a

TAP S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do gasto do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A.

A TAP S.A. entende que, o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores reformados, a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS, não constitui uma obrigação, mas tão-somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente e reformados, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo TAP foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 31 de dezembro de 2014 e 2013, elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2014		2013	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Tábua de mortalidade	TV 88/90	AT2000	TV 88/90	AT2000
Tábua de invalidez	EKV 1980	IAPB-57	EKV 1980	IAPB-57
Taxa de desconto	2,50%	12,25%	3,75%	12,42%
Taxa de rendimento do fundo	2,50%	12,25%	3,75%	12,42%
Taxa de crescimento				
Salários	1,50%	6,56%	1,50%	6,56%
Pensões	1,00%	5,50%	1,00%	5,50%
Tendência dos custos médicos	1,50%	--	1,50%	--

A evolução das responsabilidades líquidas, por serviços passados, a 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se da seguinte forma:

	2014	2013
Responsabilidade por serviços passados no início do exercício	47.593	71.026
Juro líquido	2.382	2.791
Custo dos serviços correntes	3.533	2.989
Contribuições para o fundo de pensões	(6.808)	(8.207)
Remensurações	14.222	(12.473)
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	(243)	(2.998)
Benefícios pagos	(4.053)	(5.535)
Responsabilidade por serviços passados no final do exercício	56.626	47.593

As responsabilidades para os exercícios de 2014 e 2013 detalham-se como segue:

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	646	-	1.782	-	51.203	-	-	37	53.668
- Pré-reformados	129	-	476	87	-	-	9.065	-	9.757
- Aposentados	10.536	39.836	-	3.116	-	15.767	58.475	-	127.730
Valor de mercado dos fundos	(16.954)	-	-	-	(39.595)	(15.549)	(62.394)	(620)	(135.112)
Insuficiência(excesso)	(5.643)	39.836	2.258	3.203	11.608	218	5.146	(583)	56.043

	2013								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	1.739	-	1.062	-	39.334	-	-	5	42.140
- Pré-reformados	258	-	2.306	166	-	-	8.557	-	11.287
- Aposentados	9.765	38.569	-	2.948	-	16.180	51.903	-	119.365
Valor de mercado dos fundos	(16.443)	-	-	-	(35.218)	(14.948)	(58.585)	(587)	(125.781)
Insuficiência(excesso)	(4.681)	38.569	3.368	3.114	4.116	1.232	1.875	(582)	47.011

O excesso de financiamento do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS, no montante de 583 milhares de Euros, encontra-se registado na rubrica de outras contas a receber (2013: 582 milhares de Euros) (Nota 18).

As responsabilidades para os exercícios de 2010 a 2012 detalham-se como segue:

	2012								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	2.214	-	419	-	35.747	-	-	7	38.387
- Pré-reformados	2.197	-	2.970	254	-	-	90.056	-	95.477
- Aposentados	9.442	39.994	-	2.739	-	13.958	153	-	66.286
Valor de mercado dos fundos	(15.943)	-	-	-	(32.106)	(13.131)	(67.937)	(554)	(129.671)
Insuficiência(excesso)	(2.090)	39.994	3.389	2.993	3.641	827	22.272	(547)	70.479

	2011								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	Total	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	2.579	-	-	-	39.340	-	-	41.919	
- Pré-reformados	-	-	2.321	299	-	-	84.995	87.615	
- Aposentados	8.899	40.985	-	2.682	-	12.440	-	65.006	
Valor de mercado dos fundos	(14.719)	-	-	-	(29.845)	(11.683)	(59.753)	(116.000)	
Insuficiência(excesso)	(3.241)	40.985	2.321	2.981	9.495	757	25.242	78.540	

	2010								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	Total	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	4.854	-	-	-	37.398	-	8.956	51.208	
- Pré-reformados	-	-	820	197	-	-	83.569	84.586	
- Aposentados	6.562	45.000	-	2.942	-	3.424	-	57.928	
Valor de mercado dos fundos	(15.467)	-	-	-	(25.543)	(10.370)	(53.949)	(105.329)	
Insuficiência(excesso)	(4.051)	45.000	820	3.139	11.855	2.010	29.620	88.393	

De acordo com o estudo atuarial realizado por entidade independente, a melhor estimativa de contribuições para os planos de benefícios de pensões para o exercício subsequente, é de 5.796 milhares de Euros da subsidiária TAP S.A. e de 3.726 milhares de Euros da subsidiária TAP M&E Brasil.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os planos de benefício definido do Grupo TAP, em Portugal (excluindo a Representação de Inglaterra e o Brasil), abrangiam 2.364 e 2.398 beneficiários no ativo, respetivamente. O total de reformados com direito a complemento de reforma era, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de 740 e 763 beneficiários, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido “Pensões VIVA” é de 12 anos (2013: 14,1 anos), para o plano “Prémios Jubileu” é de 13,7 anos (2013: 13 anos) e para o plano “Pensões Horizonte Valorização” (UCS) é de 14,4 anos (2013: 9,1 anos).

Análises de sensibilidade

→ Taxa de desconto anual

O aumento (diminuição) de 0,5% na taxa de desconto anual dos planos de benefício definido “Pensões VIVA”, “Prémios Jubileu” e “Pensões Horizonte Valorização”, bem como o aumento (diminuição) de 1% na taxa de desconto anual do plano de benefício definido “TAPMEPrev - Brasil”, corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2014, conforme segue:

	Taxa	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Pensões Horizonte Valorização
Taxa de desconto anual das pensões	2,50%	53.405	51.203	37
Aumento de 0,5% na taxa de desconto	3,00%	51.075	47.127	36
Decréscimo de 0,5% na taxa de desconto	2,00%	55.937	55.711	37

	Taxa	Brasil
Taxa de desconto anual das pensões	12,25%	67.540
Aumento de 1% na taxa de desconto	13,25%	61.759
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	11,25%	74.462

→ Taxa de crescimento salarial

O aumento (diminuição) de 0,5% na taxa de crescimento salarial do plano de benefício definido “Pensões VIVA”, corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2014, conforme segue:

	Taxa	Pensões VIVA
Taxa de crescimento salarial	1,50%	53.405
Aumento de 0,5% na taxa de crescimento salarial	2,00%	53.442
Decréscimo de 0,5% na taxa de crescimento salarial	1,00%	53.302

→ Taxa de tendência dos custos médicos

Caso a taxa de crescimento dos custos com cuidados médicos registre um aumento ou decréscimo de um ponto percentual, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, é o seguinte:

	Taxa	2014	2013
Taxa de crescimento anual dos custos médicos	1,50%	3.203	3.114
Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	2,50%	3.490	3.381
Decréscimo de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	0,50%	2.951	2.880

Evolução das responsabilidades por serviços passados

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas responsabilidades projetadas, refletidas na demonstração da posição financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é conforme segue:

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	11.762	38.569	3.368	3.114	39.334	16.180	60.460	5	172.792
Variação cambial	-	-	-	-	-	1.007	(1.015)	-	(8)
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	159	-	-	-	3.149	-	225	3	3.536
Juro líquido	442	964	609	59	1.111	719	9.006	-	12.910
Remensurações	(252)	4.522	(1.719)	30	8.965	(1.704)	3.521	29	13.392
Benefícios pagos	(800)	(4.219)	-	-	(1.356)	(435)	(4.657)	-	(11.467)
Responsabilidades no fim do exercício	11.311	39.836	2.258	3.203	51.203	15.767	67.540	37	191.155

	2013								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	13.853	39.994	3.389	2.993	35.747	13.958	90.209	7	200.150
Variação cambial	-	-	-	-	-	839	(16.835)	-	(15.996)
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	255	-	(92)	-	2.465	-	361	6	2.995
Juro líquido	589	1.500	344	127	1.349	733	8.104	1	12.747
Remensurações	(2.308)	2.386	(273)	(6)	2.279	2.690	(17.221)	(9)	(12.462)
Benefícios pagos	(627)	(5.311)	-	-	(2.506)	(2.040)	(4.158)	-	(14.642)
Responsabilidades no fim do exercício	11.762	38.569	3.368	3.114	39.334	16.180	60.460	5	172.792

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios com pensões

Nos exercícios de 2014 e 2013 a evolução do patrimônio dos fundos foi conforme segue:

	2014					
	Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.443	35.218	14.948	58.585	587	125.781
Variação cambial	-	-	1.052	(817)	-	235
Dotação efetuada no exercício	-	4.656	544	1.608	-	6.808
Juro líquido	1.311	880	(560)	8.897	33	10.561
Remensurações	-	197	-	(1.056)	-	(859)
Benefícios pagos	(800)	(1.356)	(435)	(4.823)	-	(7.414)
Saldo final	16.954	39.595	15.549	62.394	620	135.112

	2013					
	Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	15.943	32.106	13.131	67.937	554	129.671
Variação cambial	-	-	(277)	(12.721)	-	(12.998)
Dotação efetuada no exercício	-	4.656	861	2.690	-	8.207
Juro líquido	1.127	1.204	769	6.855	33	9.988
Remensurações	-	(242)	1.757	(1.495)	-	20
Benefícios pagos	(627)	(2.506)	(1.293)	(4.681)	-	(9.107)
Saldo final	16.443	35.218	14.948	58.585	587	125.781

A composição dos fundos e respetiva categoria das quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é conforme segue:

	Nível de Justo Valor	2014					
		Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.461	-	9.848	8.111	153	22.573
Obrigações	1	5.525	35.256	4.221	54.283	403	99.688
Dívida Pública	1	5.098	-	-	-	-	5.098
Imobiliário	1	769	261	-	-	17	1.047
Liquidez	1	1.101	4.078	-	-	47	5.226
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.480,00	-	-	1.480
		16.954	39.595	15.549	62.394	620	135.112

	Nível de Justo Valor	2013					
		Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	5.335	3	9.468	7.616	152	22.574
Obrigações	1	4.929	32.683	4.057	50.969	394	93.032
Dívida Pública	1	5.218	-	-	-	-	5.218
Imobiliário	1	961	247	-	-	18	1.226
Liquidez	1	-	2.285	-	-	23	2.308
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.423	-	-	1.423
		16.443	35.218	14.948	58.585	587	125.781

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego, o detalhe é conforme segue:

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	159	-	-	-	3.149	-	225	3	3.536
Juro líquido	(869)	964	609	59	231	1.279	109	(33)	2.349
	(710)	964	609	59	3.380	1.279	334	(30)	5.885

	2013								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	255	-	(92)	-	2.465	-	361	6	2.995
Juro líquido	(538)	1.500	344	127	145	(36)	1.249	(32)	2.759
	(283)	1.500	252	127	2.610	(36)	1.610	(26)	5.754

Conforme mencionado, os pilotos da TAP S.A., admitidos após 1 de junho de 2007, e os pilotos da Portugalia beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o exercício de 2014, um gasto na rubrica “Gastos com o pessoal – gastos com benefícios pós-emprego” no montante de 1.476 milhares de Euros (2013: 1.353 milhares de Euros), relativo às contribuições efetuadas no ano a favor dos seus empregados.

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego, dos exercícios de 2014 e 2013, encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 42).

Ganhos/perdas com remensurações

Os ganhos/perdas com remensurações, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Remensurações									
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	-	(197)	-	1.056	-	859
	-	-	-	-	(197)	-	1.056	-	859
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	1.068	(1.686)	-	-	(618)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	1.298	6.766	(2.572)	304	7.897	-	995	1	14.689
(Ganhos)/perdas de experiência	(1.550)	(2.244)	853	(274)	-	(18)	2.526	28	13.392
	(252)	4.522	(1.719)	30	8.965	(1.704)	3.521	29	13.392
Total das remensurações	(252)	4.522	(1.719)	30	8.768	(1.704)	4.577	29	14.251

	2013								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Remensurações									
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	-	242	(1.757)	1.495	-	(20)
	-	-	-	-	242	(1.757)	1.495	-	(20)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	284	-	-	-	284
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	480	1.987	(227)	118	-	2.616	(17.901)	-	(12.927)
(Ganhos)/perdas de experiência	(2.788)	399	(46)	(124)	1.995	74	680	(9)	181
	(2.308)	2.386	(273)	(6)	2.279	2.690	(17.221)	(9)	(12.462)
Total das remensurações	(2.308)	2.386	(273)	(6)	2.521	933	(15.726)	(9)	(12.482)

Os ganhos / perdas com remensurações foram reconhecidos diretamente no rendimento integral do Grupo. A diferença para o montante registado na demonstração consolidada do rendimento integral respeita às remensurações da associada SPdH, consolidada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 26).

29 - Adiantamentos de clientes

O saldo da rubrica de adiantamentos de clientes apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Linhas Aéreas de Angola - TAAG	206	181
Agências de viagens	98	139
Passageiros diversos	70	107
<i>Ministère de la Défense</i>	-	398
Outros	446	533
	820	1.358

30 - Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Fornecedores - conta corrente	124.155	107.135
Fornecedores - faturas em receção e conferência	16.927	11.151
	141.082	118.286

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica detalha-se do seguinte modo:

	2014	2013
ANA - Aeroportos de Portugal S.A.	35.189	8.237
Eurocontrol - EU	7.548	7.271
Entidades relacionadas (Nota 56)	7.543	7.981
Petrogal	6.430	12.644
Fornecedores da TAP M&E Brasil	5.240	3.646
Eagle Services Asia	2.657	609
Petrobras Distribuidora	2.310	8.087
IBM-Companhia IBM Portuguesa, S.A.	1.603	1.364
SONANGOL	1.473	-
INAC - Inst. Nac. Aviação Civil	1.463	1.876
Shell Brasil, Ltda.	1.361	1.245
BP Portugal - Comércio de combustíveis e lubrificantes S.A.	1.229	1.617
Heathrow Airport Limited - BAA	1.190	381
Fornecedores da Representação de Itália	1.119	790
Petróleos de Moçambique, S.A.	1.044	-
The Nuance Group (UK) Limited	1.018	-
Outros	62.665	62.538
	141.082	118.286

31 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Outras contas a pagar” decompõe-se como segue:

	2014		2013	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de gastos	293.593	-	206.383	-
Pessoal	3.274	-	2.252	-
Fornecedores de imobilizado	1.879	-	4.731	-
Entidades relacionadas (Nota 56)	264	-	364	-
Sindicatos	261	-	281	-
Outros	66.930	1.492	72.957	1.546
	366.201	1.492	286.968	1.546

→ Acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Acréscimos de gastos” detalha-se do seguinte modo:

	2014	2013
Remunerações	64.188	61.232
Reservas de manutenção	55.887	45.686
Swaps da taxa de <i>jet fuel</i> (Nota 24)	49.166	-
Combustíveis de aviões	34.370	11.578
Taxas de navegação aérea	15.165	12.442
Encargos especiais da atividade de venda	10.650	11.449
Remunerações - pessoal navegante	10.254	9.294
Remunerações variáveis	6.403	5.368
Trabalhos especializados	3.794	3.300
Taxas de embarque de passageiros	2.996	3.666
Assistência por terceiros	2.534	4.051
<i>Booking fees</i>	1.593	2.963
Seguros a liquidar	714	2.249
Taxas de aterragem	711	1.227
Conservação e reparação de material	135	3.328
Outros	35.033	28.550
	293.593	206.383

Os encargos especiais da atividade de venda referem-se a comissões atribuídas a agentes, em função da receita voada do exercício, obtida por este canal.

→ Outros - não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica refere-se ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de taxa de juro), nos montantes de 1.492 milhares de Euros e 1.546 milhares de Euros, respetivamente (Notas 24 e 58).

→ Outros - correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Outros - correntes” detalha-se do seguinte modo:

	2014	2013
Taxas e impostos	54.330	57.087
Saldos a pagar a clientes	1.654	1.430
Indemnizações de acidentes de trabalho	881	842
Outros	10.065	13.598
	66.930	72.957

A rubrica de taxas e impostos refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos.

32 - Documentos pendentes de voo

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a responsabilidade do Grupo, relativamente a bilhetes emitidos e não utilizados, registada na rubrica “Documentos pendentes de voo”, era a seguinte:

	2014	2013
Passageiros	303.861	364.387
Carga	28	120
	303.889	364.507

A redução verificada nesta rubrica está relacionada maioritariamente com a diminuição do preço médio de venda de cada passageiro-transportado.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, com base nas análises parciais e periódicas que são efetuadas a esta rubrica (Nota 2.27.), resultaram ajustamentos às receitas de transporte de passageiros e de carga, respetivamente, nos montantes de 88.637 milhares de Euros (4,2% da receita voada) e 90.678 milhares de Euros (4,4% da receita voada), que foram reconhecidos na rubrica “Vendas e serviços prestados”.

35 - Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as vendas e serviços prestados, por mercado externo e interno, apresentam-se como segue:

	2014	2013
Vendas		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	668	580
Catering	5.445	5.804
Free shop	18.253	16.609
Cuidados de saúde	34	29
Outras	1.621	1.598
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	24.398	27.091
Free shop	161.129	145.850
	211.548	197.561
Serviços prestados		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	132.840	136.926
Catering	623	1.224
Cuidados de saúde	3.339	3.199
Tecnologias de informação	1.205	1.205
Outras	3.014	2.677
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	2.345.752	2.326.235
	2.486.773	2.471.466
	2.698.321	2.669.027

O Grupo reconhece, anualmente, os subsídios a receber do Estado relativamente à comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem no arquipélago dos Açores, desde que os passageiros se enquadrem no regime legal aplicável. O montante reconhecido, em cada exercício,

corresponde, à estimativa do Grupo, do valor a receber por bilhetes voados, no próprio exercício, por passageiros abrangidos pelo benefício.

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são como segue:

2014	Transp. Aéreo	Manutenção			Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil	Free shop			
Vendas e serviços prestados:							
Continente e ilhas	119.640	13.868	-	18.253	6.068	9.213	167.042
Europa	860.784	58.332	-	107.487	-	-	1.026.603
Atlântico Sul	793.757	4.616	69.256	26.222	-	-	893.851
Atlântico Norte	112.999	396	-	3.025	-	-	116.420
Atlântico Médio	106.105	-	-	1.768	-	-	107.873
África	349.198	4.065	-	21.016	-	-	374.279
Outros	144	10.497	-	1.612	-	-	12.253
	2.342.627	91.774	69.256	179.383	6.068	9.213	2.698.321

2013	Transp. Aéreo	Manutenção			Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil	Free shop			
Vendas e serviços prestados:							
Continente e ilhas	121.080	16.426	-	16.609	7.028	8.708	169.851
Europa	850.010	37.818	-	97.295	-	-	985.123
Atlântico Sul	816.249	5.784	72.567	23.736	-	-	918.336
Atlântico Norte	106.480	4.144	-	2.738	-	-	113.362
Atlântico Médio	85.743	-	-	1.600	-	-	87.343
África	364.380	9.641	-	19.023	-	-	393.044
Outros	114	396	-	1.458	-	-	1.968
	2.344.056	74.209	72.567	162.459	7.028	8.708	2.669.027

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são definidas com base no país destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo, o qual no caso do transporte aéreo e *free shop* se entende como o país de destino do voo.

36 - Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor desta rubrica ascendia a 1.151 milhares de Euros e 3.852 milhares de Euros, respetivamente.

37 - Ganhos e perdas em associadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de ganhos e perdas em associadas detalha-se do seguinte modo:

	2014	2013
Ganhos		
SPdH	1.611	706
	1.611	706

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugália e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasogal SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial (Nota 26).

O valor registado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, nos montantes de 1.611 milhares de Euros e 706 milhões de Euros, respetivamente, corresponde à apropriação da participação nos resultados líquidos da empresa associada SPdH (Nota 26).

38 - Variação da produção

A variação da produção em 2014 e 2013 foi como segue:

	2014	2013
Inventários iniciais (Nota 20)	(5.288)	(10.046)
Regularização de inventários	9	(314)
Inventários finais (Nota 20)	14.173	5.288
	8.894	(5.072)

39 - Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade, em 2014 e 2013, nos montantes de 791 milhares de Euros e 1.593 milhares de Euros, respetivamente, referem-se a gastos com pessoal e outros incluídos no custo de aquisição/produção de inventários, com duração superior a um ano.

40 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2014 e 2013 foi como segue:

	2014		2013	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais (Nota 20)	14.788	138.021	14.400	147.934
Compras	129.952	126.899	104.692	115.088
Regularização de inventários	-	(646)	(912)	(13.582)
Inventários finais (Nota 20)	(15.112)	(117.319)	(14.788)	(138.021)
	129.628	146.955	103.392	111.419
		276.583		214.811

41 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são decompostos como segue:

	2014	2013
Combustíveis de avião	797.812	767.973
Serviços de <i>handling</i>	164.938	161.799
Taxas de navegação aérea	143.334	136.296
Trabalhos especializados	90.465	86.233
Conservação e reparação de equipamento de voo	86.739	79.622
Taxas de aterragem	64.947	58.231
Rendas e alugueres	61.666	53.281
Locação operacional de aeronaves e sobressalentes	57.315	51.984
Despesas a bordo	50.528	45.353
Comissões	41.365	41.009
Encargos especiais de venda - transporte aéreo	32.361	38.238
Alojamento e alimentação nas escalas	23.738	21.373
Subcontratos	15.553	14.121
Conservação e reparação de outros ativos	13.240	13.435
Seguros	5.535	5.427
Honorários	5.365	4.049
Vigilância e segurança	3.655	3.688
Outros gastos com fornecimentos e serviços externos	157.706	123.216
	1.816.262	1.705.328

→ O aumento dos gastos relacionados com fornecimentos e serviços externos deve-se, essencialmente a:

- i) aumento dos gastos com os combustíveis (efeito do aumento da quantidade compensado com a redução do preço médio),
- ii) outras despesas com passageiros e fretamentos de aviões (derivado das irregularidades ocorridas em especial no verão e no final do ano),
- iii) aumento das rendas e alugueres relacionado com o aumento das taxas de exploração cobradas pela ANA à subsidiária Lojas Francas de Portugal, S.A., e
- iv) incremento de seis novas aeronaves em *leasing* operacional.

A rubrica “Outros gastos com fornecimentos e serviços externos” apresenta o seguinte detalhe:

	2014	2013
Outras despesas com passageiros	28.590	17.117
Fretamento de aviões	28.007	10.382
Taxas de controlo de tráfego aéreo	23.635	23.116
Encargos com bagagem de carga e correio	17.309	16.928
Publicidade e propaganda	14.093	11.770
Comunicação	7.868	7.226
Despesas em terra com passageiros da classe executiva	6.108	4.725
Transporte de mercadorias	5.448	5.129
Eletricidade	4.657	4.553
Facilidades nos aeroportos	4.262	3.704
Deslocações e estadas	4.045	3.436
Limpeza, higiene e conforto	3.711	4.003
Outros	9.973	11.127
	157.706	123.216

42 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se conforme segue:

	2014	2013
Remunerações do pessoal	437.995	436.663
Encargos sociais	87.816	85.993
Outros gastos com o pessoal	45.708	42.092
Gastos com benefícios pós-emprego (Nota 28)	7.361	7.107
	578.880	571.855

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais do Grupo TAP, em 2014 e 2013, foram:

	2014	2013
Conselho Administração/Geral e de Supervisão (Nota 56)	2.516	3.218
Assembleia Geral	3	3
Conselho Fiscal/Fiscal Único	76	105
	2.595	3.326

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” detalha-se do seguinte modo:

	2014	2013
Seguros	17.666	16.936
Gastos de ação social	12.447	11.127
Comparticipação de refeições	5.207	4.851
Indemnizações	2.523	2.948
Outros	7.865	6.230
	45.708	42.092

43 - Imparidade de inventários (perdas/reversões)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica detalha-se como segue:

	2014		2013	
	Imparidade em inventários	Reversão de imparidade em inventários	Imparidade em inventários	Reversão de imparidade em inventários
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 20)	2.035	(1.930)	5.931	(23)
	2.035	(1.930)	5.931	(23)
		105		5.908

44 - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica detalha-se conforme segue:

	2014		2013	
	Imparidade em contas a receber	Reversão de imparidade em contas a receber	Imparidade em contas a receber	Reversão de imparidade em contas a receber
Clientes (Nota 21)	15.650	(2.426)	3.592	(3.700)
Outras contas a receber - correntes (Nota 18)	255	(176)	474	-
Outros ativos financeiros (Nota 13)	741	-	-	-
	16.646	(2.602)	4.066	(3.700)
		14.044		366

45 - Provisões (aumentos/reduções)

O detalhe do valor apurado na rubrica de provisões, líquidas de dotações e reversões, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é o seguinte:

	2014	2013
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 26)	5.752	(4.334)
Outras provisões (Nota 26)	(46)	711
	5.706	(3.623)

46 - Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Em 2014 foi reconhecida uma perda por imparidade para as aeronaves Embraer 145 no montante de 1.984 milhares de Euros, dada a expectativa de venda da referida frota e seu impacto no valor recuperável face ao valor contabilístico. Em 2013 não foi reconhecida qualquer imparidade de ativos fixos.

47 - Aumentos/reduções de justo valor

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi reconhecido, nos resultados do exercício, um ganho de 104 milhares de Euros (2013: uma perda de 410 milhares de Euros) resultantes da variação de justo valor das propriedades de investimento (Nota 6).

48 - Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	2014	2013
REFIS (Nota 17)	51.594	-
Rendimentos suplementares	48.415	45.156
Ganhos em Propriedades Investimento	965	-
Ganhos em ativos fixos	583	495
Ganhos em inventários	313	2.323
Descontos de pronto pagamento obtidos	188	214
Outros rendimentos e ganhos	1.900	1.171
	103.958	49.359

A rubrica “Rendimentos suplementares” apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Venda de milhas	18.402	19.239
Publicidade	9.803	9.758
Material de armazém recuperado	8.240	8.893
Rendas e sublocações	2.191	1.912
Outras	9.779	5.354
	48.415	45.156

49 - Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica de outros gastos e perdas detalha-se como segue:

	2014	2013
Impostos	11.274	10.577
Indemnizações por ação judicial	6.012	6.931
Diferenças de câmbio desfavoráveis operacionais	5.391	38.590
Outros gastos e perdas de serviços financeiros	5.301	4.306
Perdas em ativos fixos	1.838	1.058
Perdas em inventários	1.017	1.256
Multas e penalidades	636	402
Outros	1.788	1.478
	33.257	64.598

No ano de 2014 o Grupo TAP registou uma diminuição na rubrica “Diferenças de câmbio desfavoráveis operacionais” devido, essencialmente, à estabilidade cambial do Real.

50 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica decompõe-se como segue:

	2014	2013
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)		
Edifícios e outras construções	5.821	5.810
Equipamento básico	73.559	103.687
Equipamento de transporte	153	147
Ferramentas e utensílios	1.892	1.863
Equipamento administrativo	1.615	1.923
Outros ativos fixos tangíveis	1.968	1.743
	85.008	115.173
Outros ativos intangíveis (Nota 8)		
Outros ativos intangíveis	429	578
	85.437	115.751

A variação ocorrida decorre, essencialmente, da revisão das vidas úteis das aeronaves, conforme descrito na Nota 5.

51 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados

Os juros e rendimentos similares obtidos e os juros e gastos similares suportados, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalham-se como segue:

	2014	2013
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos de investimentos	3.091	2.908
Diferenças de câmbio favoráveis	-	3.247
	3.091	6.155
Gastos e perdas		
Juros suportados de financiamentos	44.659	46.993
Diferenças de câmbio desfavoráveis	36.688	-
Outros gastos e perdas financeiros	3.162	3.663
	84.509	50.656

→ A variação verificada nas diferenças de câmbio decorre, essencialmente, da valorização das locações financeiras em dólares, no montante de 14,5 milhões de Euros, e da reavaliação do desconto concedido no âmbito do repatriamento de capitais sobre as vendas de 2013, na sequência das negociações efetuadas com as autoridades venezuelanas, no montante de 20,5 milhões de Euros.

52 - Imposto sobre o rendimento

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 23%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 24,5%. Nas medidas de austeridade previstas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o

Orçamento do Estado para 2014, esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 7% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 31,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo n.º 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo, com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício” apresenta o seguinte detalhe:

	2014	2013
Imposto corrente	10.026	7.733
Imposto diferido (Nota 15)	(7.923)	(7.258)
	2.103	475

O imposto corrente de 2014 refere-se, essencialmente, ao imposto corrente das subsidiárias TAP S.A. e LFP no montante de 7.046 milhares de Euros (2013: 2.642 milhares de Euros) e 2.198 milhares de Euros (2013: 4.254 milhares de Euros), respetivamente.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2014 e 2013 é evidenciada como segue:

	2014	2013
Resultado antes de impostos	(78.846)	(440)
Taxa nominal de imposto	23,0%	29,5%
	(18.135)	(130)
Diferenças permanentes	(2.949)	(188)
Reversão/(reforço) de impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais	3.354	(3.835)
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos do exercício anterior	90	(1.291)
Utilização prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores sem IDA	(346)	(3.194)
Prejuízos fiscais reportáveis do exercício sem IDA	13.118	6.429
Tributação autónoma e outras formas de tributação	6.971	2.684
Imposto sobre o rendimento	2.103	475
Taxa efetiva de imposto	(3%)	(108%)
Imposto corrente	10.026	7.733
Imposto diferido	(7.923)	(7.258)
	2.103	475

53 - Interesses não controlados – resultado líquido

Os interesses não controlados, presentes na demonstração consolidada dos resultados, a 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalham-se como segue:

	2014	2013
Interesses não controlados de resultado líquido		
Cateringpor	643	233
LFP	3.504	4.720
	4.147	4.953

55 - Relato por segmentos

Foram identificados os seguintes segmentos de negócio: transporte aéreo, manutenção, *free shop*, *catering* e outros. Os resultados, ativos e passivos de cada segmento, correspondem àqueles que lhe são diretamente atribuíveis, bem como os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos.

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2014, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção			Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil	Free shop				
RÉDITOS								
Réditos	2.405.024	92.049	75.394	179.386	42.233	49.738	(145.503)	2.698.321
Resultados operacionais	(12.538)	13.678	(2.751)	9.352	1.706	(6.875)	-	2.572
Resultados financeiros líquidos externos	(20.985)	-	(19.852)	10	31	(40.622)	-	(81.418)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	-	1.611	-	1.611
Imposto sobre o rendimento	(5.612)	-	-	(2.211)	(425)	6.145	-	(2.103)
Interesses minoritários	-	-	-	3.504	643	-	-	4.147
Resultado líquido do exercício	(39.135)	13.678	(22.603)	7.151	1.312	(41.352)	-	(80.949)

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2013, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção			Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil	Free shop				
RÉDITOS								
Réditos	2.413.957	75.628	74.589	162.464	41.059	51.130	(149.800)	2.669.027
Resultados operacionais	59.289	7.747	(28.671)	13.846	719	(8.976)	107	44.061
Resultados financeiros líquidos externos	(274)	-	(11.680)	22	37	(32.499)	(107)	(44.501)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	-	706	-	706
Imposto sobre o rendimento	(1.780)	-	-	(4.235)	(280)	5.820	-	(475)
Interesses minoritários	-	-	-	4.720	233	-	-	4.953
Resultado líquido do exercício	57.235	7.747	(40.351)	9.633	476	(35.655)	-	(915)

56 - Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas (consolidadas por equivalência patrimonial) encontram-se discriminados nos quadros abaixo. Os termos ou condições praticados entre o Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os elementos do Conselho de Administração Executivo do Grupo foram considerados, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Geral e de Supervisão ascenderam a 2.516 milhares de Euros (2013: 3.218 milhares de Euros), conforme Nota 42.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os **saldos** com entidades relacionadas decompõem-se como segue:

	2014 - Ativos		
	Outras contas a receber não correntes (Nota 18)	Clientes (Nota 21)	Outras contas a receber correntes (Nota 18)
Empresas associadas			
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	4.700	1.599	3.305
	4.700	1.599	3.305
	2014 - Passivos		
	Fornecedores (Nota 30)	Outras contas a pagar correntes (Nota 31)	Diferimentos
Empresas associadas			
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(7.543)	(264)	(99)
	(7.543)	(264)	(99)
	2013 - Ativos		
	Outras contas a receber não correntes (Nota 18)	Clientes (Nota 21)	Outras contas a receber correntes (Nota 18)
Empresas associadas			
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	3.700	2.667	3.454
	3.700	2.667	3.454
	2013 - Passivos		
	Fornecedores (Nota 30)	Outras contas a pagar correntes (Nota 31)	Diferimentos
Empresas associadas			
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(7.981)	(364)	(99)
	(7.981)	(364)	(99)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as **transações** ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

	2014				Resultados financeiros
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(80.542)	(10)	6.753	1.178	240
	(80.542)	(10)	6.753	1.178	240
2013					
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Resultados financeiros
Acionista					
Parública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(3.998)
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(80.388)	(5)	7.585	1.151	302
	(80.388)	(5)	7.585	1.151	(3.696)

As transações, no montante de 80.542 milhares de Euros (2013: 80.388 milhares de Euros) registadas em fornecimentos e serviços externos, são referentes a serviços prestados, em terra, pela SPdH, de apoio a aeronaves, passageiros, bagagem, carga e correio.

57 - Contingências

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Grupo não possuía ativos contingentes.

Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, civil e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão, conforme segue:

→ Ações laborais

- (i) Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS") não depositado entre 2002/2004 e Periculosidade/Insalubridade (ação pelo sindicato)

Valor: 61.722 milhares de Euros

A principal ação laboral trata-se de um processo movido pelo sindicato onde é reclamado o depósito do FGTS entre o período 2002 e 2004 de todos os funcionários de Porto Alegre.

A outra ação refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado.

A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

→ **Ações fiscais**

(ii) Auto de infração de imposto de importação (“II”), imposto sobre produtos industrializados (“IPI”), PIS e COFINS

Valor: 22.966 milhares de Euros

A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 16 de outubro de 2007, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. Aguarda-se o julgamento da impugnação administrativa apresentada pela subsidiária. A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.

(iii) Execução fiscal de obrigações acessórias de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”)

Valor: 9.589 milhares de Euros

Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.

(iv) Auto de infração de PIS e COFINS

Valor: 6.328 milhares de Euros

O fisco entendeu haver diferenças entre o livro de razão analítico e a Declaração de débitos e créditos tributários federais (“DCTF”), referente ao ano de 2006. Atualmente, a subsidiária está a aguardar o julgamento de impugnação na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (“DRJ”). A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.

(v) Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária

Valor: 5.811 milhares de Euros

Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Aguardam julgamento do recurso interposto junto do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (“CARF”). Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

(vi) Auto de infração de imposto de renda da pessoa jurídica (“IRPJ”), contribuição social sobre lucro líquido (“CSLL”), PIS e COFINS referente ao ano de 2007

Valor: 1.268 milhares de Euros

O fisco federal entendeu que haveria inconsistência nas declarações apresentadas pela subsidiária TAP M&E Brasil, desconsiderando, assim, toda a contabilidade para o período mencionado e arbitrando o valor dos tributos devidos. No decurso do ano de 2013, o processo, cujo montante era mais significativo, relacionado com o IRPJ e CSLL foi concluído com êxito. Relativamente às contribuições PIS e COFINS foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância.

(vii) Auto de infração de IRPJ/CSLL

Valor: 796 milhares de Euros

Em 2012, foram instaurados vários processos administrativos, decorrentes da não homologação da compensação, realizada através da Declaração de Compensação de Tributos referentes a saldos negativos de IRPJ e de CSLL, por suposta utilização de créditos indevidos. Foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.

(viii) Auto de infração – Multa tributária

Valor: 206 milhares de Euros

A subsidiária TAP M&E Brasil foi multada por incumprimento de regimes de exportação temporária em 2009. Todos os processos administrativos decorrentes estão a ser defendidos no âmbito do Conselho de Contribuintes, sendo a probabilidade de perda por parte da subsidiária considerada possível.

(ix) Auto de infração – Compensação de tributos não homologada

Valor: 83 milhares de Euros

A subsidiária foi notificada pela inconformidade no preenchimento da Declaração de Compensação de Tributos, não tendo sido homologada. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

→ **Ações cíveis**

(x) Execução de honorários de advogados

Valor: 3.854 milhares de Euros

Execução de honorários por parte de um escritório de advogados contra a subsidiária TAP M&E Brasil, no âmbito da desistência de ação e adesão ao programa de parcelamento do REFIS, encontrando-se em fase de julgamento do recurso. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

(xi) Acidente de trabalho

Valor: 1.306 milhares de Euros

Pedido de indenização solicitado na sequência de um acidente de trabalho, os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

(xii) Ação de cobrança de contribuição

Valor: 113 milhares de Euros

Cobrança de contribuição mensal sobre o argumento de que a subsidiária é uma indústria. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

(xiii) Pedido de indenização

Valor: 10 milhares de Euros

Pedido de indenização contra a TAP M&E Brasil e outros, decorrentes de quebra contratual. O processo aguarda audiência de conciliação. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

→ **Outras**

(xiv) Ativos penhorados

Valor: 15.243 milhares de Euros

A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 15.243 milhares de Euros (15.070 milhares de Euros em 2013), que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.

58 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros

A reconciliação das posições financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com as diversas categorias dos ativos e passivos financeiros, nelas incluídas, detalha-se como segue:

2014					
	Instrumentos financeiros derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 24)	Créditos e valores a receber	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros ativos não correntes	-	50.691	-	-	50.691
Valores a receber correntes	-	216.797	-	30.972	247.769
Depósitos bancários restritos	-	100.917	-	-	100.917
Caixa e seus equivalentes	-	140.364	-	-	140.364
Total Ativos	-	508.769	-	30.972	539.741
Passivos					
Financiamentos obtidos não correntes	-	-	(427.969)	-	(427.969)
Outros passivos não correntes	(1.492)	-	-	-	(1.492)
Financiamentos obtidos correntes	-	-	(633.682)	-	(633.682)
Valores a pagar correntes	(49.166)	-	(458.937)	(393.627)	(901.730)
Total Passivos	(50.658)	-	(1.520.588)	(393.627)	(1.964.873)
2013					
	Instrumentos financeiros derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 24)	Créditos e valores a receber	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros ativos não correntes	-	42.901	-	-	42.901
Valores a receber correntes	7.988	272.948	-	27.039	307.975
Caixa e seus equivalentes	-	270.611	-	-	270.611
Total Ativos	7.988	586.460	-	27.039	621.487
Passivos					
Financiamentos obtidos não correntes	-	-	(660.131)	-	(660.131)
Outros passivos não correntes	(1.546)	-	-	(59.898)	(61.444)
Financiamentos obtidos correntes	-	-	(390.512)	-	(390.512)
Valores a pagar correntes	-	-	(406.612)	(451.093)	(857.705)
Total Passivos	(1.546)	-	(1.457.255)	(510.991)	(1.969.792)

Na tabela que se segue, apresentam-se os ativos e passivos, mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 13:

Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da posição financeira;

Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

→ **Ativos mensurados ao justo valor**

	2014			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	-	-	-	-

	2013			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	7.988	-	7.988	-

→ **Passivos mensurados ao justo valor**

	2014			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	50.658	-	50.658	-

	2013			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	1.546	-	1.546	-

Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de valores a pagar, quando negativo, e na rubrica de valores a receber, quando positivo.

No decurso de 2014 e 2013, a variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, foi registada em capitais próprios.

A decomposição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se detalhada na Nota 24.

Créditos e valores a receber

Estes valores são reconhecidos, inicialmente, ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito.

Outros passivos financeiros

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respetivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efetiva de juro associada a cada um dos passivos.

60 - Compromissos

→ Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

	2014	2013
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Aeronaves	37.573	25.848
Linha de crédito BIC Angola (não utilizada)	16.473	14.502
Combustíveis	3.072	2.956
Natw est - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2.696	2.519
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1.654	1.654
Tribunal do Trabalho	1.525	2.243
Outras	16.004	9.932
Garantias bancárias prestadas pela LFP		
Contratos de concessão de licenças de exploração das Lojas Francas	9.000	6.500
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	672	663
Cauções prestadas a seguradoras	87	87
	88.756	66.904

O reforço efetuado, durante o corrente exercício, nas garantias bancárias prestadas pela TAP S.A., referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

→ Compromissos de compra

Em 31 de dezembro de 2014 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 310.001 milhares de Euros (252.462 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2013) (Nota 27).

Adicionalmente, está contratada com a Airbus a compra futura de doze aeronaves Airbus A350, a receber entre 2017 e 2019, com mais três de opção.

61 - Eventos subsequentes

O Conselho de Administração Executivo não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Sandra Candeias Matos da Luz

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Fernando Abs da Cruz Souza Pinto
Presidente

Maria Teresa Silva Lopes
Vogal

Luiz da Gama Mór
Vogal

Manoel José Fontes Torres
Vogal